

SAMIRA SAAD PULCHÉRIO LANCILLOTTI

**DEFICIÊNCIA E TRABALHO:
REDIMENSIONANDO O SINGULAR NO
CONTEXTO UNIVERSAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE/MS

2000

SAMIRA SAAD PULCHÉRIO LANCILLOTTI

**DEFICIÊNCIA E TRABALHO:
REDIMENSIONANDO O SINGULAR NO
CONTEXTO UNIVERSAL**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob a orientação da Professora Dr.^a Alexandra Ayach Anache e co-orientação da Professora Dr.^a Ana Lúcia Eduardo Farah Valente.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPO GRANDE/MS**

2000

COMISSÃO JULGADORA :

Prof^a. Dr.^a Alexandra Ayach Anache

Prof^a. Dr.^a Ana Lúcia Eduardo Farah Valente

Prof^a. Dr.^a Mônica de Carvalho Magalhães Kassar

Prof. Dr. José Luís Sanfelice

“(...) as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal (...) por isso, a ‘natureza humana’ não pode ser encontrada em nenhum homem particular, mas em toda a história do gênero humano (...), enquanto em cada indivíduo se encontram características postas em relêvo pela contradição com as de outros homens” (Gramsci, 1991, p.43).

Dedico este trabalho aos meus pais, Julieta e Fernando que, uma vez mais, deram suporte irrestrito aos meus passos.

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª. Dr.^a Alexandra Ayach Anache, minha orientadora, a quem muito respeito, pela forma afetiva com que me apoiou e ajudou, neste processo de amadurecimento intelectual, acolhendo pacientemente minhas angústias e propondo desafios que me permitiram transpor limites.

À Prof^ª. Dr.^a Ana Lúcia Eduardo Farah Valente, co-orientadora deste trabalho, importante interlocutora e amiga, que se envolveu integralmente, e de forma muito generosa, emprestando seu apoio, firmeza e clareza, para pensar os caminhos desta pesquisa.

À Professora Dr.^a Mônica de Carvalho Magalhães Kassar, pela leitura atenta, disponibilização de material e pelas valiosas observações, que me permitiram ampliar a consistência dos argumentos e idéias aqui apresentados

Ao Professor Dr. José Luiz Sanfelice, pela significativa contribuição no momento da qualificação. Suas indicações favoreceram uma compreensão mais ampla e rica das questões em causa, na discussão deste trabalho.

Aos professores do Mestrado pelo acesso a um conhecimento que me permitiu olhar a realidade sob novos ângulos, particularmente às professoras Dr.^a Ester Senna, Dr.^a Élcia Esnarriaga de Arruda, e ao Professor Dr. Gilberto Luís Alves, que muito contribuíram com a forma pela qual pensei este trabalho. Agradeço também à professora Dr.^a Sônia da Cunha Urt pelo grande apoio aos meus movimentos iniciais.

Às minhas colegas do mestrado pelos momentos conjuntos de estudo, e de forma muito especial, o meu agradecimento às grandes amigas que descobri nesta caminhada, Carla e Celeida, companheiras de percurso, com quem tenho aprendido muito e pretendo continuar aprendendo.

À Dirce Nei Teixeira de Freitas, Fabiany de Cássia Tavares e Mary Falcão pelo apoio e incentivo para iniciar o mestrado.

À Sandra Costa Prudente, pelas sugestões e revisão atenta do texto final da dissertação.

À CAPES pela bolsa de estudos concedida.

A todos os entrevistados, pela colaboração no fornecimento de informações relevantes para o campo da educação.

Às pessoas com deficiência, que ao longo dos anos de trabalho, me ensinaram como a vida é plena de significados.

Aos amigos, Stela, Leusa, José e Silas, pelo afeto com que acolheram e compartilharam meus movimentos, e à amiga Maria Eunisse com quem, infelizmente, não posso mais partilhar este momento final.

À minha Família, particularmente, aos meus amores Laila, Natália, Larissa e Mayumi, pela presença constante e carinhosa, ao longo de todo este processo.

Aos meus pais, Fernando e Julieta, com quem eu continuo aprendendo, por todo o amor e a paciência.

Um trabalho como esse é resultante de muitas mediações, são muitas as pessoas a quem presto meus agradecimentos, muitas mais ...

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a profissionalização de pessoas com deficiência auditiva, física, mental, múltipla e visual. Nosso intento foi o de estabelecer uma análise da questão singular no bojo de um contexto mais amplo, universal, na tentativa de apreender sua lógica interna e as contradições presentes na sua consecução. No capítulo 1, tratamos de estabelecer o levantamento e análise do ideário que dá sustentação a este objetivo, através dos artigos publicados sobre a questão, no período compreendido entre 1988 — 1998, em três periódicos da área (*Revista Integração, Revista Brasileira de Educação Especial e Temas em Educação Especial*). No capítulo 2, procuramos observar a questão em seu aspecto prático. Para tanto, efetuamos um levantamento do mercado de trabalho formal de Mato Grosso do Sul, buscando observar como se encontra o trabalhador com deficiência, e de que forma tem sido utilizada a legislação criada no período, para assegurar seu acesso ao trabalho formal. No capítulo 3, estabelecemos o referencial teórico que dá sustentação às nossas análises, e que permite a compreensão da questão particular, profissionalização da pessoa com deficiência, a partir de uma perspectiva de totalidade, ou seja, entendendo o movimento contraditório da sociedade capitalista atual, em que essa questão tem lugar. No capítulo 4, procuramos analisar e debater, a partir dos referenciais teóricos, a educação desses homens.

Palavras Chaves:

Deficiência

Trabalho

Educação Especial

ABSTRACT

The main purpose of this work is the discussion of professionalization of people that have auditive, physical, mental, multiple and visual deficiency. Our intention, was to establish an analysis of this singular question in a wider context, universal, trying to apprehend its inside logical and the contradictions that are present in its consecution. On the first chapter, treated to establish the survey and analysis of the ideas that give holding to this objective, through articles published about the question in the period between 1988-1998, in the periodical of this area (Revista Integração, Revista Brasileira de Educação Especial e Temas em Educação Especial). On the second chapter , searched to observe the question in its practical aspect. To accomplish this, we did a survey at the formal work market of Southern Mato Grosso looking for observing how is the worker who has deficiency and how has been used the legislation made in the period to secure his access to formal work. On the third chapter, our objective was to establish the theoretical referential that supports to our analyses, and permits the comprehension of the particular question, professionalization of the person with deficiency, from a perspective of totality, that is to say, apprehending the contradictory movement of the present capitalist society, where this question has place. On the fourth chapter, we tried to analyse and to discuss, from these theoretical referential, these men's education.

Key Words:

Deficiency

Work

Special Education

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Artigos sobre deficiência/ trabalho — 1988 a 1998	11
Tabela 2 - Revistas analisadas	12
Tabela 3 - Empresas públicas e privadas	30
Tabela 4 - Participação dos setores na arrecadação do ICMS —1995/1997	36
Tabela 5 - População com deficiência no estado de MS — 1997	38
Tabela 6 - Funcionários com deficiência nas empresas de MS	39
Tabela 7 - Grupo de trabalhadores com deficiência em MS.....	40
Tabela 8 - Dados dos serviços de colocação.....	44
Tabela 9 - Percentuais de ocupação nas empresas privadas	46
Tabela 10 - Tempo de trabalho	48
Tabela 11 - Tipo de vínculo empregatício	49
Tabela 12 - Funções exercidas pelos trabalhadores com deficiência	50
Tabela 13 - Grau de escolaridade	51
Tabela 14 - Motivos para empregar	52

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Levantamento inicial — empresas privadas (via correio)	110
Anexo 2 - Roteiro da entrevista complementar — empresas privadas	111
Anexo 3 - Roteiro da entrevista com empresas públicas	112
Anexo 4 - Ofício circular n.º 0010/99 da Diretoria de Educação Especial/SUED/SED para Diretores das Escolas da Rede Estadual de Ensino/MS	114
Anexo 5 - Roteiro da entrevista com serviços de colocação/entidades	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 A PROFISSIONALIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O QUE DIZEM OS ESTUDIOSOS DA ÁREA	6
1.1. AS PUBLICAÇÕES	8
1.1.1. Revista Integração	8
1.1.2. Revista Brasileira de Educação Especial	10
1.1.3. Temas em Educação Especial	10
1.2. A PROPOSIÇÃO DE TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	13
CAPÍTULO 2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: A SITUAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL	30
2.1. O CAMPO	30
2.2. O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	35
2.3. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO FORMAL EM MATO GROSSO DO SUL	38
CAPÍTULO 3 DEFICIÊNCIA E TRABALHO: DUAS CATEGORIAS EM ANÁLISE	54
3.1 - A QUESTÃO DA DEFICIÊNCIA	54
3.2 - A CATEGORIA TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	60
3.2.1. O trabalho em Marx	60
3.2.2. O trabalho na sociedade contemporânea.....	65
3.2.3. O processo de globalização econômica	76
CAPÍTULO 4 ESCOLA E DEFICIÊNCIA.....	81
4.1. A ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	81
4.1.1. A educação especial	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
ANEXOS	109
BIBLIOGRAFIA DOS ARTIGOS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

O objeto desse trabalho é a profissionalização de pessoas com deficiência¹ auditiva, física, mental, múltipla e visual. Trata-se de problemática relevante, particularmente num momento histórico em que a sociedade se vê afligida pela *crise do trabalho*. Consideramos que é uma discussão importante para o campo da Educação Especial, porque a profissionalização figura dentre seus objetivos e tem sido pouco debatida. Além do mais, parece que a discussão, da forma como vem sendo feita, tende a desconsiderar o contexto amplo no qual a questão se insere.

A experiência na área — mais especificamente no atendimento educacional de pessoas com deficiência mental, em Instituição e no ensino regular —, somada ao amadurecimento intelectual neste nível de formação, é que nos permitiram entender a necessidade de pensar a questão em termos mais abrangentes, o que advém da compreensão do processo educativo em dimensões mais amplas, como um processo de formação humana.

Entendemos que a compreensão do singular só pode ser alcançada a partir do universal. Daí a imposição de, na construção deste objeto, estabelecer uma relação inequívoca entre o que é particular e o que é universal, entre pessoas com deficiência e a sociedade capitalista na sua conformação atual.

O objetivo que norteou a construção deste objeto foi o de pensar a questão da deficiência/trabalho, num outro patamar teórico.

¹ A respeito da terminologia adotada cumpre explicitar que optamos por utilizar a designação **pessoa com deficiência** para fazer referência aos sujeitos, objeto desse estudo, quais sejam: pessoas com deficiência auditiva, física, mental, múltipla e visual. Consideramos que a utilização do termo genérico mais corrente em nossos dias: *pessoa portadora de necessidades especiais*, é um fator complicador, na medida em que, não permite identificar de que sujeito se está falando, exigindo sempre a adjetivação do termo. Como bem assinalou Jannuzzi (1985), a variação terminológica é uma constante e mais parece destinada a minimizar a forma pejorativa com que essas pessoas são percebidas socialmente. As mudanças, contudo, não têm mais que um efeito transitório. Dessa forma, encontra-se uma grande variabilidade de designações nas fontes utilizadas. No decorrer desse estudo, portanto, poderão ser encontrados os termos: *excepcionalidade, anormalidade, portadores de necessidades especiais, portadores de necessidades educativas especiais, pessoas portadoras de deficiência*, sempre em respeito às fontes. Mesmo reconhecendo que esses termos podem ter implicações mais amplas (como a referência às altas habilidades), no âmbito deste estudo, devem ser compreendidos, sempre como referência à pessoa com deficiência.

Para a consecução deste objetivo, procuramos analisar o ideário que permeia a questão deficiência/trabalho; estabelecer relações entre o discurso e a prática; iluminar os dados empíricos a partir de um referencial teórico marcado pela visão de totalidade; e debater a educação destes homens a partir desta ótica.

A análise da questão proposta poderia ser feita de muitas maneiras. A forma particular com que estabelecemos nossa pesquisa se definiu a partir do método escolhido. Optamos por utilizar ferramentas teóricas que permitem refletir numa perspectiva de totalidade, reconhecendo o caráter transitório de todas as coisas e compreendendo que este movimento é marcado pela contradição.

A inscrição de nossa discussão num marco histórico não é fortuita. Como já indicamos, temos observado que a produção no campo da Educação Especial padece muitas vezes de uma leitura abstrata, pouco permeável aos determinantes mais amplos que se fazem sentir na prática social. É um limite que precisa ser enfrentado, para que possamos responder de forma mais efetiva aos desafios impostos pela sociedade contemporânea.

Estes esclarecimentos são feitos no intuito de suprir a ausência inicial de referências que permitam ao leitor compreender o modo particular de olhar o objeto, bem como a nossa motivação intrínseca.

A intenção é levar o leitor a apreender o movimento que o campo singular adquire a partir da lente particular, que é o método. Foi a partir da referência que se colocaram em relevo as questões observadas, bem como a análise do objeto. O método nos indicou que a forma de exposição não tem de ser, necessariamente, coincidente com a da produção.

“É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori (...) para mim (...) o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 1988, p.26).

Assim, ainda que a construção do referencial teórico tenha precedido o levantamento e a análise dos aspectos singulares, partimos, na exposição, das questões particulares para as gerais.

O primeiro ponto apresentado é a análise de como vem sendo tratada a questão, pelos profissionais da educação especial. A discussão proposta no Capítulo 1, intitulado *A profissionalização da pessoa com deficiência: o que dizem os estudiosos da área*, em que apresentamos os aspectos discursivos que permeiam a questão. Em busca das idéias que dão sustentação ao objetivo de profissionalizar pessoas com deficiência, fizemos o levantamento e análise dos artigos que tratam da questão deficiência/trabalho, em três periódicos da área, no período de 1988 a 1998. O marco inicial é o da Constituição Brasileira, em 1988, que prevê a ampliação dos direitos legais das pessoas com deficiência inclusive ao trabalho. Utilizamos, para a discussão, aqueles artigos que nos pareceram mais representativos das posições dos autores sobre essa problemática.

O Capítulo 2, cujo título é, *Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: a situação em Mato Grosso do Sul*, traz a observação da prática social. Tratamos de assentar nossa discussão na concretude do mercado formal de trabalho do estado. O exercício foi o de observar, na vigência das leis e do discurso da integração via trabalho, como se encontram, no mercado, os trabalhadores com deficiência. Para tanto, efetuamos um levantamento daqueles que estão empregados em empresas privadas e públicas. Na busca de dados complementares, mantivemos contatos com algumas instituições e serviços que se ocupam da preparação e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Buscamos analisar, particularmente, os efeitos da legislação (criada nessa década para favorecer a absorção desta força de trabalho) sobre o mercado. Entendemos que as leis sintetizam, o embate que existe entre o capital e o trabalho. É um movimento complexo e contraditório, que tem de ser compreendido de forma mais abrangente.

Cumpramos esclarecer ainda que optamos pela investigação do mercado formal, porque sobre ele que incidem as leis aprovadas a partir da Constituição, em 1988.

Procuramos apreender e discutir, a partir de nosso campo de investigação (empresas públicas e privadas do estado de Mato Grosso do Sul), as interações entre o discurso — representado nas garantias legais ao trabalho — e o plano material.

As interações só podem ser traduzidas a partir do referencial teórico. No intuito de explicitar os aspectos universais, por detrás do campo empírico, tratamos de inscrever a questão num contexto mais amplo, dando aos fatos uma luz peculiar, decorrente da apreensão de seus nexos.

Para tanto, era necessário estabelecer a fundamentação teórica necessária à colocação da discussão sobre deficiência e trabalho, num outro patamar. Foi o que tentamos alcançar com a discussão apresentada no Capítulo 3, intitulado *Deficiência e trabalho: duas categorias em análise*. Procuramos realizar a discussão teórica das categorias que são vetores deste estudo.

Assim, tratamos de discutir a deficiência, procurando explicitar a compreensão dessa categoria como sendo uma construção histórica. Buscamos, ainda, definir de que maneira se configura o trabalho na sociedade capitalista. A partir dessa definição, tentamos apreender alguns dos desdobramentos da crise do trabalho no mundo contemporâneo, com a intermediação de autores que têm debatido a questão. Outro aspecto abordado é o processo de globalização, estreitamente imbricado com a transformação do trabalho.

No Capítulo 4, *Escola e deficiência*, tratamos de explorar as decorrências das transformações pelas quais passa o trabalho, no mundo contemporâneo para a educação formal, que ocorre na escola — compreendida como instituição criada para atender demandas sociais, refletindo no seu interior, as contradições que permeiam o movimento da sociedade.

Procuramos alcançar os desdobramentos dessas demandas para a Educação Especial, entendida como parte da educação geral, mais diretamente responsável pela educação das pessoas com deficiência. No âmbito da Educação Especial, tentamos discutir a educação para o trabalho e o movimento da *Inclusão*, que mais recentemente tem permeado os discursos da área.

Nas nossas *Considerações Finais*, tratamos de estabelecer as relações analíticas mais amplas que decorrem da discussão prévia e de apresentar as conclusões a que pudemos chegar sobre as implicações, limites e possibilidades inscritos na profissionalização da pessoa com deficiência, no seio da sociedade capitalista.

Ainda resta assinalar que esta investigação é resultado de um momento de aprendizagem, por isso mesmo, sujeito a percalços e equívocos que fazem parte deste tipo de processo. Por certo, muitas das nossas pretensões e objetivos não foram esgotados, e mesmo na sua conclusão formal, observamos que ainda está em movimento. Muitas das questões aqui debatidas e indicadas ainda carecem de reflexão, mas, ao menos transitoriamente, é necessário que esse processo seja interrompido. O texto traz o ponto ao qual nosso esforço nos permitiu chegar.

Esperamos que possa contribuir para o debate, donde decorrem possibilidades de construirmos novas respostas e novas questões para a nossa prática social.

CAPÍTULO 1

A PROFISSIONALIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O QUE DIZEM OS ESTUDIOSOS DA ÁREA

Neste capítulo, tratamos de estabelecer uma análise dos artigos referentes à questão deficiência/trabalho, em três periódicos importantes da área, ao longo do período de 1988 à 1998.

O que norteou a leitura dos artigos foi a busca do ideário veiculado pelos profissionais e pesquisadores acerca desta questão. O marco temporal se ancora na promulgação da Constituição Brasileira, no ano de 1988. A partir daí houve mudanças no âmbito legal, cujo intuito era o de assegurar às pessoas com deficiência o acesso ao mercado de trabalho formal.

A Constituição Brasileira de 1988 assegura:

“Art. 7.

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXI Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (...)

Art.37.

A Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

VIII A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão (...)

Art. 203.

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e tem por objetivos:

IV- A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

V- A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (Brasil, 1988).

A partir da Carta Magna, temos a Lei Federal 8.112 de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que no Art. 5º, §2 traz:

“Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso” (Brasil, 1990, grifo nosso).

Vale notar que a legislação, ao tratar do ingresso ao serviço público pela via do concurso, estabelece como referência um percentual máximo sem prever um mínimo, o que dá margem a uma grande variabilidade na aplicação da lei, configurando práticas muito distintas. O mesmo não ocorre com relação ao setor privado, em que as regras são mais objetivas como veremos a seguir.

A Lei Federal 8.213 de 08/12/91 que dispõe sobre os planos e benefícios da Previdência, diz:

“Subseção II – Da habilitação e da reabilitação profissional

Art. 93.

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I até 200 empregados - 2%

II de 201 a 500 - 3%

III de 501 a 1.000 - 4%

IV de 1.001 em diante - 5%

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante” (Brasil,1991).

Assim, do ponto de vista legal, a partir de 1988, foram criados mecanismos que objetivam assegurar a absorção de trabalhadores com deficiência pelo mercado de trabalho.

Buscamos apreender as idéias debatidas pelos profissionais da área, sobre a profissionalização das pessoas com deficiência a partir da vigência dessas leis. Optamos pela análise dos artigos de revistas especializadas, porque consideramos que tem sido um dos principais veículos do pensamento dos profissionais da área, e permitem a visualização da questão, já que trazem a discussão travada no âmbito acadêmico e a implementação dessas idéias no plano prático².

² Ponderamos a possibilidade de analisar as teses e dissertações que tratassem da questão deficiência/trabalho, no período em questão. Contudo, à época, o rastreamento desse material era dificultado pela falta de um banco de dados. Daí a opção pelas revistas especializadas, um dos principais veículos de divulgação da produção científica. Recentemente, foi desenvolvido um projeto de pesquisa com o objetivo de estabelecer uma análise das dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação de duas instituições, UFSCar e UERJ [NUNES, L.R. D. P.; FERREIRA, J. R.; GLAT,

1.1 AS PUBLICAÇÕES

Os periódicos selecionados para análise foram: *Revista Integração*; *Revista Brasileira de Educação Especial*; e *Temas em Educação Especial*, que fazem parte de um leque de publicações voltadas à discussão da educação especial. A opção por estes informativos se justifica por serem abrangentes, na medida em que abordam o amplo espectro das deficiências. Há revistas que tratam de deficiências específicas como *Mensagem da Apae*, *Revista Pestalozzi*, entretanto, como o objetivo aqui é tratar da categoria mais ampla, pessoa com deficiência, a opção recaiu sobre as revistas que abordam todas as deficiências.

A *Revista Integração* é o informativo da SEESP³, amplamente divulgado nas Instituições especializadas e junto aos profissionais da área, já que é gratuito. A *Revista Brasileira de Educação Especial* e *Temas em Educação Especial*⁴ são publicações que, mesmo não tendo uma penetração tão ampliada, têm maior inserção junto aos pesquisadores e trazem a produção acadêmica mais recente sobre as temáticas da educação especial.

1.1.1 Revista Integração

A *Revista Integração* começou a circular em 1988, a partir da fundação da Secretaria de Educação Especial — SESPE⁵. O propósito inicial foi o de manter circulação bimestral, o que não se assegurou em decorrência da descontinuidade a que o órgão esteve sujeito desde sua criação⁶. Neste trabalho, temos como objeto de

R. et al. A Pós –Graduação em Educação Especial no Brasil: análise da produção discente. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Piracicaba, n.5, p. 113-126; GLAT, R. (Coord.). *Pesquisa em Educação Especial na Pós-graduação*. v.3. In: Série Questões atuais em Educação Especial. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 1998.].

³ Secretaria de Educação Especial – SEESP — Secretaria instaurada no âmbito do MEC, em 1992.

⁴ Neste estudo, a *Revista Brasileira de Educação Especial* será referenciada como RBEE e a revista *Temas em Educação Especial*, como TEE.

⁵ Criada em 1986, pelo decreto 93.613/86, e transformada em SEESP, em 1992.

⁶ Tivemos, inicialmente, o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, fundado em 1973, no governo Médici, órgão diretamente subordinado ao MEC, cuja atribuição era cuidar da Política Nacional de Educação Especial.

Jannuzzi (1997) salientou que o CENESP, atuando sob supervisão direta do MEC, tinha autonomia financeira e administrativa e nasceu forte, estabelecendo-se de forma autonomizada, em relação ao ensino de 1º e 2º graus, o que contrariava a perspectiva de integração da pessoa com deficiência, no sistema regular de ensino, presente desde a primeira LDB.

Em 1981, no governo Figueiredo, passou a ser subordinado ao ensino de 1º e 2º graus. No governo Sarney, em 1986, foi transformado em Secretaria de Educação Especial – SESPE, voltando à estrutura básica do MEC. Esta Secretaria foi extinta em 1990, no governo Collor, e voltou para a

análise os vinte e um números lançados no período delimitado para esta pesquisa. É importante ressaltar que, em 1993, a revista esteve fora de circulação.

Das três selecionadas, esta é a revista mais difundida, sua circulação é gratuita, tem a maior frequência e tiragem e se propõe a fomentar o debate das questões de interesse específico da área.

Traz artigos, entrevistas, informes, cartas, relatos de experiências, resenhas, reportagens. Contempla todas as deficiências e as altas habilidades. Está aberta à participação de pesquisadores da área, profissionais envolvidos com o atendimento, Instituições, Secretarias Estaduais e Municipais, ponderamos que este é um fator adicional que irá contribuir para sua ampla difusão.

Pudemos observar, em comparação com as outras publicações, que traz um maior número de relatos de experiências. O material divulgado, além de provir de diversas fontes (desde Instituições a serviços públicos e empresas), vem das mais diversas áreas do país. Os autores são vinculados de uma ou outra forma com o atendimento às pessoas com deficiência, não sendo todos envolvidos com a pesquisa. A revista se caracteriza por trazer menos matérias de cunho científico.

Dos vinte e um exemplares lançados pela Revista Integração, temos um número especial (Edição Especial/1998), referente ao “*Congresso Internacional sobre Superdotação*”. Do levantamento inicial, foram selecionadas doze matérias de interesse específico, que tratam diretamente o tema deficiência /trabalho. Temos um total de trezentos e treze artigos, ao longo dos vinte e um exemplares considerados na análise, sendo que doze artigos tratavam da temática em foco.

Assim, temos uma representação em termos percentuais de 3,8%, o que expressa uma preocupação pouco relevante com a questão no âmbito da revista.

Ainda é importante salientar que, dos artigos selecionados, a grande maioria se encontra concentrada em três números, n.º 4/89 com dois artigos, n.º 13/94 com três artigos e n.º 18/97 com cinco artigos. Registre-se que, nove dos artigos citados, fazem referência a todos os tipos de deficiência, dois tratam da questão da deficiência mental e um da auditiva.

1.1.2 Revista Brasileira de Educação Especial.

A *Revista Brasileira de Educação Especial* é uma publicação semestral da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Objetiva a divulgação de pesquisas e estudos científicos sobre a Educação Especial no Brasil. Traz relatos de pesquisa, ensaios teóricos, comentários, resenhas, revisão de literatura e documenta. A primeira revista circulou em 1992. Desta data, até 1998, foram quatro os números publicados. A RBEE também não assegura a periodicidade que se propõe em princípio (semestral).

De um total de cinquenta e sete matérias, foram selecionados seis artigos, por tratarem de forma mais direta da questão em pauta, nos números publicados em 1992 (um artigo), 1994 (dois artigos) e 1995 (três artigos).

Destes, um artigo apresentou, como objeto de análise, um programa de preparação para o trabalho (Jannuzzi, 1992). A autora retratou o campo empírico com o objetivo de estabelecer uma discussão teórica acerca dos processos de profissionalização e inserção no mercado de trabalho. Os demais artigos também apresentam uma discussão teórica acerca das questões implicadas na preparação de pessoas com deficiência para o trabalho e sua colocação no mercado, a partir de uma perspectiva histórica, da discussão de modalidades de inserção ou da análise de amostragens.

Os autores, quase em sua totalidade, são pesquisadores vinculados a universidades (com exceção, uma professora da rede pública de ensino). Dos artigos, três analisam a questão englobando todas as formas de deficiência; dois discutem especificamente a deficiência mental; e outro aborda a deficiência visual. Em termos percentuais, a revista possui 10,52% de suas matérias enfocando a questão deficiência/trabalho; o que expressa uma preocupação significativa, com esta problemática, no conjunto da revista.

1.1.3 Temas em Educação Especial

Temas em Educação Especial é uma publicação que acompanha, desde 1990, os *Ciclos de Estudos sobre Deficiência Mental* organizados pelo Programa de Pós-graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (PPG-Ees, UFSCar).

Estes ciclos acontecem bi-anualmente, desde o início da década de 80. Objetivam o intercâmbio entre estudantes e pesquisadores da área de Educação

Especial. A publicação deste periódico assegura a divulgação dos trabalhos e discussões de pesquisadores, profissionais e estudantes, favorecendo a circulação de informações atuais na área. Segundo os organizadores, a iniciativa responde à grande demanda por informação que o campo de atuação denota. No período analisado, foram lançados três números: TEE 1, em 1990, sem artigos de interesse particular para esta análise; TEE 2, lançado em 1993, com um artigo de interesse; e TEE 3, em 1996, que traz como um dos temas de debate a questão da profissionalização da pessoa com deficiência — “*Desafios no trabalho*”. Este número apresentou sete artigos que tratam da questão deficiência/trabalho. É importante esclarecer que, mesmo acompanhando um evento científico que se propõe a discutir a deficiência mental, esta publicação refletiu e abordou temas de interesse da educação especial em geral, contemplando também as outras categorias de deficiência.

No escopo da revista, encontramos oito artigos de um total de cento e três matérias, o que resultou num percentual de 7,76%, indicando uma preocupação pouco relevante sobre o tema. Um abordou a questão a partir da deficiência visual; três, sob o enfoque da deficiência mental, e os quatro restantes trataram da questão numa perspectiva mais ampla, englobando todas as formas de deficiência.

A tabela 1 sintetiza os números totais dos artigos que tratam da questão deficiência/trabalho, nas revistas analisadas ao longo do período, delimitado para a pesquisa, 1988 – 1998.

TABELA 1 - Artigos sobre deficiência/trabalho — 1988 a 1998.

ANO	R. Integração	RBEE	TEE	Total
1988	—	—	—	—
1989	02	—	—	02
1990	—	—	—	—
1991	—	—	—	—
1992	01	01	—	02
1993	—	—	01	01
1994	03	02	—	05
1995	—	03	—	03
1996	—	—	07	07
1997	06	—	—	06
1998	—	—	—	—
TT Art. D/T	12	06	08	26

Legenda: R. Int. – Revista Integração; RBEE – Revista Brasileira de Educação Especial; TEE – Temas em Educação Especial; TT Art. D/T – Total de Artigos que discutem deficiência/trabalho .

Nos três periódicos, selecionamos vinte e seis artigos. Um dos artigos foi publicado nos três periódicos, com formato diferente, contudo, foi computado três vezes, por expressar o interesse das revistas com a temática em questão.

Os artigos se concentraram mais nos anos de 1994 (cinco artigos em duas revistas — RBEE e Integração), 1996 (sete artigos na Revista TEE) e 1997 (seis artigos na Revista Integração). Foram momentos em que a temática foi colocada em debate, no âmbito dessas revistas. A tabela 2 traz a expressão da questão deficiência/trabalho nas revistas analisadas.

TABELA 2 - Revistas analisadas.

Revistas	N.º R. Publicadas	TT Artigos	Artigos D/T	Perc. Artigos D/T
R. INT.	21	313	12	3,8%
RBEE	04	57	06	10,52%
TEE	03	103	08	7,76%
Total	28	473	26	5,49%

Legenda: R. Int. – Revista Integração; RBEE – Revista Brasileira de Educação Especial; TEE – Temas em Educação Especial; N.º R. Publicadas – Número de Revistas Publicadas; TT Artigos – Total de Artigos; Artigos D/T – Artigos sobre deficiência/trabalho; Perc. Artigos D/T - Percentual de Artigos que discutem deficiência/trabalho.

Destacamos, de quatrocentos e setenta e três artigos que versavam sobre questões gerais da Educação Especial, um total de 26 artigos que discutiram deficiência/trabalho⁷, o que representa 5,49% do total de artigos publicados nestas revistas.

Concluimos que, ainda que não se revele muito intensa, a preocupação com essa problemática tem se mostrado persistente. Observamos que, desde meados da década, a questão deficiência/trabalho adquiriu maior relevo no plano das preocupações dos pesquisadores e profissionais da área, o que se explicitou pela maior discussão da temática no âmbito das revistas.

⁷ A Bibliografia dos artigos analisados se encontra ao final do trabalho.

1.2 A PROPOSIÇÃO DE TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Da leitura dos artigos, o que se depreende, é a afirmação do objetivo da educação especial, de preparar pessoas com deficiência, auditiva, física, mental, múltipla e visual para serem encaminhadas ao mercado de trabalho. O que nos parecia, em princípio, um objetivo inquestionável, adquiriu outros contornos, a partir da compreensão do significado do trabalho no âmbito da sociedade capitalista⁸.

Compreendemos que o exercício reflexivo, a partir dessa perspectiva, pode trazer nova luz sobre o objeto de estudo, por isso, nos propusemos discutir a produção sobre deficiência/trabalho no período compreendido entre 1988/1998.

Foi a partir do estabelecido na Constituição que novas leis, decretos e portarias foram promulgados, ampliando os direitos desta parcela da população.

Na análise dos artigos que tratam da interface deficiência/trabalho, procuramos observar qual a posição dos profissionais da área e, invariavelmente, encontramos que a proposição de encaminhar a pessoa com deficiência para o trabalho é inquestionada. A partir dessa constatação, buscamos apreender sob quais justificativas ela se dá.

A justificativa mais freqüente é de que, através dessa forma, estaria sendo, enfim, alcançada a integração social da pessoa com deficiência.

Numa análise ampliada dos artigos, encontramos que o direito ao trabalho é, para todos, propugnado como direito de cidadania e perseguido como forma de integração social. Da mesma forma, é reclamado como direito da pessoa com deficiência e colocado como objetivo terminal a ser alcançado pela educação especial. A vinculação entre educação e trabalho é decorrente de influências da economia na educação⁹ e permeia também o discurso da educação especial.

⁸ No Capítulo 3, apresentamos uma discussão da categoria trabalho, explicitando o quadro teórico a partir do qual analisamos a proposição de profissionalização e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

⁹ Frigotto (1998, p.36-38) assinalou que, “No fim da década de 50 e início da década de 60, Theodoro Schultz (1962 e 1973) elaborou o conceito de capital humano vinculando-o a uma função agregada macroeconômica, para explicar as diferenças de desenvolvimento econômico-social entre as nações e as diferenças e desigualdades entre grupos sociais ou entre os indivíduos. O impacto desta formulação foi extraordinário e lhe valeu o Prêmio Nobel de economia de 1979 (...) o investimento em ‘capital humano’ passou a constituir-se na chave de ouro para resolver o enigma do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais (...) a teoria do capital humano passou por um intenso debate interno, particularmente na década de 60 e 70, e, ao mesmo tempo, teve um amplo uso político e ideológico na definição de macropolíticas educacionais orientadas pelos organismos internacionais e regionais. No Brasil, durante o período da ditadura militar, como mostra Saviani (1988), duas reformas — universitária de 1968 e do 1º e 2º graus em

Os profissionais da área têm, freqüentemente, discutido as formas de se alcançar essa inserção prescrita, mas pouco se discute a quem ela serve ou a pertinência desse objetivo. E ocorre que, no caso das pessoas com deficiência, é um objetivo mais dificilmente alcançado.

Num dos artigos analisados, o autor aludiu a esta evidência, quando tratou de discutir a profissionalização de pessoas com deficiência mental. Para Manzini (1996, p. 185),

“Se analisarmos a palavra ‘integração’ poderemos observar que ela é bastante utilizada na fala de profissionais da área de educação especial. Ela também aparece freqüentemente como o principal objetivo das instituições especializadas. Podemos dizer que a integração tornou-se uma idéia universal a ser seguida, expandida e implementada. Posteriormente o significado da palavra ‘integração’ passou a ser associada à palavra ‘trabalho’, quer dizer, só seria possível pensar em integrar o indivíduo portador de deficiência mental através do trabalho. O processo educativo do deficiente mental só estaria completo quando este estivesse incorporado à força de trabalho. Parece então, que a concepção básica subjacente é que: o treinamento profissional viria de certa forma, assegurar ao portador de deficiência mental sua integração na sociedade (...) se o objetivo que justifica a profissionalização do portador de deficiência mental está claro e o objetivo seria integrá-lo à sociedade via trabalho, os processos utilizados para a profissionalização nem sempre estão”

O autor assinalou que o trabalho tem sido a meta final da educação desses homens, e ponderou que o objetivo que justifica a profissionalização de pessoas com deficiência está claro, seria *integrá-lo à sociedade via trabalho*. Consideramos que a discussão desse objetivo não foi esgotada e deve ser colocada em termos mais amplos, para que possamos compreender as razões que o impõe. Buscamos, neste estudo, iniciar essa discussão.

Na análise dos artigos, encontramos uma pequena parte dos autores que tratam da profissionalização da pessoa com deficiência como fato dado, sem tocar ao menos em suas razões de fundo. Para estes autores, a questão central é a forma pela qual este objetivo pode ser alcançado. São trabalhos que, em geral, trazem a divulgação de experiências em curso, com caráter de modelo a ser seguido.

1971 — estruturam o sistema de ensino dentro dos parâmetros tecnicistas e economicistas, inspirados nesta formulação teórico-ideológica. (...) Trinta anos depois da disseminação da teoria do capital humano, nada daquilo que postulava se efetivou — a possibilidade da igualdade entre nações e entre grupos e indivíduos, ascensão na carreira profissional, mobilidade social e conseqüente diminuição das desigualdades”. Para maiores informações ler : Schultz, T. (*O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. *Capital humano* Rio de Janeiro, Zahar, 1973.); Saviani, D. (*Política e Educação no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1988.), Machado, L. (*Educação e Divisão Social do Trabalho*. 1989).

Parte dos autores pesquisados advogam a proposição do trabalho para pessoas com deficiência como direito de cidadania. Isso se expressa nos seguintes termos, por Gonçalves (1997, p.54), representante de entidade, ao falar da filosofia de ação que norteia o trabalho:

“(...) destina-se a promover os direitos humanos das pessoas portadoras de deficiência, tratando-as como legítimos cidadãos, revelando seu potencial, suas habilidades e não suas deficiências; priorizando sua integração segundo as condições prevalentes na sociedade (reconhecimento, oportunidades e auto – afirmação). Ao assumir novos papéis que excluem fronteiras segregacionistas para tais pessoas, procura-se impedir a retroalimentação de suas limitações, para possibilitar a ampliação dos horizontes existentes nos extramuros institucionais”

Ao priorizar a integração, nas *condições prevalentes na sociedade*, denotou a crença, de que essa integração é possível no modo de organização social vigente. Foi a partir dessa perspectiva que a maioria dos autores viram a questão. Ponderaram que, em grande medida, a dificuldade se deve à inadequação dos processos de formação, ao preconceito social ou à falta de conhecimento do potencial da pessoa com deficiência. Para representante da Estação Especial da Lapa (1994, p. 03),

“o portador de deficiência enfrenta barreiras no acesso ao mercado de trabalho, dado o desconhecimento de suas potencialidades. Temos o compromisso, então, de trabalhar na qualidade da formação profissional do habilitando, bem como sensibilizar o empregador e a comunidade sobre a eficiência da pessoa portadora de deficiência para além da deficiência”.

Esses fatores, indicados como barreiras, são observados e referidos por diversos autores (Masini, 1993; Amaral, 1994; Dias, Silva e Galvão,1996; dentre outros). Contudo, não nos parece que sejam suficientes para explicar a não absorção da força de trabalho da pessoa com deficiência. A questão é: numa sociedade marcada pela exclusão¹⁰, em que grandes contingentes de pessoas são deixadas à margem do mercado, a formação profissional consistente, aliada à superação do preconceito, seria capaz de assegurar o trabalho para essa parcela da população? Parece que há determinantes mais amplos que estão sendo tangenciados nas análises.

Há autores que, mesmo asseverando que estamos numa sociedade capitalista, não indicaram ou reconheceram, as questões de ordem material que estão implicadas

¹⁰ A exclusão social é um processo inerente ao modo de organização capitalista e se manifesta de diversas formas como prática social perversa. Assim, vemos nossa sociedade marcada pela exclusão econômica, a qual se sobrepõe a de grupos raciais, de gênero, idade, opção sexual, etc., além daquela que discutimos, a exclusão da pessoa com deficiência.

nesta problemática ou as contradições internas de um sistema essencialmente excludente. Para Amaral (1994, p. 131-132),

“Na sociedade capitalista o trabalho é visto, essencialmente, como possibilidade de inserção no circuito produção – consumo. Assim, o indivíduo deve produzir e consumir (e pagar tributos pelo seu trabalho e pelos bens adquiridos!) para que possa ser visto como cidadão. Mais do que ‘ser’, ele deve ‘fazer’, mais do que ‘ser’ ele deve ‘ter’ (...) sem entrar pelo atalho do mito do ‘paraíso perdido’ da era pré industrial, ressalto apenas a perda significativa da possibilidade genérica de fruição da díada trabalho/prazer, uma vez que poucos de nós têm o privilégio de usufruí-la no contexto em que estamos inseridos (...) este talvez seja o ponto principal, o resgate do papel do trabalho: seu potencial de elemento significativo, seja na auto-realização, seja na configuração da auto estima, seja na independência econômica, na autonomia, no prazer presente no processo e no produto, na sensação de aceitação e ‘pertencimento’ (...) enfim o resgate da visão do trabalho como fonte de satisfação na vida das pessoas com deficiência - desalojando um argumento tão freqüente quanto distorcido: o de que seu trabalho pode ser uma forma de reduzir ‘custos’ para a sociedade, ou outros argumentos de ordem econômica, tal como enfatizado por Goyos”.

A autora, apontou para a possibilidade de recuperar o caráter de atividade vital do trabalho. Assim, desconsiderou o caráter contraditório e a conformação alienada que o trabalho assume sob a égide do capitalismo. Esta crença sublinhou seu discurso em favor da profissionalização e encaminhamento de pessoas com deficiência para o trabalho:

“Quando se fala de integração de pessoas com deficiência fala-se (em especial nas sociedades capitalistas, mas talvez não exclusivamente) de sua inserção no mundo do trabalho, uma vez que essa é uma privilegiada faceta da vida do cidadão. Mesmo porque esse cidadão só o é reconhecidamente se inserido no circuito de produção-consumo, como já discuti em outras ocasiões. A partir dessa ótica há que se pensar em todas as alternativas possíveis para que a inserção laboral de fato ocorra (...) esta parece ser uma das alternativas que contém em si a semente de maior satisfação de todos os protagonistas envolvidos, uma vez que possibilita a real inserção da pessoa num dos mais valorizados âmbitos de sua VIDA: o trabalho. Dele podem então advir algumas das mais gratificantes experiências internas do ser humano: autonomia, respeito e sensação de pertencimento” (Amaral, 1996, p.161).

Não se trata aqui de negar que o trabalho desempenha papel central na vida do homem, mas de questionar, se sob esse modelo, é possível pensar e acreditar, na possibilidade de auto-realização ou de integração efetiva de pessoas com deficiência à sociedade, pela via do trabalho.

A autora ainda fez uma referência à cidadania¹¹, discurso recorrente quando se trata dessa temática, o que nos impõe a pergunta: o que é ser cidadão na sociedade contemporânea? Essa não é uma questão de resposta inequívoca. A concepção de cidadania, como toda construção humana, é histórica, portanto, reporta-se sempre a um tempo e lugar¹².

Alguns autores expressaram o reconhecimento de que a legislação brasileira não tem tido potência para assegurar os *direitos de cidadania*, e não tem favorecido a incorporação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Para Dias, Silva e Galvão (1996, p.167-168).

“O trabalho além de ser um meio do homem ganhar a vida e de desempenhar um papel social, é uma atividade através da qual as pessoas produzem algo de valor para si mesmas e para os outros. Embora o trabalho seja um direito dos cidadãos como forma de participar da sociedade em que vivem, nos países com dificuldades econômicas, como o Brasil, há um contingente de desempregados e subempregados. Neste caso, as condições sociais impedem a contribuição de muitas pessoas com a sociedade e consigo mesmas, como cidadãos e indivíduos capazes de realizar obras, produzir algo”.

Aqui os autores apontaram que há muitos entraves à cidadania num país com dificuldades econômicas. É importante reconhecer que a questão deficiência/trabalho está subsumida num plano universal e que pessoas com deficiência engrossam as fileiras de desempregados e subempregados que marcam a sociedade contemporânea, convulsionada pelas crises agudas e recorrentes do sistema capitalista.

Quais as decorrências dessas transformações para a cidadania?¹³ Podemos avançar um pouco mais nessa questão a partir de alguns autores que fundamentam suas análises numa perspectiva mais crítica. Conforme Jannuzzi (1996, p. 109),

“(…) com a reorganização do capitalismo e crescimento do poder do Estado depois da Segunda Guerra Mundial, cidadania passou a ser relacionada ao Estado de Bem Estar Social, que segundo Boron (1994: 76), ‘repousava então sobre a problemática compatibilização de duas lógicas: uma de tipo econômica orientada para a reanimação e estabilização capitalista; outra, de tipo política, preocupada em

¹¹ Ainda que não objetivemos discutir a categoria *cidadania*, é importante assinalar que essa tem sido tomada, recorrentemente, como suporte para o discurso e a luta contra a exclusão. Contudo, no âmbito dos movimentos sociais, e mesmo no campo acadêmico, vem sendo considerada de forma abstrata.

¹² Ser cidadão num país pobre como o Brasil é muito distinto de sê-lo num país rico, pois se nesses ainda é possível assegurar uma rede de proteção social mínima, nos países pobres isso não ocorre. Ademais, o *enxugamento da máquina do Estado* tem impactado sobremaneira as políticas públicas voltadas ao atendimento de necessidades básicas tais como, alimentação, habitação, saúde, educação.

¹³ Nossa motivação para tocar nessa questão é tão somente de assinalar o argumento de Jannuzzi que vincula o discurso pela cidadania ao Estado de Bem Estar Social, do qual trataremos no Capítulo 3 deste trabalho.

encarar os perigos da revolução, assegurar a participação social, a institucionalização dos conflitos classistas e a criação da ordem burguesa estável e legítima”.

A autora pontuou que a relação entre cidadania e Estado de Bem Estar Social¹⁴ acarretou uma expansão dos serviços governamentais nos campos da educação, saúde, habitação, assistência social, e que, ao menos em termos legais, o trabalhador passou a ter participação nos lucros da empresa.

Assinalou ainda que, de forma geral, o Brasil fez esta mesma trajetória, que foi intensificada pela crescente industrialização, obrigando o país a iniciar a gerência de programas relativos aos acidentes de trabalho, proteção à invalidez, abono família etc.

Em termos legais, paulatinamente, o deficiente passou a ganhar algum amparo a partir da LDB (Lei 4.024; Lei 5.692) até que, na Constituição de 1988, estes direitos foram ampliados e passaram a ser especificados no documento do MEC/SEESP (Secretaria de Educação Especial) — Política Nacional de Integração/1994. A autora sublinhou que os avanços legais foram movidos sob influência dos organismos internacionais.

Ponderou que estes avanços se dão num contexto de crise do capitalismo, com amplas repercussões para os países pobres, momento em que cresce o discurso contrário às funções distributivas do Estado e a ênfase recai nas virtudes do mercado, condição que coloca em risco a efetivação dos avanços conquistados no plano legal.

¹⁴ O Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, segundo Aureliano e Draibe (1988), é conceituado de forma variada, em acordo com as correntes teóricas a que se filiam os estudiosos. As autoras fizeram referência às definições de Briggs, Wilensky e ainda à anglo-saxã como sendo algumas das mais correntes. Assinalaram que estas definições apresentam alguns elementos que merecem destaque: *“Primeiramente, a referência à ação estatal na organização e implementação dessas políticas, independentemente do grau em que se efetiva a participação do Estado em cada uma delas. Em segundo lugar, e em decorrência, está envolvida, na concepção do Welfare State, uma determinada relação Estado-mercado, na qual o primeiro tende a alterar o livre movimento, assim como os resultados socialmente adversos do segundo. Em terceiro lugar, está a noção de substituição da renda, quando esta é perdida temporária ou permanentemente, dados os ‘riscos’ normais próprios das economias de mercado a perda da capacidade de trabalho por condições de velhice, doença, maternidade, ou à situação de desemprego. Mas, também – principalmente na tradição anglo-saxã - a manutenção ou integração da renda, face ao patamar mínimo considerado satisfatório para atendimento das necessidades sociais vitais dos indivíduos e das famílias: ou seja, contemplam-se, também, aqueles que estão fora do mercado ou vinculados a ele marginalmente. Nesta acepção, as políticas de Welfare têm como referencial, menos o trabalhador contributivo, antes o conjunto dos cidadãos, por sua vez, este tem nelas a garantia de um direito e não a expressão de uma ação benevolente do Estado. Direito social, no caso referido às necessidades vitais socialmente consideradas: a alimentação, a habitação, a atenção à saúde, a educação – núcleo duro ou face predominante, na concepção de Titmus dos modernos Estados de Bem -Estar Social”* (Draibe, 1988, p. 90-91).

Assim, mesmo que a lei assegure o direito ao trabalho, esta possibilidade fica condicionada a outros determinantes, o que se aplica a todo trabalhador, dentre eles as pessoas com deficiência.

A partir de uma perspectiva histórica, a autora assinalou que, na sociedade capitalista, o trabalho adquire contornos muito específicos,

“(...) uma das características essenciais do homem seria a capacidade de ter no pensamento o projeto, antes de sua execução. E esta qualidade é generalizável a todo o homem, não implicando em quantificação. É premissa de todo trabalho humano e desenvolve-se pelas ‘complexas interações entre ferramentas e relações sociais’, ou seja entre tecnologia e sociedade. Se as relações sociais na escravidão implicavam a propriedade do senhor sobre o trabalho do escravo ou servo, já no capitalismo o trabalhador passa a possuí-lo para vendê-lo a outrém” (Jannuzzi, 1996, p.111).

Acrescentou que a rentabilidade torna-se fundamental. A divisão de tarefas e o gerenciamento a baixo custo são respostas decorrentes da necessidade de se aumentar o ritmo de produção. Assim, algumas tarefas são barateadas e destinadas aos trabalhadores com menor tempo de formação. À medida que a máquina retira da mão do homem a ferramenta e o saber, destitui o controle que este tem sobre o trabalho.

A cada aumento de tecnologia, há diminuição de empregados, o que amplia o exército de reserva e reduz os salários¹⁵. A autora ainda afirmou que, no sistema capitalista, ocorre não apenas a expropriação do trabalhador, mas também de capitalistas menores.

Num artigo anterior, Jannuzzi (1992), discutiu a proposição de trabalho para pessoas com deficiência mental e suas conseqüências, a partir de uma pesquisa empírica procedida numa Oficina Abrigada (OA). Premida por demandas de mercado, a oficina em questão propunha tarefas parcelizadas para os aprendizes, nos mesmos moldes das indústrias locais. A autora ponderou que a subdivisão de tarefas,

¹⁵ Contra o argumento daqueles que afirmam que o incremento tecnológico extingue alguns postos de trabalho e dá lugar a outros, Chesnais (1997) afirmou: “O argumento principal daqueles que se colocam na ótica da perenidade do capitalismo, para quem não há outra alternativa senão se ‘adaptar’ às necessidades do capital financeiro (ou que desejam, por um motivo ou outro, administrar certos ‘calmantes’ à classe operária) consiste em dizer que já houve, no passado, fases longas de depressão com desemprego elevado e que a retomada da acumulação sempre acabou proporcionando, ‘mais cedo ou mais tarde’, a reintegração do exército industrial de reserva no ciclo de produção e da renda. Essa perspectiva está baseada na hipótese de que se tornará rentável para o capital explorar os trabalhadores que deixou de explorar ou que jamais explorou (a juventude). Isso significa não levar em conta a maneira como o capital, em sua evolução, modifica o conjunto das condições sociais de sua existência” (p. 22).

característica do trabalho industrial, é particularmente nociva em relação ao deficiente.

Com esta visão, evidenciou o caráter negativo e degradado que o trabalho assumiu no âmbito da sociedade capitalista, já que apareceu diante do trabalhador como propriedade alheia, estranha, perdendo o caráter de atividade humana vital.

Contudo, partindo do princípio de que pessoas com deficiência devem ter acesso a todas instâncias sociais, advogou que a Educação Especial deveria se esforçar no sentido de encaminhar os aprendizes com deficiência mental para a escola comum e o mercado de trabalho. Para ela,

“A educação especial seria realmente uma mediação para o ensino comum, só permanecendo nela os que realmente por razões da gravidade das síndromes, não pudessem participar do ensino comum público, gratuito, obrigatório. Estes mais prejudicados é que afluiriam à OA e além do trabalho industrial continuar-se-ia com o trabalho pedagógico já mencionado. Mesmo assim, haveria constante busca da OA de remetê-lo ao emprego comum, pois que, como se está percebendo, há também nela trabalho para o analfabeto, e o de poucas habilidades” (1992, p.61).

Para aqueles portadores de lesões que não tivessem condições de escolarização ou de trabalho, reclamou que fossem *“sustentados pela sociedade em que vivem, através dos impostos dos contribuintes e dentro das melhores condições de saúde e felicidade”*(Jannuzzi, 1992, p.61-62).

Mas, afinal, o que define se uma pessoa têm ou não possibilidades de escolarização ou trabalho? São as condições históricas em que está inserida. A partir dessa constatação, um homem com um quadro lesional grave, mas com provimento de todos os suportes necessários à superação de seus limites, num contexto que permita, ou exija, seu “aproveitamento”, pode alcançar a escola e, até, quem sabe, o mercado de trabalho.

Mesmo aqueles que correspondem ao ideal de uma determinada sociedade, podem não ter esse mesmo acesso, em decorrência das condições econômicas e sociais em que vivem. Estas considerações ajudam a refletir sobre as possibilidades de encaminhar para o emprego comum, em tempos de desemprego estrutural¹⁶, pessoas com deficiência.

¹⁶ Como definiu Ianni (1997, p.270), *“Ao contrário do desemprego conjuntural, relativo ao metabolismo regular da economia, o desemprego estrutural, ou tecnológico, implica expulsão mais ou menos permanente das atividades produtivas. Decorre principalmente da contínua e generalizada tecnificação dos processos de trabalho e produção. Decorre da crescente potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho, pela adoção de tecnologia eletrônicas e informáticas. E isto tudo*

Há que se pensar se é possível alcançar a tão almejada integração, no modelo social vigente, e a que necessidades responde a colocação de trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho.

A própria autora quem nos ofereceu elementos para responder a essa questão:

“Em relação à educação e ao trabalho, algumas pesquisas vem demonstrando que, geralmente é enfatizado o disciplinamento, as aprendizagens de vida diária e prática no que têm de mais simples. Desta forma vão possibilitando ao deficiente, apenas a ocupação de empregos não qualificados ainda restantes nas comunidades” (Jannuzzi, 1996, p.115).

Portanto, a educação e o encaminhamento de pessoas com deficiência para o mercado se dão a partir das demandas do capital e nos seus limites. A autora ainda assinalou com respeito ao trabalho da OA,

“(...) é preciso manter-se alerta para que não fossem massacrados pela necessidade de produtividade, mas que houvesse uma continuação no sentido de humanizar a indústria, de modo que as peculiaridades dos ‘deficientes’ pudessem também penetrar no ambiente de trabalho, mesclando-o de lazer, como o fez nesta OA” (Jannuzzi, 1992, p. 61).

O que temos assistido é a expropriação do homem a partir do trabalho. Seria possível pensar a humanização da indústria a partir das peculiaridades das pessoas com deficiência? Parece-nos que essa perspectiva não teria potência suficiente para nortear nossas ações, pois não coaduna com a lógica da sociedade produtora de mercadorias, que é movida pela necessidade do lucro.

Jannuzzi (1992, p. 58) ainda escreveu:

“(...) se de um lado, a OA atenua o trabalho fabril e dá um certo status ao aprendiz mostrando a ele, à família e ao mundo que é capaz de cumprir certas tarefas da sociedade capitalista, ele é também absorvido por esse mesmo modo de produção que o proscreeve, uma vez que só lhe são remetidas as tarefas que não se mostram lucrativas para o operário ‘normal’, além do baixo salário. Assim, urge na OA ir além desse ‘colocar trabalho para o deficiente’ no sentido de prosseguir certas funções que deveriam ter sido cumpridas até certo ponto pela escola”.

acelerado e generalizado pelos processos de contínua concentração e centralização do capital, em escala mundial. As freqüentes associações de capitais, bem, como as reiteradas reinversões dos ganhos no mesmo empreendimento ou em outros, agilizam a força do capital e fragilizam a força de trabalho. Assim o desemprego se mundializa”.

Aludiu assim, ao papel contraditório cumprido pela OA na sua função de preparação para o trabalho de pessoas com deficiência mental, e ponderou que, neste espaço de contradição, devem ser buscadas respostas no sentido de superação.

Ainda que Jannuzzi (1996, p. 108) tenha se reportado, permanentemente, ao caráter de movimento presente na história,

“ (...) o não questionamento dessa realidade pode produzir a aceitação dela como sendo inexoravelmente dada e não como processo de construção do homem, que ao edificá-la vai modificando-se e construindo os alicerces do mundo no qual as gerações presentes e as seguintes vão tendo mais ou tendo menos elementos de humanização”.

Parece que, nestes artigos, deixou em aberto uma mediação importante, a de que a profissionalização da pessoa com deficiência é uma resposta inscrita no âmbito da sociedade produtora de mercadorias, portanto, é determinada mais pela necessidade de assegurar a sobrevivência do que pela possibilidade de efetiva integração, pois que a exclusão é motor dessa sociedade.

Ela própria nos deu elementos para compreender que, ainda que se imponham respostas imediatas para as necessidades humanas, estas devem ser movidas, pela perspectiva de transformação a longo prazo, de ruptura, portanto, com esse modelo que aí está.

Da leitura do material selecionado, ficou evidente que a idéia da *Integração*¹⁷ é que têm movido os discursos da grande maioria dos profissionais da área. Mas qual a origem do discurso da integração pela via do trabalho?

Um dos artigos em análise permitiu alcançar suas bases. Santos (1995, p. 22) assinalou que o movimento pela integração decorre da conjunção histórica de três fatores: “*as duas Grandes Guerras Mundiais, o fortalecimento do movimento pelos Direitos Humanos e o avanço científico*”.

No tocante às Grandes Guerras assinalou que, dada sua proximidade, resultaram numa diminuição da mão-de-obra, seja em função da perda de soldados ou em decorrência do grande número de mutilados. Este fator resultou no surgimento

¹⁷ O movimento pela *Integração* propugnou a inserção ampliada de pessoas com deficiência a todas as instâncias sociais, e foi estabelecido sobre o princípio de *normalização*, que lhe deu o suporte filosófico. Para Aranha (1995, p. 68) “(...) a *normalização* é uma ideologia que representa a necessidade de incluir o indivíduo deficiente na sociedade mais ampla, auxiliando-o a adquirir as condições e os padrões os mais próximos possível aos da vida cotidiana das demais pessoas”. Dados complementares sobre movimento de *Integração* e o princípio de *normalização* podem ser encontrados em: Goyos, 1989; Aranha, 1995; e Carvalho, 1997.

de programas de educação, saúde e treinamento com vistas à reintegração destes homens à força de trabalho. A partir dessa reinserção, os movimentos sociais, fortalecidos, passaram a reclamar a integração com base em direitos humanos.

Segundo a autora, os avanços científicos feitos a partir deste contexto permitiram evidenciar que o acesso às provisões sociais educacionais e de saúde era restrito e que provê-lo favorecia a aprendizagem, mesmo daqueles considerados incapazes. Assim,

“(...) se no pós-Guerra a perspectiva de reintegração destes indivíduos se dava no sentido de ‘preencher lacunas’ ou num sentido paternalista, a partir dos anos 60 essa perspectiva não mais será satisfatória. A demanda relativa aos deficientes, a partir de então, se dará no sentido de integrá-los com base em seus direitos enquanto seres humanos e indivíduos nascidos em dada sociedade” (Santos, 1995, p. 22).

Em final dos anos 60 e ao longo da década de 70, este movimento resultou em instrumentos legais nos países da Europa ocidental, que buscaram alcançar o ideal democrático de inserção na sociedade, daqueles considerados “excepcionais”. A visão paternalista passou a ser colocada em questão e o acesso à educação começou a ser reclamado como direito, como via de acesso ao saber e construção de uma consciência crítica.

Santos (1995) referiu que o modelo *médico-diagnóstico* foi substituído pelo educacional, e a visão paternalista e assistencialista deixou de coadunar com a perspectiva de uma sociedade democrática, que passou a ser perseguida a partir dos direitos de cidadania, que abarcou todos os homens.

Os indivíduos considerados excepcionais passaram a ser objeto de atenção dos serviços educacionais, em detrimento dos serviços de saúde e de assistência social. A educação, nesse contexto, passou a ser vista como veículo de ascensão social e de habilitação do indivíduo para que este pudesse contribuir socialmente sob influência da teoria do capital humano. Para a autora,

“Em resumo, pode-se e dizer que até os anos 80 a integração desenvolveu-se dentro de um contexto histórico, em que pesaram questões como igualdade e direito de oportunidades, acontecimentos durante a após Guerras, e avanços científicos e pedagógicos. Em decorrência de tais acontecimentos, pode-se dizer que os anos 80 representaram a consolidação conceitual da integração enquanto um princípio. Em outras palavras, aliada aos princípios de normalização e participação, a integração passa a adquirir caráter quase que próprio, e um sentido de movimento e luta que em última instância representam a defesa de uma sociedade mais igualitária, que proporciona aos seus cidadãos oportunidades e condições de participação e de

contribuição: se não integral, pelo menos parcial. É neste sentido que a integração constituiu-se, hoje, no contexto europeu, um objetivo comumente almejado pela maioria dos países” (Santos, 1995, p. 25).

A partir dessa perspectiva, a autora expressou a visão de que a incorporação de pessoas com deficiência pelo mercado de trabalho depende de condicionantes históricos e, em última instância, é determinada pelas condições materiais de uma dada sociedade, num dado momento. São absorvidos na medida em que são capazes de promover vantagens econômicas para o capital e deixam de ser *aproveitados* na medida em que a oferta de mão-de-obra fica ampliada, seja pelos avanços tecnológicos ou por condições materiais de cada momento histórico.

Em suas considerações finais, a autora expressou sua grande preocupação com a seguinte pergunta:

“Como ficam estes ideais democráticos tão disseminados e propagados na realidade do oeste europeu frente à uma Europa que se junta cada vez mais em função de uma ideologia de mercado que, inevitavelmente, tem como pressuposto a competitividade e o mérito por habilidades? De que forma garantir que haja igualdade de oportunidades nos sistemas educacionais de uma comunidade que cresce a cada dia com a preocupação de formarem os mais bem qualificados e, assim ganharem o mercado exterior? Como é que um sistema de ensino pode oferecer, ao mesmo tempo, uma educação compreensiva, integradora, mas cujos princípios atuais primam pelo mérito e pela distinção?” (Santos, 1995, p.27-28).

Ponderou que, numa primeira análise, a contradição acabará por eliminar as possibilidades de uma integração efetiva. Para ela, estaríamos vivendo um retrocesso nestes ideais igualitários, o que se traduziria pela disseminação da ideologia de mercado que apregoa a liberdade individual com base nos esforços e méritos de cada um. A partir desta concepção, vence quem persiste e quem realmente quer. Oculta-se, assim, as diferenças pessoais e de oportunidades de acesso. Afirmou que uma verdadeira democracia não pode partir do reconhecimento de uma falsa igualdade entre os sujeitos, deve sim reconhecer as diferenças e as vantagens que estas podem trazer para os indivíduos e os contextos aos quais pertençam. Concluiu assinalando que,

“(…) em resumo, uma ideologia de mercado não deveria, necessariamente, impedir que o processo de integração ocorra. Mas para que tal não aconteça, caberá a nós, pais, deficientes e profissionais, tomarmos plena consciência, posicionamento e ação quanto aos possíveis retrocessos que tal ideologia possa originar” (Santos, 1995, p.29).

Ainda que discuta a partir de uma perspectiva mais crítica, quando afirmou que *uma ideologia de mercado não deveria impedir que o processo de integração ocorra*, a autora desconsiderou os limites e as contradições presentes na sociedade capitalista. Como se não compreendesse que integrar dentro dessa ordem é uma impossibilidade, já que o movimento do capital é essencialmente excludente. Isso faz parte de suas contradições internas e o projeto de integração só se justifica porque vivemos numa sociedade que promove a exclusão. Parece que o esforço coletivo deve ser reclamado no sentido de superar essa ordem, explorando suas contradições. Há que se ter clareza de que, nos seus limites, algumas possibilidades nada mais são que abstrações.

Bueno (1996) procurou lançar luz sobre os impactos das mudanças em curso, sobre a educação do deficiente mental, particularmente, no tocante à profissionalização. Discutiu as possibilidades abertas pelos novos avanços tecnológicos e o fez da perspectiva da contradição.

Apontou que, nesta fase da sociedade industrial, a informação passou a ser centro de poder, uma mercadoria preciosa, utilizada como vantagem pelos países ricos sobre os pobres, pelas empresas entre si e também entre os indivíduos, que as utilizam competitivamente, sob a ordem do capital, para assegurar domínio de mercado (países e empresas) ou acesso ao trabalho (trabalhadores premidos na luta pela sobrevivência).

Assinalou que, contraditoriamente, os mesmos avanços, utilizados como vantagem pelo capital, abrem um leque de possibilidades muito amplas, a depender da forma como os homens se postam diante deste fato histórico.

Partiu do princípio de que as mudanças em curso, mais que transformações quantitativas, implicam em novas formas de relações sociais. Para ele, o desafio da educação consiste em contribuir para que o impacto se canalize no sentido de democratizar as relações sociais, ao invés de exacerbar o totalitarismo. Bueno (1996, p. 153) também referiu que,

“Do ponto de vista pedagógico a questão nodal é se as chamadas integração e flexibilização exigidas pelas novas tecnologias requerem efetivamente uma ampliação do universo cognitivo cultural dos trabalhadores ou se esta não é, da mesma forma que as revoluções industriais anteriores, uma nova forma de aprisionamento da capacidade intelectual do homem em outros moldes, mas com base nos mesmos princípios da introdução da máquina e da racionalização imposta pelo taylorismo-fordismo”.

Apoiado em Rezende Pinto¹⁸, apontou duas possibilidades antagônicas com relação ao aproveitamento da inteligência humana pelos processos produtivos: a inteligência humana materializada nas máquinas exige dos trabalhadores progressivamente menor raciocínio crítico e capacidade de julgamento; e a introdução das máquinas inteligentes e de um “*novo conteúdo intensivo em informação científico tecnológica*” torna o trabalho mais intelectual, exigindo a capacidade de lidar com símbolos e de explorar os potenciais das máquinas inteligentes.

Argumentou que ambas as perspectivas podem favorecer a democratização ou o totalitarismo, a depender da forma como será encaminhada politicamente a questão do trabalho e da formação do trabalhador. Acrescentamos apenas que a questão também está na dependência dos encaminhamentos econômicos/estruturais.

Ainda para Bueno, a introdução de novas tecnologias nos processos produtivos pode significar avanços nos processos educativos, a depender de ações políticas, que envolverão desde os níveis mais abrangentes, como o dos governantes e dirigentes do sistema educacional, até a sala de aula.

Neste contexto, inserindo a educação do deficiente mental, o autor propôs uma questão para reflexão: como ficaria a educação daqueles considerados menos eficientes intelectualmente no seio de uma sociedade baseada no domínio da informação? Ponderou que, isto dependerá mais dos encaminhamentos políticos, podendo significar, para o deficiente mental, a ampliação de sua cidadania ou a reiteração de sua segregação.

E acrescentou:

“Por exemplo, o fato de se privilegiar aspectos cognitivos na incorporação de mão-de-obra poderá colocar em xeque, mais do que em épocas anteriores, a necessidade de se dispender esforços e recursos com uma parcela da população que se caracteriza por rebaixamento nesta área específica. Por outro lado, dependendo da perspectiva política adotada, o fato de existirem indivíduos que não possuam características pessoais que permitam sua absorção nos postos de trabalho, poderá fazer com que a sociedade crie alternativas para o exercício de papéis sociais significativos para esses indivíduos” (Bueno, 1996, p. 155).

O autor ainda afirmou que, a considerar as atuais condições econômicas políticas e sociais, os indícios são de que a absorção do deficiente mental pelo mercado será reduzida, particularmente, em países que, como o Brasil, tratam o

¹⁸ Rezende Pinto, 1992, p.43 apud. Bueno 1996, p.153.

problema do desemprego através de políticas paliativas e assistencialistas. Assim, a possibilidade de sua incorporação ao mercado e ao meio social mais amplo não pode ser dilatada se for pensada a partir de suas dificuldades pessoais, já que estas estão intimamente vinculadas a questões mais gerais como desemprego estrutural e distribuição de riqueza no país.

Enfatizou que, a profissionalização destes sujeitos está mais imbricada ao uso de novas tecnologias e seus impactos nas relações sociais e políticas educacionais, do que pode parecer em princípio. Salientou a necessidade de se refletir também os impactos da tecnologia no âmbito pedagógico, para que a atuação dos educadores não sirva à legitimação da segregação ao invés de sua integração.

Propôs a reflexão sobre os princípios que devem nortear a educação do deficiente mental e colocou novas questões para reflexão: a formação deve se restringir às demandas de mercado, servindo aos interesses do capital? Qual a contribuição deste tipo de atividade para o desenvolvimento pleno do indivíduo? Na exigência de maior capacidade de raciocínio abstrato, resta ao deficiente mental ocupar postos desqualificados, desemprego ou depender de políticas assistencialistas? Ou isto pode indicar a potencialização do desenvolvimento intelectual através do desenvolvimento de procedimentos inovadores?

Assinalou que a educação especial pode contribuir para a democratização das relações sociais, na medida em que se posicione como “*baluarte em defesa dos direitos de cidadania da população para a qual se dedica*” (Bueno,1996, p. 157).

As pontuações do autor indicam claramente que, a partir dos avanços tecnológicos e das transformações sociais em curso, as possibilidades se colocam contraditórias. Se, o que temos assistido é a agudização da exclusão, temos também acumulado um vasto acervo de bens materiais e culturais. Se este acervo for disponibilizado para todos, pode representar, também para pessoas com deficiência mental, possibilidades de ampliação do seu potencial cognitivo e de suas possibilidades de humanização. É uma possibilidade aberta, dentre tantas outras, e deve embalar as ações de todos os homens.

A partir da leitura dos artigos selecionados, encontramos o discurso da Integração como *pano de fundo* dessa proposição. Há autores que indicaram caminhos para o trabalho, dos mais segregados aos mais normativos. Temos aqueles que defenderam a busca do trabalho como forma de contribuição da pessoa com deficiência à sociedade em geral. Outra posição encontrada foi de que o trabalho

deve ser buscado como direito de cidadania ou como forma de realização pessoal, o que é proposto até mesmo para pessoas com grau de deficiência acentuado. Pouco se discutiu sobre o benefício pessoal que adviria do trabalho para essas pessoas, como se fossem evidentes de *per si*.

Os textos, que apresentaram caráter mais crítico, exploraram a inadequação dos processos de formação unilateral com vistas ao mercado. A partir dessa crítica, apontaram a necessidade de se pensar a educação em uma perspectiva mais ampla de formação humana.

Entretanto, não discutiram o objetivo de encaminhar para o trabalho. Como fica este objetivo, em tempos de desemprego estrutural? O desemprego é a marca do nosso tempo, o acirramento das contradições do capital tem levado à crise do trabalho. A profissionalização de pessoas com deficiência é um objetivo pertinente? Por que?

Parece que sua validade, reside no fato de o trabalho ainda ser a forma privilegiada que o trabalhador tem de assegurar a manutenção e reprodução de sua vida, o que têm de ser claramente explicitado. Não reconhecer este fato, impede-nos de perceber que, ao defender o trabalho no âmbito da sociedade capitalista, tornamo-nos presas de uma contradição perversa, pois, se implica na defesa da sobrevivência, também nos impõe a manutenção da escravidão.

Lutar pelo emprego representa lutar pelo capital. O grande desafio que se coloca, hoje, é responder às necessidades imediatas de sobrevivência a partir de uma perspectiva de transformação. Parece-nos que o primeiro passo nesse sentido é reconhecer o sentido que o trabalho tem sob essa ordem.

Uma outra questão que se coloca em relevo partir da leitura desta produção é que a defesa do trabalho para a pessoa com deficiência é uma proposta pensada a partir da perspectiva da integração. E não parece ter sido suficientemente discutida. O que justifica essa proposição é justamente o reconhecimento de que, na sociedade capitalista, a possibilidade normativa de assegurar sobrevivência para aquele que não detém os meios de produção, é a venda do seu trabalho. Ainda que alguns autores apontem este fato, parece que o maior problema que se depreende da literatura especializada é a crença na possibilidade de integração sob os auspícios do capital.

Os autores tendem a tergiversar o fato de que, sob a lógica da sociedade produtora de mercadorias, esta é uma impossibilidade. Aliás, ela se coloca

exatamente para fazer frente às contradições do capital, que é essencialmente excludente.

Nosso propósito, neste primeiro capítulo, foi o de apreender e debater o discurso teórico que se estabelece acerca da profissionalização da pessoa com deficiência. Consideramos que é um exercício importante, mas, na pretensão de se discutir essa profissionalização a partir de uma perspectiva histórica, a apreensão do discurso é insuficiente. É do cotejo entre discurso e prática social que teremos elementos para compreender melhor as contradições implicadas no nosso exercício profissional. Assim, o passo subsequente foi a delimitação e observação do campo empírico sobre o qual nos propusemos a assentar nossa análise. Este é o objetivo do Capítulo 2.

CAPÍTULO 2

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: A SITUAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL

O discurso se estabelece sempre sobre uma base concreta. Não faz sentido se não for assim. Procuramos então observar a realidade presente no mercado de trabalho do Estado de Mato Grosso do Sul para as pessoas com deficiência. Nosso objetivo é, a partir de nossas referências, estabelecer uma análise da concretude histórica, na busca de contradições que nos permitam contribuir para o debate.

2.1 O CAMPO.

Sendo o campo de trabalho muito extenso, algum recorte se impunha. Então, o foco de estudo foi o mercado formal, que vem sendo objeto de intervenção legal desde a Constituição, nosso marco inicial. Procuramos investigar empresas privadas e públicas. A tabela 3 expressa os dados gerais do campo com o qual trabalhamos.

TABELA 3 - Empresas públicas e privadas.

Empresas	Procuradas	Responderam	Empregam Deficientes	Outros*
Públicas	17	13	13	04
Privadas	81	33	12	05
Total	98	46	25	09

* Neste campo estão computadas as empresas que não permitiram o acesso aos dados e as que não foram encontradas.

Para selecionar as empresas privadas, procuramos o cadastro da FIEMS (Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul). Estabelecemos, como critério para o recorte, o número mínimo de cem funcionários, que foi definido em função da

legislação vigente, que prevê um percentual de vagas para pessoas com deficiência, nas empresas que superam este número¹⁹.

Nossos objetivos eram observar a efetividade da lei na absorção da força de trabalho de pessoas com deficiência, buscar o perfil do trabalhador com deficiência que está empregado e apreender sob que justificativa este é absorvido pelo mercado.

Para complementar o panorama, buscamos observar os mesmos aspectos no setor público. Selecionamos alguns órgãos públicos federais (INSS, Ministério da Fazenda, Banco do Brasil, ECT, UFMS e Caixa Econômica Federal), estaduais (Sanesul²⁰, Secretaria do Estado de Educação, Secretaria do Estado de Trabalho Emprego e Renda, Secretaria do Estado de Saúde, IAGRO²¹), e municipais (Prefeituras das cinco maiores cidades do estado: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã), já que a lei 8.112/90 assegura o acesso ao serviço público pela via do concurso, às pessoas com deficiência²².

Após o levantamento das empresas privadas, que contavam mais de cem funcionários, chegamos a um total de oitenta, em todo o estado, cadastradas na FIEMS até 19/10/99. Esse total abrange não apenas as indústrias, mas também as empresas de comércio e serviços. Procedemos, então, o contato inicial, via correio²³, buscando levantar quais teriam, em seus quadros, trabalhadores com deficiência.

Propusemos um questionário com cinco questões (anexo 1) que buscavam identificar aquelas que seriam alvo de investigação mais detalhada. Foram respondidos trinta e três dos oitenta questionários enviados, um percentual de 44% dos questionários entregues, já que quatro foram devolvidos por mudança de endereço.

Feita a análise das respostas, encontramos um total de treze empresas privadas que tinham trabalhadores com deficiência em seus quadros. Estas empresas foram novamente contatadas para complementarmos os dados referentes a esses trabalhadores numa entrevista em que foram levantadas novas questões (anexo 2).

¹⁹Lei n.º 8.213 de 08/12/91 que no artigo 93 da subseção II, trata da habilitação e reabilitação profissional, ver p. 7, capítulo 1.

²⁰Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul.

²¹Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária de MS, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

²²A Lei 8.112/90, ver p. 7, capítulo 1.

²³Por carta com AR.

Destas empresas, apenas uma havia demitido seu único funcionário com deficiência²⁴ (no intervalo entre o primeiro e o segundo contato), um rapaz com deficiência mental, que fazia serviços de limpeza, demitido junto a outros trabalhadores não “qualificados”, com pouca escolaridade, segundo a justificativa da empresa. Em decorrência, a mesma não foi pesquisada na segunda fase do levantamento.

Cumprе esclarecer que, das empresas privadas investigadas, oito são agroindústrias localizadas no interior do estado, na área rural; há ainda uma empresa de mineração; uma construtora; uma empresa de transporte urbano e uma concessionária de automóveis. A maior representação de agroindústrias expressa bem a importância do setor no perfil econômico do estado.

Além das empresas que constavam do levantamento feito na FIEMS, fizemos contato com uma grande empresa de telefonia, que havia sido privatizada, pois tínhamos a informação, veiculada pelos meios de comunicação de massa, de que empregava um grande número de pessoas com deficiência. No entanto, não conseguimos acesso aos dados, pois o setor jurídico considerou que, estando a empresa em fase de transição, não lhe convinha liberar tais informações.

Fizemos contatos diretos²⁵ com as empresas e serviços públicos e, da mesma forma que nas privadas, realizamos entrevistas semi-estruturadas, buscando investigar os mesmos aspectos (anexo 3). No plano federal, tivemos acesso aos dados de quatro delas (Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, INSS, ECT)²⁶. Dois outros contatados, UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e Caixa Econômica Federal, assinalaram dificuldade em dar acesso aos dados em tempo hábil. A UFMS solicitou justificativa escrita, tramitando via mestrado, para iniciar o levantamento dessas informações. Indicou ainda que o processo demandaria um tempo longo, já que não tinha qualquer dado sistematizado sobre a questão. Na Caixa Econômica Federal, a justificativa foi de que as informações não estavam concentradas no estado, e que o acesso exigiria um extenso trâmite burocrático. Em decorrência dos limites de tempo impostos à pesquisa, optamos por não coletar tais

²⁴Trata-se de uma construtora que reduziu significativamente o quadro de pessoal, de 109 (no levantamento da FIEMS) para 50 (no segundo contato), os cortes foram justificados pela crise econômica, que repercutiu no setor de construção civil.

²⁵A diferença no procedimento inicial (contato direto) se justifica porque selecionamos um número menor de empresas/órgãos públicos federais e estaduais e estes concentravam as informações na capital, o que tornava o acesso mais fácil, já que não dependia de grandes deslocamentos.

dados. Sobre as empresas federais, há um esclarecimento a prestar: os dados referentes ao BB foram fornecidos através da CASSI/APABB²⁷, já que o referido serviço, concentra as informações que buscávamos sobre a empresa.

Nas esfera estadual, contatamos três Secretarias de Estado — Educação; Saúde; Trabalho Emprego e Renda, além do IAGRO e Sanesul. Tentamos ter acesso aos dados sobre os concursos públicos na Secretaria de Administração, entretanto, os mesmos não estão organizados ou informatizados, fato que inviabilizou sua obtenção.

No setor público estadual, as informações foram mais dificilmente levantadas, por não estarem sistematizadas ou pela dimensão dos serviços. O que exigiu procedimentos diferenciados para o levantamento de alguns dados, com exceção do IAGRO, órgão em que as informações estavam muito bem organizadas, pois estes funcionários são terceirizados e estão vinculados por convênio. Também na Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda não enfrentamos dificuldades, por ser restrito o quadro de pessoal.

Na Secretaria de Educação²⁸, tivemos acesso ao levantamento procedido pela Diretoria de Educação Especial (anexo 4) em toda a rede pública estadual, perfazendo um total de cento e setenta e um ofícios, que ainda não haviam sido tabulados. Nestes, as escolas informavam o número de pessoas com deficiência (auditiva, física, múltipla e visual) em seus quadros. Não foi investigada a deficiência mental pela dificuldade implicada na identificação. Tivemos de nos restringir aos aspectos que foram referenciados nos ofícios. Na Sanesul, não obtivemos autorização para gravar a entrevista, que foi transcrita e submetida, posteriormente, a autorização. Na Secretaria de Saúde, as informações foram fornecidas por escrito, por funcionário do setor de pessoal, a pedido do responsável.

Delimitando o campo, estabelecemos contatos com as prefeituras das cinco cidades mais populosas do estado, incluída a capital, onde não conseguimos acesso aos dados, em decorrência de grande burocracia. A prefeitura tem um setor responsável pelo acompanhamento de pessoas com deficiência, entretanto, o serviço ainda não tem as informações organizadas. Fomos informados que, para tanto, o

²⁶Tratamos de estabelecer contatos com empresas/órgãos que tivessem inserção também no interior do estado, não estando concentradas apenas na capital.

²⁷Caixa de Assistência aos Funcionários do BB/ Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência dos Funcionários do BB.

²⁸Neste trabalho referiremos à Secretaria de Estado de Educação como SED.

setor teria de elaborar um projeto que, mesmo aprovado, exigiria, no processo de levantamento, um longo tempo, pois o setor conta com apenas um funcionário que tem múltiplas ações a cumprir.

Sobre o procedimento adotado nas entrevistas, cumpre esclarecer que estas foram registradas por escrito e gravadas com autorização expressa dos entrevistados. Nos casos em que a gravação não foi possível os dados foram transcritos e submetidos à revisão e autorização dos informantes. Um aspecto que merece nossa consideração diz respeito ao próprio processo de levantamento das informações, observamos o baixo percentual de empresas privadas que responderam ao nosso contato, o que denota a falta de compromisso social de grande parte das empresas com a pesquisa. Nas empresas públicas, o acesso, ainda que tenha sido mais facilitado, esbarrou na falta de sistematização de dados ou mesmo na sonegação de informações respaldada na burocracia. Os serviços de atendimento à pessoa com deficiência foram os mais sensíveis ao nosso contato, por motivos evidentes.

No tocante às informações, os entrevistados, de forma geral, foram claros e favoreceram o acesso, mas observamos, em alguns dos casos, nas empresas públicas e privadas, a preocupação com as implicações éticas envolvidas na questão. Alguns dos entrevistados expressaram claramente que a absorção de pessoas com deficiência, pelo mercado de trabalho, é movida por regras de mercado e não por *motivações humanitárias* (a despeito da imagem que podem promover). No entanto, cercearam o uso da informação, evidenciando de forma mais ou menos explícita a consciência de que sua divulgação poderia não coadunar com os interesses da empresa. Estas indicações apontam que a absorção é movida pela mesma lógica que abarca todo o conjunto de trabalhadores.

Feito o levantamento de campo, procuramos pelos serviços de colocação²⁹, pois, a partir das entrevistas, ficou evidente o papel de parceria desempenhado por uma das entidades, o CEMDEF (Centro de Educação Multidisciplinar ao Portador de Deficiência Física), particularmente em convênios com empresas públicas e privadas, já que nestes convênios a entidade atua como empresa prestadora de serviços. O CEMDEF é uma ONG que, segundo o informante, tem entre seus objetivos a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência física, sendo organizada pelas próprias pessoas com deficiência física.

²⁹ Assim nos referiremos aos que se ocupam da colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, ou fazem a intermediação entre estes trabalhadores e o mercado.

Outro serviço contatado foi aquele vinculado à Secretaria de Educação, o *Projeto Integração da Pessoa Portadora de Deficiência no Trabalho*, que tem como principal objetivo “a inclusão de pessoas portadoras de deficiência no trabalho”. Para complementar o quadro, visitamos uma Instituição voltada ao atendimento da pessoa com deficiência mental e múltipla (Sociedade Pestalozzi) e, ainda, o ISMAC³⁰. Buscamos coletar, numa entrevista semi-estruturada, informações que complementassem aquelas obtidas no mercado de trabalho (anexo 5).

Para permitir uma melhor compreensão do panorama que encontramos, convém delinear o perfil econômico do Estado de Mato Grosso do Sul.

2.2 O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado no dia no 11 de Outubro de 1977, pela Lei Complementar n.º 31. Localizado na Região Centro-Oeste, o estado faz limites, ao Norte, com os estados de Mato Grosso e Goiás; ao sul, com o vizinho país Paraguai e o estado do Paraná; ao leste, com os estados de Minas Gerais e São Paulo; e, ao oeste, com os países vizinhos, Paraguai e Bolívia.

A extensão territorial é de 358.158,7 Km², o que corresponde a 4,19% da área do País. O estado compreende onze microrregiões geográficas, conta com setenta e sete municípios e oitenta e oito distritos. A capital é Campo Grande que, segundo estimativa do IBGE, contava, no ano de 1998, com uma população de 634.031 habitantes.

Os principais centros urbanos do estado são os municípios de Dourados (pop. estimada de 161.096); Corumbá (pop. estimada de 89.788); Três Lagoas (pop. estimada de 77.261); Ponta Porã (pop. estimada de 61.875) e Aquidauana (pop. estimada de 40.714).³¹ A população estimada para o ano de 1997 é de 1.972.014, segundo o IBGE, sendo que 84,2% estariam concentrados na zona urbana e 15,8%, na zona rural³².

Trata-se de um estado em que a agricultura e a pecuária são atividades econômicas importantes, desenvolvidas predominantemente no interior, na área rural. Dados divulgados na revista *Gazeta Mercantil* (1999) informaram que o número de

³⁰ Instituto Sulmatogrossense para Cegos “Florivaldo Vargas”.

³¹ Estimativas de população pelo IBGE para o ano de 1998.

empresas, no ano de 1998, era de 6.214. Informações divulgadas pela FIEMS³³ indicam que o ICMS do estado, no ano de 1997, vem prioritariamente do comércio, seguido de serviços, pecuária e agricultura (tabela 4). A análise da tabela permite observar que, no período compreendido entre os anos de 1995 e 1997, houve um recrudescimento nos números de participação de setores produtivos importantes, como pecuária, agricultura e indústria, com um aumento muito relevante no setor de serviços (110.02%).

TABELA 4 - Participação dos Setores na Arrecadação do ICMS – 1995/1997.

Setor	1995	1996	1997
	Participação %	Participação %	Participação %
Comércio	50,38	50,93	52,72
Indústria	6,48	6,75	4,22
Serviços	8,18	11,92	17,18
Agricultura	13,40	12,89	8,78
Pecuária	19,07	15,15	14,96
Eventuais	2,49	2,36	2,14
Total	100	100	100

Fonte: SEFOP, BANCO DE DADOS DO ESTADO / SUPLAN; APUB – Panorama Industrial de MS – 1998/2000.

Além da ampliação do setor de serviços, outra tendência observável no mercado de trabalho do estado é o aumento da informalidade e da ilegalidade. Segundo o delegado regional do trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, em entrevista ao jornal Correio do Estado, entre 40% e 45% da força de trabalho está em condição irregular. Este índice estaria acima do nacional, estimado em 36%. Acrescentou,

³² Balanço anual – Mato Grosso do Sul, Gazeta Mercantil novembro de 1999. Ano II, n. 2, publicação anual 9, p. 39 “indicadores”.

³³ Fonte: SEFOP, Banco de Dados do Estado/ SUPLAN; APUB – Panorama Industrial de MS – 1998/2000.

“ (...) não são os encargos sociais que pesam na hora de fazer o contrato com carteira assinada, mas essa é a desculpa dos empresários. Muitas vezes, os empregadores pagam bem menos do que deveriam para terem mais funcionários em seu estabelecimento. Com medo do desemprego e sem muitas alternativas para fugir dele, os trabalhadores informais são obrigados a aceitar a situação em que vivem (...) ‘Hoje as alternativas para acabar com a informalidade são apenas paliativas, como os contratos temporários de trabalho’ (...) a melhor forma de o trabalhador contornar essa situação é sendo polivalente, capacitando-se para diversas atividades” (Correio do Estado, 14 fev. 2000, p. 13).

Isto indicou as condições de precarização³⁴ do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores no Estado de Mato Grosso do Sul. No comentário, surgiu ainda outro aspecto que também merece ser sublinhado, a referência à polivalência do trabalhador, em que se espera que cada um seja capaz de desempenhar maior número de funções, o que tem sido uma demanda do mercado de trabalho.

A ampliação do setor de serviços, a precarização do trabalho e a polivalência são aspectos observados desde o plano internacional e nacional, ao longo da década, e vem merecendo numerosas análises, com destaque para os trabalhos de Offe (1984), Gorz (1987), Kurz (1992), Antunes (1995, 1999), cujas idéias serão tratadas no capítulo subsequente.

Outra notícia publicada no mesmo jornal, abordando uma ofensiva do Ministério do Trabalho contra a informalidade, trouxe as seguintes informações:

“ ‘A partir do fim do mês, durante seis meses, todos os auditores terão como prioridade a fiscalização dos contratos de trabalho das empresas.’ (...) No estado de São Paulo há grande ocorrência de informalidade na agricultura, por exemplo. No meio urbano, o destaque é para o comércio campeão em relações ilegais de trabalho, e para o ainda confuso setor de serviços (...) a operação (...) tem a ver com a informação divulgada há alguns dias pelo secretário de política econômica do ministério da fazenda, Edward Amadeo, de que no ano passado foram abertos 418.351 postos de trabalho, o melhor resultado em cinco anos. O IBGE revelou, porém, que 395.068 (94,4%) são empregos sem carteira assinada. O economista senior do Dieese (...) lembrou que o governo deve mesmo preocupar-se com o aumento da informalidade que está reduzindo de forma espetacular a base de tributação que garante políticas públicas, como a habitacional e de saneamento — que tem o FGTS como uma das fontes —, a educacional (movida em parte, pelos recursos do salário educação e das contribuições para o sistema S), a da previdência social e outras” (Correio do Estado, 14 fev. 2000, p. 13).

As conseqüências da precarização do trabalho, do aumento do trabalho ilegal e informal trouxeram, resultados mais abrangentes, não evidenciados à primeira

³⁴ Singer (1999, p. 24) ponderou que: *“Talvez melhor do que a palavra ‘desemprego’, **precarização do trabalho** descreve adequadamente o que está ocorrendo. Os novos postos de trabalho, que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo”.* (Grifos do autor)

vista, como o impacto sobre as políticas de alcance social que, passaram a ser mais necessárias, no entanto sua implementação tornou-se dificultada em razão da diminuição dos recursos financeiros.

Mas qual é a condição da pessoa com deficiência neste contexto? É a questão que nos propusemos investigar. Reconhecidos em condições de desvantagem para competir por uma vaga no mercado de trabalho, são alvo de políticas de ação afirmativa, que se materializam nas leis, com a discriminação de cotas nos concursos públicos e reserva de vagas nas grandes empresas.

Quem está sendo empregado? Em que condições? Há um perfil a ser traçado? O que ele diz? Como a legislação tem sido utilizada? Sob que justificativa são empregadas pessoas com deficiência? Buscamos respostas para estas questões.

2.3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM MATO GROSSO DO SUL.

Dados da OMS estimam que cerca de 10% da população dos países *em desenvolvimento*, como o Brasil, são portadores de algum tipo de deficiência. Na falta de dados mais precisos, é com essa referência que trabalhamos. A tabela 5, apresenta os cálculos da população com deficiência no estado de Mato Grosso do Sul (por tipo de deficiência).

TABELA 5 – População com deficiência no Estado de MS — 1997.

Tipo de deficiência	% Deficientes*	N.º de deficientes em MS
D.M. – Deficiência mental	5,0%	98.600
D.V. – Deficiência visual	0,5%	9.860
DA. – Deficiência auditiva	1,5%	29.580
D.F. – Deficiência física	2,0%	39.440
D.Mu.–Deficiência múltipla	1,0%	19.720
Total	10, 0%	197. 201**

FONTE: IBGE/OMS - * estimativa de percentual segundo OMS ** cálculo com base na estimativa de 1.972.014 habitantes, segundo IBGE/1997

Os resultados, a partir do campo investigado (doze empresas privadas e treze públicas), estão explicitados na tabela 6, nela estão discriminados o total de funcionários por tipo de deficiência encontrados nas empresas privadas e públicas.

TABELA 6 - Funcionários com deficiência nas empresas de MS.

Empresas	D.A.	D.F.	D.M.	D.V.	D.Mu.	N.e.	Tt. setor	Tt Emp.	Observ.
Privadas	02	15	02	05	—	—	24	6.151	01 Terc.
Federais	05	80	—	—	—	—	85	5.372	74 Terc.
Estaduais	32	87	—	01	09	29	158	27.472	25 Terc.
Municipais	03	13	03	—	01	—	20	7.183	—
Total	42	195	05	06	10	29	287	46.178	100

LEGENDA: D.A. - Deficiência Auditiva; D.F. – Deficiência Física; D.M. – Deficiência Mental; D.V. - Deficiência Visual; D.Mu. – Deficiência Múltipla, N.e. – Não especificado; Tt. setor – Total por setor; Tt Emp. – Total de empregados; Observ. – Observação Terc. – Terceirizados.

Esta tabela apresenta alto índice de trabalhadores na condição de terceirizados, particularmente, nas empresas/serviços públicos. Uma das empresas federais pesquisada tem setenta e quatro pessoas com deficiência, trabalhando de forma terceirizada através de convênio com entidade local, não estando incluído no número de funcionários da empresa. Uma empresa estadual também conta com vinte e cinco pessoas na mesma condição. Ambos os convênios, foram estabelecidos com o CEMDEF, que funciona como empresa prestadora de serviços para empresas públicas e privadas. A entidade seleciona e contrata, pela CLT, pessoas com deficiência, que são encaminhadas para prestação de serviços nas empresas conveniadas. Das empresas privadas, apenas uma tem um funcionário com deficiência terceirizado.

Os dados sobre deficiência visual, não são muito representativos, em decorrência de problemas com uma das fontes primárias utilizadas para o levantamento. Trata-se dos ofícios da Secretaria Estadual de Educação. A deficiência visual foi investigada, mas por dificuldade de interpretação dos informantes, os dados foram sobrevalorizados. Ficou evidente que muitas escolas incluíram, entre os deficientes visuais, pessoas que usavam óculos, independentemente do grau de dificuldade. Isso elevou o número de pessoas com “*deficiência visual*” na rede pública estadual de ensino, para setecentos e setenta e sete. Numa análise mais

cuidadosa dos ofícios, chegamos a vinte pessoas, para tanto, consideramos os casos em que havia indicação de diagnóstico efetivo de cegueira ou visão subnormal e os casos em que o número referido pela escola era proporcionalmente baixo. Preferimos, no entanto, não utilizar estes dados, por não haver rigor em seu levantamento. Ainda sobre os dados de deficiência visual, três dos casos relatados estão numa mesma empresa, são pessoas que apresentam cegueira de apenas um olho, estando a visão preservada no outro. Não se caracterizariam, portanto, como deficientes visuais³⁵ e representam 50% dos dados deste tipo de deficiência.

Importa salientar também que, em sua maioria, os casos de deficiência múltipla que aqui trazemos foram referenciados nos ofícios da SED, vale lembrar ainda que esses não trazem informações sobre as pessoas com deficiência mental.

Na tabela 7, apresentamos os resultados de cada grupo, primeiramente em relação ao conjunto de trabalhadores com deficiência (287) e depois em relação ao total de empregados encontrados no campo empírico (46.178).

TABELA 7 - Grupo de trabalhadores com deficiência em MS

Tipo Deficiência	D.A.	D.F.	D.M.	D.V.	D.Mu.	N.e.	Total
N.º encontrado	42	195	05	06	10	29	287
% Ocup. Gr. Defic.	14,63	67,94	1,74	2,09	3,48	10,10	100
%. Ocup. Tt. emp.	0,090	0,422	0,010	0,012	0,021	0,062	0,621

LEGENDA: D.A. - Deficiência Auditiva; D.F. – Deficiência Física; D.M. Deficiência Mental; D.V. - Deficiência Visual; D.Mu. – Deficiência Múltipla, N.e. Não especificado; % Ocup. Gr. Defic. — percentual de ocupação no grupo de deficientes; %. Ocup. Tt. emp. — percentual de ocupação no total de empregados.

Os resultados expressos na tabela, indicam que, majoritariamente, são as pessoas com deficiência física (67,94%) que estão a ocupar vagas no mercado. Em segundo lugar, as com deficiência auditiva (14,63%), seguidas das que tem deficiência múltipla (3,48%), visual (2,09%) e mental (1,74%) sucessivamente.

³⁵ Segundo Anache (1994, p. 85-86) “Entre os portadores de ‘deficiência’ visual, distinguem-se dois tipos: os cegos e os portadores de visão subnormal (...) sob o ponto de vista médico-oftalmológico considera-se cego aquele que tem 0,1 ou menos de acuidade visual no melhor olho, com a correção óptica possível ou uma restrição visual a um ângulo que subentende 20 graus ou menos; ou seja a pessoa para enxergar um objeto precisa estar a uma distância de 20 pés (...) é diagnosticado como

A análise dos dados indica que, as pessoas com deficiência física, que estão empregadas, são, em grande medida, percebidas pelos informantes como deficientes leves³⁶. Aqueles quadros de deficiência física que implicam num alto grau de dependência são mais dificilmente incorporados pelo mercado.

Na tentativa de compreender este dado, estabelecemos algumas conjecturas. Em primeiro lugar, este é o grupo que mais facilmente chega à escola formal e, por isso, é o mais escolarizado. Em maior medida, tais pessoas enfrentam barreiras arquitetônicas no acesso à escola. Nas outras formas de deficiência, o que fica dificultado é o acesso ao acervo de conhecimentos que a escola oferece. Como o grau de escolaridade é um critério importante para alcançar o mercado de trabalho, esse grupo, comparativamente, tem esta *vantagem* sobre os demais.

Um outro fator a ser considerado é que suas dificuldades são menos significativas para os campos em que têm sido empregados com maior frequência (funções administrativas), o que é um avanço permitido pelas novas tecnologias. A menor exigência de mobilidade física, favorece a incorporação destes trabalhadores.

Estes trabalhadores, também, estão organizados em associação, por isso exercem maior pressão política e asseguram alguns avanços, inclusive o acesso ao mercado de trabalho. É importante, contudo, tentar entender esse movimento de uma perspectiva mais abrangente. Se, por um lado, os avanços são decorrentes da organização do grupo, por outro, eles se estabelecem no justo limite dos interesses do capital.

Encontramos elementos para entender melhor essa ampliação a partir do comentário de um dos entrevistados — vinculado a uma empresa pública — ao afirmar que o convênio para contratação de pessoas com deficiência foi a saída legal³⁷ encontrada para resolver, de forma imediata, o problema de déficit de pessoal, já que os concursos públicos foram suspensos. Apontou ainda, que a iniciativa para o

portador de visão subnormal as pessoas que possuem acuidade visual entre 6/20 e 6/60 no melhor olho após correção óptica”.

³⁶ A maior representação quantitativa, de trabalhadores com deficiência física se deve, em parte, a um recorte amplo de pessoas que não teriam, em princípio, limitações significativas frente àquelas consideradas normais, o que esbarra na concepção que se tem sobre a deficiência. Ainda que os números sejam pouco ampliados em função deste aspecto, a quantidade de pessoas com deficiência física é efetivamente mais expressiva. Neste rol estão (a título de informação) desde funcionário público concursado na cota de reserva por ter um dedo amputado, pessoa considerada com deficiência por apresentar uma discreta diferença entre os pés, até aquelas pessoas com comprometimentos mais acentuados, que necessitam uso de cadeiras de rodas, muletas ou bengalas canadenses, para sua locomoção. Há ainda vários casos relatados de hemiplegia e de seqüela de poliomielite.

³⁷ O serviço público regula sua necessidade de pessoal lançando mão de recursos como a lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, que

estabelecimento do convênio partiu da empresa, com base num modelo observado em outra capital do país. O dado é importante, por indicar que a ampliação da oferta de trabalho para pessoas com deficiência surgiu a partir de uma necessidade do mercado.

A corroborar esta análise o entrevistado de um dos serviços de colocação afirmou que a contratação de pessoas com deficiência aumentou, mas estes, em geral, são remunerados com salários inferiores aos de mercado. É com base na vantagem econômica que uma empresa privatizada concentra, no Estado de Mato Grosso do Sul, seu percentual de trabalhadores com deficiência. Trata-se de empresa regional³⁸, que demitiu seus funcionários com deficiência em outros estados, por encontrar em Mato Grosso do Sul trabalhadores com deficiência, terceirizados, por salários mais baixos.

Ainda resta observar outros índices expressos na tabela. As pessoas com deficiência mental parecem ser as menos absorvidas pelo mercado formal. Para compreender este fato, alguns aspectos merecem ser considerados. O primeiro diz respeito à questão do diagnóstico desta modalidade de deficiência, dificultado a partir da ampliação da categoria com o quadro de deficiência mental leve e também pela freqüente confusão com a doença mental. Em princípio são fatores que tornam a identificação mais equívoca, passando a exigir critérios técnicos para a identificação da deficiência do trabalhador. Assim, uma parcela destes trabalhadores não estaria sendo identificada a partir do senso comum.

Para as pessoas com deficiência auditiva, visual e múltipla o acesso ao trabalho é mais restrito. O baixo grau de escolaridade se expressa nos baixos índices de absorção pelo mercado, o que hoje vale para todo trabalhador.

Os dados apresentados denotam que o índice de ocupação do mercado de trabalho formal, pelas pessoas com deficiência, é irrisório (0,621%) em relação ao universo total de trabalhadores. Podemos inferir que, na sua maioria, estas pessoas sobrevivem com grandes dificuldades, a partir de atividades informais, ilegais,

diz: Art. 24. *É dispensável a licitação: XX - na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.*

A absorção do trabalhador com deficiência, se dá em trabalhos temporários, para funções mal remuneradas e que não permitem progressão funcional, no mais das vezes em condições de desvantagens para a pessoa com deficiência.

³⁸ Empresa privatizada que abrange a região Centro-Oeste do país. As informações foram fornecidas pelo serviço de colocação conveniado com a empresa.

fazendo *bicos*, trabalhando como ambulantes, da produção de artesanato etc., ou permanecem sujeitos às políticas assistencialistas, junto à grande maioria da classe trabalhadora.

Fica evidenciado, a despeito da significativa absorção destes trabalhadores nos últimos anos, que eles continuam sendo alijados do mercado de trabalho formal e as leis não têm tido potência para minimizar significativamente a condição que se apresenta.

Os dados que encontramos no campo empírico diferem daqueles obtidos por Anache (1996) em pesquisa realizada entre maio de 1992 e fevereiro de 1994. Nesta, as informações indicavam que as pessoas com deficiência visual, seguidas das com deficiência mental, eram as que ocupavam maior espaço no mercado de trabalho, as últimas desempenhando trabalhos braçais, na maioria das vezes em atividades rurais, depois os deficientes auditivos e, finalmente, os físicos. Ocorre que hoje o perfil é o inverso, justificado, em maior medida, pela ampliação dos convênios, que garantem um espaço de trabalho para pessoas com deficiência física, ocupadas majoritariamente no setor de serviços e no trabalho urbano.

No levantamento complementar, efetuado junto aos serviços de colocação ³⁹, tivemos acesso a novos dados sobre a absorção de pessoas com deficiência pelas empresas privadas e públicas. Um dos serviços nos forneceu algumas informações sobre dois outros expressivos convênios, com empresa privatizada, e com empresa pública federal. Ambas foram contatadas na fase inicial da pesquisa e obstaram o acesso aos dados. Como as informações são relevantes para a análise e seu uso foi autorizado pelos serviços de colocação, elas estão expostas na tabela 8. É importante assinalar que as informações expressas a seguir não constam nas demais tabelas apresentadas neste capítulo. São dados adicionais, apresentados aqui tão somente como elementos acessórios que corroboram nossas análises.

³⁹ CEMDEF (Centro de Educação Multidisciplinar ao Portador de Deficiência Física); Projeto *Integração da PPD no Mercado de Trabalho* (vinculado à Secretaria do Estado de Educação; Sociedade Pestalozzi de Campo Grande (voltada ao atendimento de crianças, jovens e adultos que

TABELA 8 - Dados dos serviços de colocação

SERVIÇO	D. A.	D.F.	D.M.	D.V.	D. Mu.	Total
CEMDEF	04	134	—	—	—	138
Prog. Integração	21	—	—	—	—	21*
Sociedade Pestalozzi	—	—	01	—	—	01
ISMAC	—	—	—	43	—	43
Total	25	134	01	43	—	203

LEGENDA: D.A.–Deficiência Auditiva; D.F.– Deficiência física; D.M. – Deficiência mental; D.V. – Deficiência visual; D.Mu. – Deficiência múltipla; N.e. – Não especificados; Prog. Integração – Programa integração.* Neste número estão incluídos D.A./D.M./D.V.

Nesta tabela constam também casos isolados de trabalhadores com deficiência e, ainda, aqueles que estão na condição de estagiários, que o empregador não está obrigado ao registro em carteira e ao recolhimento dos custos. É uma possibilidade legal, amparada na Instrução Normativa n.º 05 de 30 de agosto de 1991⁴⁰, que permite a admissão de pessoas com deficiência, por período de até um ano sem registro em carteira (desde que comprovada a vinculação da pessoa a uma instituição ou escola), e na Lei Federal n.º 8.859 de 23 de março de 1994, que estende aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio⁴¹. Ainda que na figura do estagiário se encontrem presentes os elementos que caracterizam uma relação de emprego, o mesmo não está sujeito às normas específicas da legislação do trabalho. Estes recursos tem consistido numa vantagem para o empregador e tem promovido maior procura por trabalhadores com deficiência.

apresentem deficiência mental, distúrbios neuromotores, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e/ou deficiências múltiplas); ISMAC (Instituto Sulmatogrossense para Cegos “Florivaldo Vargas”).

⁴⁰ Brasil. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Instrução Normativa 05 de 30/08/91. Brasília. 1991. Dispõe sobre a fiscalização do trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

⁴¹ A Lei no Art. 4º prevê: “ O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.” (Brasil, 1994.)

Os números fornecidos pelos serviços de colocação apenas referendam o que o campo inicial já indicava, ou seja, a maior absorção de pessoas com deficiência física a partir da desregulamentação⁴² do trabalho. Secundariamente, estariam mais empregadas as pessoas com deficiência visual⁴³. Cumpre ainda observar que a única pessoa com deficiência mental colocada no mercado de trabalho está na condição de estagiária.

Outro aspecto, que procuramos observar junto às empresas investigadas, foi a maneira pela qual estes trabalhadores haviam chegado até elas. Observamos que, na grande maioria das empresas privadas, estes vieram por iniciativa própria. No serviço público, o movimento foi o inverso, a partir da iniciativa das empresas é que os convênios foram estabelecidos e ampliados com a intermediação dos serviços de colocação⁴⁴.

Os representantes destes serviços assinalaram que, a partir de 1997, a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho aumentou. Atribuem o avanço ao trabalho de conscientização feito ao longo do tempo, permitindo que, hoje, pessoas com deficiência possam ser reconhecidas em sua capacidade laborativa. Ponderam ainda que, a partir da inserção dos primeiros trabalhadores, este movimento cresceu.

As empresas privadas revelam que nem sempre são conhecedoras da legislação que assegura a oportunidade de trabalho para os deficientes. As informações indicam que, na sua maioria, absorvem estes trabalhadores na medida em que eles procuram pela vaga. Assim, as empresas ficam sempre abaixo dos limites previstos por lei. Nos percentuais de cada empresa, temos os seguintes resultados:

⁴² A desregulamentação é aqui compreendida como uma tendência legislativa à introdução de regras que substituem ou anulam direitos e conquistas trabalhistas. Tem como objetivo, a redução do custo do trabalho. Para maiores informações: Antunes, R. 1995, 1999.

⁴³ Vale aqui salientar que essa informação não contraria aquela levantada nas empresas públicas e privadas pois como assinalamos anteriormente, os números referentes à deficiência visual ficaram comprometidos naquele levantamento em função de dificuldades encontradas nas fontes primárias utilizadas.

TABELA 9 - Percentuais de ocupação nas Empresas Privadas.

Empresa	Tr. Defic.	TT Func.	Percentual	Perc. previsto
EPr.1	02	95	2,10%	N. obrigatório
EPr.2	01	640	0,15%	4%
EPr.3	02	102	1,96%	2%
EPr.4	05	1.040	0,57%	5%
EPr.5	01	50	2,00%	N .obrigatório
EPr.6	01	220	0,45%	3%
EPr.7	01	151	0,66%	2%
EPr.8	03	152	1,97%	2%
EPr.9	01	278	0,35%	3%
EPr.10	02	1900	0,10%	5%
EPr.11	04	423	0,94%	3%
EPr.12	01	1100	0,18%	5%
Totais	24	6151	0,39%	—

LEGENDA: EPr. – Empresa Privada; Tr. Defic. – Trabalhadores com deficiência; TT Func. – Total de funcionários; Perc. prev. – percentual previsto na lei; N. obrigatório – Não obrigatório.

As empresas com maior percentual (EPr.1 e EPr.5) estão desobrigadas de empregar pessoas com deficiência, por contarem com menos de 100 funcionários. Constam em nossa tabela, porque no levantamento da FIEMS, tinham mais que cem funcionários. Entretanto, ambas as empresas efetuaram corte de pessoal, deixando de corresponder ao nosso critério inicial de recorte. Ainda assim, optamos por contatar essas empresas, porque mantiveram seus funcionários com deficiência⁴⁵.

A EPr.8 só alcança o percentual porque conta com um funcionário terceirizado, que tem deficiência auditiva, se computássemos apenas os funcionários

⁴⁴ Há casos em que as empresas buscaram seus trabalhadores junto os serviços de atendimento mas, particularmente no interior, há referências a trabalhadores que foram encaminhado para os serviços de colocação pelas próprias empresas interessadas em seus serviços.

⁴⁵ À título de informação, a primeira empresa é de transporte urbano, seu quadro de pessoal é sazonal, por isso, os cortes. Costuma ter em seus quadros pessoas com deficiência física na função de cobradores, o informante salientou que a procura é relativamente freqüente; a segunda empresa é uma construtora, seu funcionário com deficiência (física) está na empresa há 11anos e desempenha bem a função, que é ainda necessária.

dos quadros, ela deixaria de responder ao percentual previsto na lei. Segundo os argumentos do entrevistado, a empresa tem limites para contratar pessoas com deficiência, porque desenvolve atividade do mais alto risco⁴⁶.

Dentre as doze entrevistadas, apenas uma empresa indicou que teve a preocupação de buscar funcionários para atender a lei. É uma empresa que se estabeleceu recentemente no estado e tem matriz em outro estado da federação (EPr.6). Em nosso contato, informaram que estavam iniciando o processo de seleção de mais um funcionário, com deficiência auditiva.

Um dos agentes de colocação relata o caso de uma empresa, que justificava o não emprego de pessoas com deficiência atrelando o percentual previsto por lei aos cargos que exigiam maior escolaridade. Estes fatos indicam que a lei não tem sido suficiente para assegurar a absorção desta força de trabalho. O percentual de pessoas com deficiência, no universo pesquisado, é claro indicativo de como a mesma tem sido irrisória e acontece apenas na medida em que estas pessoas mostram-se capazes de pleitear uma vaga, mostrando-se capazes de se integrarem às *engrenagens do capital*. Isso vale também nos casos em que a absorção acontece sob os auspícios da lei.

Sobre a aplicação das leis que regulamentam o percentual de vagas em concursos públicos⁴⁷, estabelecem um limite máximo, mas não um mínimo. Conseqüentemente, são administrados percentuais muito distintos, em geral, baixos⁴⁸. Ademais, os concursos estão restritos, em decorrência dos ajustes econômicos procedidos pelo governo e as leis pouco têm contribuído para a incorporação da pessoa com deficiência ao serviço público.

Outro aspecto, de interesse no levantamento de campo foi o tempo de serviço destes trabalhadores. Nas informações, buscávamos apreender o movimento do mercado ao longo do tempo, o que está apresentado na tabela 10.

⁴⁶ Empresa de Mineração.

⁴⁷ BRASIL. Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. MATO GROSSO DO SUL. Lei n.º 1.102 de 10 de outubro de 1990. Campo Grande – MS, 1990. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

⁴⁸ Segundo entrevistada de serviço de colocação, os concursos do estado aplicam o percentual de 5% e do município 1% (na capital).

TABELA 10 - Tempo de trabalho

Empresa	Tempo de trabalho								Tt. setor
	Menos1 ^a	1 ^a /2 ^a	2 ^a /5 ^a	5 ^a /10 ^a	10 ^a /15 ^a	15 ^a /20 ^a	Mais20 ^a	Outros	
Privadas	03	05	09	03	02	—	—	02	24
Federais	—	01	76	01	—	05	01	01	85
Estaduais	02	01	25	—	03	—	01	126	158
Municipais	04	02	02	—	03	05	01	03	20
Total	09	09	112	04	08	10	03	132	287

LEGENDA: 1a–1 ano; 2a–2 anos; 5a–5 anos; 10a–10 anos; 15a–15 anos; 20a–20 anos; Tt. setor – Total por setor.

Os resultados apontam maior absorção de trabalhadores com deficiência a partir do estabelecimento de convênios entre empresas públicas e serviços de colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho — CEMDEF, Projeto Integração. Os convênios iniciaram em 1997, justamente quando observamos a maior incorporação destes trabalhadores no mercado de trabalho. Do total de cento e doze trabalhadores, que têm entre 2-5 anos de trabalho, noventa e nove são vinculados pelos convênios. Se acrescentássemos aos dados das empresas aqueles descritos pelos serviços de colocação, o número aumentaria significativamente, já que teríamos mais cento e noventa e duas pessoas colocadas nos últimos três anos, por meio dos convênios de terceirização⁴⁹. Os convênios são temporários⁵⁰ e sua manutenção depende de acordos e vontade política.

Sobre os outros trabalhadores, encontraremos desde os estáveis de longa data (minoritários) até aqueles com menor tempo de trabalho, que estão sujeitos a acordos temporários. É nesse grupo que encontramos o maior número de pessoas com deficiência mental⁵¹.

Outro fator investigado foi o tipo de vínculo que estaria sendo estabelecido com esses trabalhadores.

⁴⁹ Um dos agentes de colocação diz que o número é bem maior, mas como trabalha em parceria com as instituições em 13 municípios do estado, não tem disponíveis os números destes serviços.

⁵⁰ Tem validade de até dois anos, podendo ser renovados.

⁵¹ Exceção a um trabalhador vinculado a uma empresa do ramo frigorífico. Trata-se de rapaz com deficiência mental leve, cujo pai foi funcionário da empresa por longo tempo e intermediou sua colocação. Hoje, o pai tem papel político relevante na região e é nesta mesma localidade que vemos incorporados ao serviço público os demais trabalhadores com deficiência mental. Ainda vemos um número expressivo de pessoas com deficiência no serviço público a partir de sua administração. Este fato, indica o peso da *vontade política* na absorção da força de trabalho da pessoa com deficiência.

TABELA 11 - Tipo de vínculo empregatício.

Empresas	Tipo de vínculo						
	CLT	Conc.	Estatut.	Temp.	Prest. Serv.	Obs.	Tt. setor
Privadas	22	—	—	01	01	—	24
Federais	—	11	—	74	—	—	85
Estaduais	04	03	—	26	—	125 N.e.	158
Municipais	—	01	09	10	—	—	20
Total	26	15	09	111	01	125	287

LEGENDA: Conc. – Concursados; Estatut. – Estatutários; Temp. – Temporários; Prest. Serv. – Prestação de Serviços; Obs. – Observações; N.e. – Não especificados, Tt. setor – Total por setor.

Os números descritos na tabela 11 indicam que a maioria dos trabalhadores com deficiência estão em empregos terceirizados e temporários. O maior número de trabalhadores estão colocados pela via do convênio e, ainda que sejam registrados pela CLT, foram, neste estudo, considerados como temporários, pois os convênios têm limite de tempo.

Os concursados são poucos (15) no entanto, se tivéssemos os dados da SED, este seria provavelmente maior. Dos funcionários federais concursados, seis não concorreram na condição de deficientes: cinco foram admitidos antes de a legislação entrar em vigor e concorreram em condições de igualdade com os demais; o outro adquiriu a deficiência após a admissão e foi reabilitado.

Os agentes de colocação informaram que pessoas com deficiência têm participado dos poucos concursos públicos, mas dificilmente, são aprovadas. Fazem referência a problemas com o último concurso público municipal, na capital, em que foi oferecido 1% de vagas para pessoas com deficiência. Ocorre que o percentual foi atrelado à cada função. Em todo o concurso, apenas uma vaga estaria sendo efetivamente disputada. Estes fatos denotam que é no trabalho desregulamentado que a absorção tem sido feita. Quanto às funções exercidas, as informações são trazidas na tabela 12

TABELA 12 - Funções exercidas pelos trabalhadores com deficiência.

Empresas	Tipo de funções						
	Serv.Ger./ Manut.	Serv. Aux.	Téc.Resp/ Supervisão	Chef./Ger./ Superint.	Outros	N.e.	Tt setor
Privadas	08	13	02	01	—	—	24
Federais	—	75	07	02	—	01	85
Estaduais	11	55	44	01	—	47	158
Municipais	13	04	—	—	02 N.ex.	01	20
Total	32	147	53	04	02	49	287

LEGENDA: Serv. Ger./Manut. – Serviços Gerais e de Manutenção; Serv. Aux.- Serviços Auxiliares; Téc. Resp./ Supervisão – Técnico responsável ou Supervisão; Chef./Ger./Superint. – Chefia/ Gerência/ Superintendência; Observ. – Observações; N.e. - Não especificado; N. ex. - Não exercendo; Tt setor – Total por setor .

Temos a maior parte dos trabalhadores no grupo de serviços auxiliares, no qual estão incluídas as funções administrativas, expressando seu crescimento, e as funções fabris em menor número. Os resultados vêm seguidos pelos trabalhadores ocupados em funções de supervisão ou de responsabilidade técnica, seguidos daqueles que se ocupam dos serviços gerais e de manutenção. Aí estão colocadas as funções não *qualificadas*⁵². Nas funções de maior responsabilidade e nos cargos de chefia, são poucos os colocados.

O grau de mobilidade entre funções é baixo. Observamos que as mudanças, quando ocorrem, tendem a acontecer no mesmo nível funcional, dificilmente implicando em ascensão. Os trabalhadores que conseguiram alguma progressão são, na sua maioria, funcionários públicos de longa data. Ainda assim, há casos esparsos na iniciativa privada⁵².

Um dos fatores que justifica o quadro geral tem sido o grau de escolaridade, que é o critério utilizado pelo mercado, como justificativa para empregar ou não, os trabalhadores de forma geral. Entre as empresas pesquisadas, os dados que temos são os seguintes:

⁵² Da perspectiva das empresas, a qualificação se traduz pelo grau de escolaridade do trabalhador. A questão da qualificação será melhor discutida no capítulo 4 .

⁵² Duas empresas que adotam como prática a admissão em cargos básicos com ascensão progressiva, passando por diversas funções distintas. Vale ressaltar que ambas as empresas faziam parte de um mesmo grupo e, hoje, estão sob controle de uma multinacional, efetuando mudanças na sua política interna.

TABELA 13 - Grau de escolaridade

Empresas	Grau de escolaridade					
	Analf./ Alf.	E.Fund. I./ E.Fund. C.	E. Médio I. / E. Médio. C.	E. Superior I./ E. Superior C.	N. e.	Tt. Setor
Privadas	01	07	08	02	06	24
Federais	—	—	77	06	02	85
Estaduais	—	—	30	02	126	158
Municipais	06	08	01	01	04	20
Total	07	15	116	11	138	287

LEGENDA: Analf./ Alf. — Analfabetos ou Alfabetizados; E.Fund. I/ E.Fund. C. — Ensino Fundamental Incompleto ou Completo; E. Médio I. /E. Médio C. — Ensino Médio Incompleto ou Completo; E. Superior I. / E. Superior C. — Educação Superior Incompleta ou Completa; N.e. — Não especificado; Tt. Setor — Total por Setor.

No aspecto da escolaridade, a maioria dos informantes não puderam ser muito precisos pela falta de informações organizadas. No entanto, estimaram o grau de escolaridade em função das exigências funcionais e critérios de admissão das empresas.

Temos o maior número dentre os que têm nível médio (40,41%), seguidos dos que têm o Ensino fundamental incompleto ou completo (5,2%), e um grupo menos expressivo, com nível superior (3,8%). Neste grupo, encontramos a maior parte dos que adquiriram a deficiência mais tardiamente (três dentre oito).

Convém explicitar que os dados apresentados são parciais, já que não temos especificados o grau de escolaridade dos trabalhadores vinculados à SED. Dentre estes, quarenta e dois devem ter ao menos o nível médio, o que se deduz a partir das funções que ocupam (professores, diretores, coordenadores e técnicos em assuntos educacionais).

É no grupo de analfabetos e alfabetizados que se encontra a maior parte dos deficientes mentais, tendo quase a mesma expressão numérica que os de nível superior. Sobre a questão da escolaridade, os agentes de colocação afirmam que este tem sido o fator determinante na absorção destes trabalhadores pelo mercado.

São empregados aqueles que têm o maior grau de escolaridade⁵³; daí, que esse fator tem sido muito enfocado pelos serviços de atendimento e colocação, junto aos seus grupos de ação. No caso da deficiência auditiva, a ampliação do grau de escolaridade fica na dependência da colocação de intérpretes. Nas escolas públicas municipais e estaduais, iniciou-se há três anos e vem se ampliando mais

⁵³Ao baixo nível sócio-econômico corresponde menor grau de escolaridade.

recentemente. Os dados corroboram a indicação de que o grau de escolaridade tem sido critério para absorver os trabalhadores, sejam eles pessoas com deficiência ou não. Mas uma pergunta que tem norteado nossa investigação necessita ser melhor discutida: sob que justificativa pessoas com deficiência têm sido empregadas?

Se, de parte da literatura da área, o não questionamento das motivações ou a defesa do trabalho como forma de auto-realização, de contribuição social ou de integração têm sido as respostas mais freqüentes, o que dizem os empregadores? Sob que justificativa eles utilizam a força de trabalho de pessoas com deficiência?

As respostas que obtivemos, dos representantes das empresas, frente a esta questão, estão na tabela 14. Reconhecemos que as respostas podem ser equívocas, já que são trabalhadores que falam em nome dos patrões⁵⁴, mas ainda assim consideramos que são reveladoras, porque são forjadas a partir da lógica que move o capital.

TABELA 14 - Motivos para empregar

Empresa	Motivo p/ empregar				
	Desempenha bem a função	Legislação	Déficit pessoal	Para ajudar	Política
Privadas	06	02	01	03	01
Federais	01	02	01	—	—
Estaduais	—	03	01	—	01
Municipais	01	02	—	01	01
Totais	08	09	03	04	03
Total 27				

Sobre estas informações, prestamos dois esclarecimentos: as empresas e serviços por vezes forneceram mais de uma justificativa para empregar pessoas com deficiência e não obtivemos as justificativas da SED em função da forma diferenciada pela qual acessamos essas informações (ofícios).

⁵⁴Os entrevistados foram aqueles que estavam diante do Departamento de pessoal das empresas investigadas ou seus representantes, com exceção da SED e BB. Mas, nestes casos, os informantes foram recomendados pelo setor de pessoal das empresas como os mais indicados para fornecerem as informações.

A justificativa mais utilizada foi determinação legal de um percentual de vagas. Observamos que não tem sido por essa via que pessoas com deficiência têm alcançado postos no mercado de trabalho. As empresas tendem a incorporar estes trabalhadores na medida em que, como todos os outros, se mostram-se capazes de desempenhar as funções para as quais são selecionados.

CAPÍTULO 3

DEFICIÊNCIA E TRABALHO: DUAS CATEGORIAS EM ANÁLISE

Neste capítulo, objetivamos discutir algumas questões teóricas que se colocam a partir do objeto proposto: quem é a pessoa com deficiência? Por que se postula sua integração a partir do trabalho?

3.1 A QUESTÃO DA DEFICIÊNCIA

Há, por certo, especificidades pertinentes a cada modalidade de deficiência, contudo, no âmbito deste estudo, o que buscamos, mais que as distinções, são os pontos de convergência.

O princípio que norteia esta análise é de que a noção de deficiência vai se modificando historicamente, na medida em que as condições sociais são alteradas pela própria ação do homem, gerando novas necessidades na sua relação com o meio social.

É possível intentar uma análise desta condição no âmbito dos diferentes modos de produção social (comunidade primitiva; sociedade escravista, feudal e capitalista), na busca da compreensão dos mecanismos sociais construídos ao longo dos tempos para identificar e assumir posições, diante de sujeitos diferentes, ou que não atendam às exigências de seu tempo.

Na comunidade primitiva, a satisfação das necessidades humanas estava na dependência do que a natureza proporcionava, como abrigo em cavernas, alimento, etc. (Bianchetti, 1995, p.8). Estando a natureza fora do controle dos homens, o nomadismo era condição para a sobrevivência, e cada homem teria de buscar a manutenção de sua vida.

Sendo um “peso morto” para seu grupo social, e não havendo por parte desse qualquer compromisso com a sua manutenção, os deficientes seriam, provavelmente, abandonados à própria sorte.

Com a sociedade escravista na Grécia antiga, a satisfação das necessidades básicas do homem livre era garantida pelos escravos. Não mais estando na condição

de ter que prover sua própria subsistência, estes podiam pensar de forma sistematizada.

Em Atenas, a vida da polis, a valorização da retórica, da capacidade de argumentação e a contemplação possibilitaram a partir da obra de Platão que se estabelecesse uma cisão entre corpo e mente. Para Bianchetti (1995, p.8),

“(...) a divisão no nível macro, da sociedade ateniense entre os livres e os escravos vai ser o protótipo para a divisão no nível micro: à mente (os livres) cabe a parte digna, superior, encarregada de mandar, governar; ao corpo (o escravo) degradado, conspirador, empecilho da mente, cabe a missão de executar as tarefas degradadas e degradantes”.

Sendo assim, Platão propunha que pessoas imperfeitas fossem abandonadas, o que decorria num serviço mínimo de saúde. Aristóteles também defendia essa *exposição* como prática legítima, mesmo para o controle demográfico. É fácil concluir que esta era uma condição fatal para pessoas com deficiência, particularmente quando implicava em dependência econômica (Pessotti, 1984, p.4).

Esta prática só se modificou a partir da transformação do modo de organização social. Assim, na Idade Média, sob a influência teológica, a dicotomia corpo/mente se transformou em corpo/alma. A partir da instituição de uma moral cristã, sendo todos os homens possuidores de uma alma, passou a ser intolerável a prática do abandono, socialmente aceita e justificada dentro da sociedade escravista .

Diante do conflito moral, que impedia deixar à mercê da sorte estes homens dotados de alma, mas ainda, sem se compromissar efetivamente com o ônus social, a sociedade encontrou no asilamento a solução alternativa, era uma resposta pouco onerosa e oferecia dupla conveniência: assegurava os cuidados exigidos pela moral cristã vigente e removia o incômodo.

Com a agudização das contradições da sociedade feudal, teve início um longo período de crise, marcado por guerras, insurreições, fome, crises ideológicas. Era a transição a um novo modo de produção, o capitalismo. Rompendo com a visão predominante na sociedade feudal, que se baseava na visão teológica, o divino passou a ser substituído pelo natural. O homem, a sociedade e o mundo passaram a ser concebidos como realidades individuais imanentes, dotadas de uma lógica particular, ao invés de serem determinados por forças divinas.

A partir destas transformações, passou-se à compreensão de que os comportamentos humanos, suas capacidades e incapacidades foram determinadas por leis naturais. A deficiência seria então compreendida a partir desta perspectiva.

A questão do “natural” foi explicitada por Locke, no seu “*Segundo tratado sobre o governo civil*”, publicado em 1692. Para ele, os homens são definidos como proprietários de si mesmos, de seus corpos, de sua força de trabalho, livres e iguais, podendo realizar, no mercado, a troca de suas mercadorias, sendo limitados apenas por suas incapacidades naturais (Locke, 1978).

Dessa forma, na medida em que não podiam realizar sua condição de igualdade, as pessoas com deficiência foram enviadas a instituições asilares, tuteladas pelo Estado, junto a outras nas mesmas condições (os doentes, os loucos, os miseráveis, os incapazes), proscritas da sociedade.

Era segregado todo aquele que, em virtude de suas incapacidades naturais, ainda que possuindo seu corpo, não era livre da dependência do outro e tampouco participava do processo de produção e acumulação de riqueza. Não sendo capaz de se realizar como força produtiva, passou a se inscrever na sociedade como alheio às relações concretas estabelecidas entre os homens; “*ele não é nem proprietário e nem trabalhador, comprador, produtor ou vendedor — apenas consumidor*” (Guhur, 1994, p.83).

E, na medida em que as contradições do capital, ao longo deste século, impuseram novas exigências, ampliou-se a margem daqueles considerados divergentes do modelo social. As transformações sociais imprimiram a demanda por novas habilidades, entre elas, a capacidade de ler, escrever e calcular em níveis básicos.

Se, a partir da Idade Média, a questão orgânica era definidora da condição da deficiência, isto se modificou neste século. Aqueles sujeitos incapazes destas aquisições acadêmicas também foram incorporados ao conjunto de interesses da área, por não atenderem às expectativas culturais emergentes. Assim, no século XX, a incompetência escolar passou a ser compreendida como deficiência mental leve, associada aos quadros de deficiência mental anteriormente reconhecidos ⁵⁶.

⁵⁶ Fazemos referência aos quadros de *cretinismo, idiotia, imbecilidade e debilidade mental*, legados pelo saber do século XIX. Para maiores esclarecimentos, vide: PESSOTTI, I. *Deficiência Mental: da superstição à ciência*. São Paulo: TAQ., EDUSP, 1984.

Frente à afirmação de que a deficiência é uma condição histórica, resta a assertiva de que, em todos os tempos, de uma ou outra forma, algumas deficiências foram identificadas e esses homens foram discriminados em seu grupo social, o que aparentemente indicaria o caráter permanente da deficiência.

Bueno (1993, 1997) assinalou que, se há alguma continuidade histórica na identidade social do anormal, é que em todas as épocas, a sociedade identificou, por algum critério, aqueles que possuem características divergentes das encontradas na maior parte de seus membros. Mas argumentou que esta identificação é pautada não pela presença da diferença, mas sim por suas conseqüências nas possibilidades de participação deste homem na construção coletiva da sobrevivência e reprodução social.

Sendo assim, uma pessoa é considerada deficiente, na medida em que não corresponde a um padrão considerado normativo, e há um homem de referência para cada tempo. Esta posição é partilhada por outros autores (Guhur, 1994; Anache, 1994; Omote, 1995; Jannuzzi, 1996; dentre outros).

Bueno (1997, p. 159) apontou a aparente existência de,

*“(...) uma **contradição em termos** entre a visão de anormalidade construída historicamente e a existência, em qualquer grupo social e em qualquer época, de indivíduos que possuem anormalidades evidentes, como a mutilação, a cegueira, a surdez, que acarretam dificuldades a esses indivíduos, independentemente das formas pelas quais o meio social em que vivem se organiza”*(grifo do autor).

Considerou, no entanto, que o conceito de anormalidade só pode ser compreendido enquanto manifestação concreta, sendo forjado nas relações do homem com seu meio. Assim, a *anormalidade em geral* nada mais é que uma abstração.

Na tentativa de desvelar esta aparente incongruência, o autor colocou em evidência que, mesmo de uma perspectiva biológica, a concepção de que a ciência moderna compreendeu definitivamente a relação entre saúde e doença não se sustenta. Assinalou que o conceito de normal em biologia⁵⁷, ultrapassa a designação de fenômeno freqüente, como é mais correntemente compreendido e, mesmo esta

⁵⁷“A concepção hegemônica moderna de anormalidade social tem utilizado como base o paradigma biológico, na medida em que essa ciência já teria chegado a alto nível de certeza na distinção entre o estado normal e o patológico, ao considerar a doença como um desvio do estado habitual (de saúde), este último manifestado pela sua maior freqüência, que corresponderia às condições de vida, isto é, de sua própria manutenção” (Bueno, 1997, p.160).

ciência, reconhece que manifestações orgânicas são inseparáveis das condições do meio. Se modificadas essas condições, respostas '*organicamente satisfatórias*' podem passar a ser '*organicamente insatisfatórias*' e, citando Canguilhem (apud Bueno, 1997, p. 162),

“O normal em biologia, não é tanto a forma antiga, mas a forma nova, se ela encontrar condições de existência nas quais parecerá normativa, isto é, superando todas as formas passadas, ultrapassadas e, talvez, dentro em breve, mortas”.

Portanto, mesmo de uma perspectiva biologizante há o reconhecimento de que a condição de normalidade não é estanque.

Assim, o conceito de *anormalidade social* vai sendo historicamente construído, se complexificando na mesma medida em que as condições sociais vão sendo transformadas pela relação do homem com o meio.

O referencial histórico permite apreender que, em todas as sociedades, houve um modelo de homem a servir como referência. Daí, os homens que se apresentavam, de uma ou outra forma, como divergentes desse modelo, foram sempre segregados. O tempo imprime mudanças neste recorte. Dessa maneira, com base na ciência, observamos mudanças no perfil daqueles reconhecidos como deficientes.

A despeito do reconhecimento de que determinados tipos de anormalidades (fundamentalmente as de origem orgânica como surdez, cegueira ou deformidade física) possam ser reconhecidas em todas as formas de organização social, concordamos com a afirmação de que mesmo nesses casos “*não são determinadas por distinções universais abstratas, mas respondem a determinações historicamente construídas*” (Bueno, 1997, p.163).

Se uma deficiência foi remotamente reconhecida, isto se deve a que esta interferiu com a forma como o homem se relacionou com seu meio. No caso da cegueira, por exemplo, na medida em que interferiu, desde a pré-história, com a sobrevivência física do homem, pôde ser reconhecida enquanto anormalidade, constituída pela relação *exigências do meio/características orgânicas* (Bueno, 1997, p.163).

Ao longo do tempo, novas formas de anormalidade foram sendo forjadas. Para explicitar este movimento, vale a referência à deficiência mental leve, só reconhecida a partir da demanda social pela escolarização, o que colocou em evidência a dificuldade de incorporação do conhecimento oferecido pela escola formal, demandado amplamente pela sociedade contemporânea.

Desta forma, as deficiências remotamente reconhecidas (a exemplo da cegueira) e aquelas surgidas mais tardiamente (deficiência mental leve) são historicamente determinadas e permeadas pela contradição.

Se por um lado os avanços imprimem novas exigências sociais ampliando o ponto de recorte, como é o caso da deficiência mental leve, por outro, permitem que algumas pessoas com deficiência tenham suas dificuldades compensadas a partir do acesso à saúde, tecnologia e educação. Contudo, na sociedade produtora de mercadorias, ainda que os avanços permitam essa possibilidade, ela não é extensiva a todos os que dela se beneficiariam, já que o acesso é regulado pelas possibilidades individuais de consumo.

Mas qual é a característica humana que assegura ao homem a sua sobrevivência? Para Marx (1988, p. 146),

“O processo de trabalho (...) é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais”.

O trabalho constitui-se, então, na condição fundamental que define e caracteriza o que é ser humano, e é uma condição histórica. Assim, em cada modo de organização social, haverá uma definição entre o que é ser *deficiente* ou *não deficiente* em acordo com a possibilidade de o homem se adequar aos padrões normativos vigentes para assegurar a manutenção de sua vida.

E qual é a forma que o trabalho adquire no modo de produção capitalista? Passamos a analisar essa condição no intuito de compreender a que demanda estão sujeitos os homens na sociedade contemporânea, dentre eles, incluídas as pessoas com deficiência.

3.2 A CATEGORIA TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

3.2.1. O trabalho em Marx

Marx é o teórico que nos fornece as ferramentas para compreender de forma integrada, a sociedade capitalista, plena de contradições e em constante movimento.

Na teoria marxiana, a categoria trabalho ocupa lugar central. Compreender, portanto, o que seja trabalho para Marx é condição para entender seu pensamento.

É sobre ele que Marx fundamentou o processo de formação do homem, evidenciando que este só esteve em posição de fazer história a partir do momento em que passou a criar meios para assegurar sua própria subsistência. É neste processo de manutenção da vida, em interação com a natureza, que o homem passou a transformá-la pela sua atividade e, ao transformar a natureza, transformou a si mesmo. Para Marx (1993, p.39-40),

“(...) o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material O segundo ponto é que, satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico”.

É no tipo de atividade vital de uma espécie que reside o seu caráter genérico. No homem, este advém da atividade livre e consciente.

Ele faz de sua própria espécie e das demais objeto de sua atividade teórica e prática, assim, coloca-se diante de si mesmo como espécie “*presente e viva*” (Marx, 1989, p.163).

Marx permitiu compreender que é da ação humana sobre o mundo objetivo que a natureza emerge como sua obra e sua realidade. Na medida em que age consciente e voluntariamente, com base num plano predeterminado, é que o homem diferencia-se dos animais.

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de sua colmeia. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente” (Marx, 1988, p. 142).

A gênese humana é histórica, na sociedade capitalista a atividade humana se transforma paulatinamente até se constituir em trabalho alienado a partir da divisão do trabalho/propriedade privada⁵⁸, ambas faces de uma mesma totalidade contraditória, posto que implica, por um lado, na alienação do trabalho e, por outro, na apropriação do seu produto. Marx afirmou que esta é uma condição transitória. Contudo, a perspectiva burguesa faz crer que se trata da última e absoluta configuração da produção social.

É apenas quando a atividade humana — do homem como ser genérico — apresenta-se dividida, que surge o homem unilateral, incompleto, que passa a ser subsumido à classe a qual pertence. O homem, enquanto ser consciente, transforma sua atividade vital, o seu ser, em simples meio de sua existência.

O trabalho dividido desenvolve-se, inicialmente, a partir de “*disposições naturais (vigor físico por exemplo), necessidades, acasos etc.*” (Marx, 1993, p. 44), tornando-se divisão do trabalho (da perspectiva moderna) apenas a partir do momento em que se estabelece a cisão entre atividade espiritual e material. Assim, fica aberta a possibilidade de a consciência se pensar fora da práxis existente, emancipando-se, dando lugar, assim, às idéias.

Com a divisão do trabalho em manual e intelectual, surgiu a cisão entre fruição e produção; atividade espiritual e material; o prazer e o trabalho; a produção e o consumo, que desde então passam a ser atribuídos a indivíduos distintos. Estes, no decorrer do processo histórico vão se constituir em duas classes antagônicas, burguesia e proletariado.

A partir de elementos da Economia Política clássica, Marx demonstrou que o homem na sociedade capitalista desce à condição de mercadoria. Privado dos meios de produção, resta ao trabalhador apenas a sua força de trabalho⁵⁹, de vez que não pode mais alcançar, disponíveis na natureza, os meios para assegurar sua subsistência. Transforma-se assim em *capital vivo*, tendo como única forma de satisfazer as suas necessidades a oferta de seu trabalho.

⁵⁸ Marx (1989, p.169) concluiu que “*Só no derradeiro ponto de culminação do desenvolvimento da propriedade privada é que se revela o seu segredo, a saber, por um lado, que ela é o produto do trabalho alienado e, por outro, que ela é o meio através do qual o trabalho se aliena, a realização da alienação*”.

⁵⁹ “*Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie*” (Marx, 1988, p. 135).

O capitalista, ao comprar a força de trabalho “*incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto que lhe pertencem igualmente*” (Marx, 1988, p. 142). Para ele, esta consiste numa mercadoria comprada por ele, passível de consumo apenas quando acrescida de meios de produção. O produto do trabalho lhe pertence, por se tratar de um processo estabelecido entre coisas de sua propriedade.

O capital pode ser considerado como trabalho objetivo (numa determinada relação social), que dá ao seu detentor poder sobre a atividade do trabalhador e sobre seus produtos, é, também, trabalho acumulado, e o poder do capitalista é o poder de compra de seu capital. Na medida em que atende a necessidades externas — que são do proprietário — o trabalho humano, alienado, perde toda a aparência de manifestação pessoal.

Com a valorização do mundo das coisas, em proporção direta, dá-se a desvalorização do mundo dos homens; na medida em que amplia a extensão de riquezas com os produtos de sua atividade, o trabalhador se distancia mais e mais destes produtos, que se tornam inatingíveis ou alcançáveis com dispêndio de máximo esforço.

Dessa forma, o trabalho do homem se lhe afigura como um poder estranho e ameaçador. A atividade humana é depositada no objeto e se transforma em capital, voltando-se contra seu produtor; o trabalho objetivado, que se transforma em capital, ao ser concentrado, aumenta o poder do capitalista e a miséria do trabalhador, que nada acumula, troca sua força de trabalho por um salário que lhe permitirá, tão somente, reproduzir-se enquanto trabalhador. Encontra-se, ao final, de posse do mesmo valor de troca, nada mais, nada menos; acredita que esta troca se estabelece no âmbito da circulação simples, entretanto, o capitalista extrai ganhos de seu trabalho, retira mais valores de troca do que havia aplicado na origem. Isto se deve ao caráter extraordinário da mercadoria trabalho, que é a única que engendra mais valor de troca do que os necessários à sua reprodução. Aí reside o segredo do capital.

A jornada de trabalho implica num tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho — o trabalhador produz o valor dos meios de subsistência de que necessita para manter-se como trabalhador.

Contudo, esta jornada, envolve um tempo maior do que o tempo de trabalho necessário, o trabalho excedente produzido neste tempo é apropriado pelo capitalista, é a fonte de onde ele extrai a mais valia.

“O trabalhador põe sua vida no objecto; porém agora ela já não lhe pertence a ele, mas ao objecto. Quanto maior a sua atividade, tanto mais o trabalhador se encontra sem objecto. O que se incorporou no objecto do seu trabalho já não é seu. Assim, quanto maior é o produto, tanto mais ele fica diminuído. A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objecto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autónomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objecto se torna uma força hostil e antagónica” (Marx, 1989, p. 160, grifos do autor).

A servidão ao objeto é tamanha que o trabalhador *“só pode manter-se como sujeito físico enquanto **trabalhador** e só é trabalhador enquanto **sujeito físico**”* (Marx, 1989, p. 160, grifos do autor).

O capitalista, por sua vez, também unilateral, frui de produtos que não foram resultantes de sua própria atividade; e como o dinheiro na sociedade capitalista é o bem supremo, ele pode ser tudo o que seu capital pode comprar. Assim sendo, é também um homem incompleto, de vez que *suas* qualidades humanas se constróem a partir da expropriação do trabalho alheio. Marx (1989, p. 232), ao comentar uma passagem de Goethe, em *O Capital*, ilustrou bem esta questão :

“O que para mim existe através do dinheiro, aquilo que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, sou eu, o próprio possuidor do dinheiro. O poder do dinheiro é o meu próprio poder. As propriedades do dinheiro são as minhas – do possuidor – próprias propriedades e faculdades. Aquilo que sou e posso não é, pois, de modo algum determinado pela minha própria individualidade” (grifos do autor).

O trabalho assalariado, dividido, é forma histórica do desenvolvimento da atividade vital humana e implica também, contraditoriamente, em um caráter positivo.

A despeito da exploração de que se constitui, o capital tem uma capacidade civilizatória, movida pela concorrência que, no seu seio, engendra o contínuo desenvolvimento das forças produtivas. Este fato tem como conseqüência a ampliação da natureza, que humanizada, promove novas necessidades e gera um homem sempre novo, espiritualmente enriquecido. Esta “riqueza ontológica” é uma possibilidade que só se abre a partir da sociedade capitalista, porque nela se estabelecem condições para gerar um máximo de necessidades.

Ainda que a divisão do trabalho tenha dividido homem/sociedade em classes antagônicas e expropriado o homem em sua atividade, constitui-se em forma histórica de como o homem tem produzido sua vida, numa relação de domínio sobre a natureza.

Sob o modo de produção capitalista, o gênero humano se vê enriquecido, e isto se dá a partir da expropriação do homem em particular. O trabalhador subsumido ao capital perde suas possibilidades de manifestação pessoal, contudo, a mesma pode ser resgatada a partir da apropriação dos instrumentos de produção e das forças produtivas, possibilidade que só existe pela supressão da propriedade privada, a partir da superação do modo de produção capitalista, quando o homem, ao apropriar-se das riquezas construídas pela humanidade, pode, enfim, almejar sua emancipação.

É Manacorda (1996, p.60-62) quem apontou : “*O tempo de desumanização do homem no trabalho torna-se premissa para a criação pelo trabalho, mas fora do trabalho de um tempo totalmente humano*”. Afirmou, que Marx indicou a possibilidade de liberdade humana fundada *sobre* o trabalho e não *no* trabalho.

Superado o atual modo de organização da sociedade, fica aberta a possibilidade de resgate do homem indiviso, de desenvolvimento pleno das capacidades humanas, de genuína fruição e desalienação pelo trabalho.

“(...) a abolição positiva da propriedade privada, quer dizer, a propriação (sic) sensível da essência e da vida humanas, do homem objectivo, das criações humanas para e através do homem, não considerar-se apenas no sentido do ter. O homem apropria-se do seu ser omnilateral de uma maneira omnicomprensiva, portanto, como homem total (...) a eliminação da propriedade privada constitui, portanto, a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas” (grifos do autor).

O próprio Marx (1993, p. 70) afirmou que as formas sociais de organização são transitórias, a despeito do que faz crer a ideologia burguesa,

“A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ele transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado, prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa”.

A partir da perspectiva histórica, pode-se compreender que o modo de organização capitalista é superável, não se pode esperar, contudo, que a superação se dê sem embate.

A teoria marxiana é colocada em xeque por autores que questionam a centralidade do trabalho no mundo contemporâneo, sob o argumento de que não oferece mais, nas suas categorias centrais, os elementos necessários à compreensão dos processos em curso⁶⁰. A esse respeito, Netto (1995, p. 38-39) assim se expressou:

“A validade da teoria marxiana está exatamente no método que permitiu a Marx descobrir as determinações nucleares do movimento do capital, da ordem burguesa e é este método que permite, hoje, superar as próprias colocações marxianas que o evoluir da ordem burguesa anacronizou. Quanto ao tratamento teórico oferecido ao desenvolvimento recente da ordem burguesa pelos analistas empenhados na contestação da teoria marxiana — ainda que, em muitos casos, contendo indicadores de processos novos e/ou não estudados, e mesmo, contribuindo com sugestões fecundas de pesquisa — ele tem se revelado manifestamente incapaz para apreender a estrutura do movimento histórico social. O cotejo entre a produção desses analistas e daqueles que se apropriaram da impostação teórico-metodológica de Marx é sumamente ilustrativo da validade contemporânea desta última (...) Evidentemente, esta angulação não exclui, ou sequer minimiza como já insinuei, nem a retificação de resultados obtidos por Marx, nem a interlocução com outras vertentes analíticas — sem tais procedimentos e relações, ela pode derivar no dogmatismo e na esclerose teóricos, respaldada somente em meras petições metodológicas de princípio”.

Tomando de empréstimo essa visão, reiteramos nossa compreensão da atualidade do método desenvolvido por Marx para entender a sociedade em que vivemos, acrescentamos ainda, que a despeito de todo o discurso que refuta a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, consideramos que, não estando superada a sociedade capitalista, esta continua sendo a categoria chave — em respeito à opção por esse método — para a compreensão do movimento histórico.

3.2.2 O trabalho na sociedade contemporânea

Na atualidade, há o reconhecimento unânime de que o mundo atravessa profundas transformações, contudo, a compreensão ampla dos fatores implicados neste processo não foi ainda alcançada. Estes poderão ser explicitados apenas na medida em que o distanciamento permita a apreensão do amplo movimento ainda em curso.

Entre os autores contemporâneos, que tentam fazer essa apreensão, o debate é intenso e há muitas controvérsias. No entanto, uma questão é consensual, porque é

⁶⁰ Dentre os autores que colocam essa questão, destacamos os trabalhos de André Gorz (1987) e Claus Offe (1984).

lastreada em evidências empíricas, trata-se do reconhecimento de que o trabalho passa por profundas modificações que se manifestam na forma de gestão e organização da produção, bem como no amplo incremento tecnológico, na esfera produtiva.

Tal transformação, nas condições objetivas da produção, tem suas repercussões na própria sociabilidade e na subjetividade humana e, em decorrência de sua magnitude, é referenciada como a Terceira Revolução Industrial.

Frigotto (1995) afirmou que, após os anos 30, o capital viveu um longo período de acumulação, que resultou na revolução das bases técnicas do processo de produção, gerando transformações na divisão, conteúdo, qualidade e quantidade do trabalho. Estes avanços técnicos, que ampliam a força produtiva, estabelecem-se sob relações de exclusão social, o que se afigura, em nosso cotidiano, sob a forma de aumentos aviltantes nas taxas de desemprego e subemprego, principalmente nos países pobres.

Antunes (1995, p. 41-42) apontou que estamos vivendo uma *processualidade contraditória*. Se, por um lado, diminui o trabalho produtivo industrial, de outro, observa-se a ampliação do assalariamento no setor de serviços e a ampliação do subproletariado com a desregulamentação e precarização do trabalho e a absorção de uma parcela da população (mulheres) em detrimento de outra (jovens e velhos). Assinalou, dessa forma, uma extensa complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, num contexto claro de desemprego estrutural.

A partir dessas mesmas evidências, muitos autores postularam que a sociedade capitalista estaria se encaminhando para o não trabalho. André Gorz (1987) expressou esta crença num livro de título afirmativo —“*Adeus ao proletariado*”—, em decorrência da diminuição do trabalho na esfera produtiva. Dentre outras teses, colocou que o trabalho heterônomo, ainda que minimizado, seria irreduzível. Dessa forma, Gorz não apenas recusou a possibilidade de superação deste modo de organização, mas também postulou, que a liberdade deve ser buscada dentro desta ordem. Para tanto, propôs a divisão da esfera do trabalho heterônomo de forma que a autonomia extra trabalho seja ampliada, constituindo-se no espaço possível para que o homem encontre o meio da emancipação.

Antunes (1995, p. 80-81) ponderou que,

“Seria a realização, esta sim utópica e romântica, do trabalho que avilta e do tempo (fora do trabalho) que libera. Esta concepção acaba desconsiderando a dimensão totalizante e abrangente do capital, que engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idealidades” (grifos do autor).

O crescimento do setor de serviços é argumento para evidenciar a perda da centralidade do trabalho, na obra de Claus Offe. Para ele, a heterogeneização do trabalho, na sociedade pós-industrial de serviços, pulveriza a referência unitária de trabalho, já que as atividades produtivas seriam suplantadas por estas. O autor assinalou ainda a redução da motivação ocupacional nos indivíduos em decorrência da convivência com o contínuo desemprego e subemprego, como mais um fator a evidenciar essa perda da centralidade do trabalho, enquanto categoria sociológica. Para ele,

*“O trabalho foi deslocado de seu **status** de fato vital central e óbvio não apenas em termos objetivos mas também perdeu tal **status** na motivação dos trabalhadores — em consonância com tal desenvolvimento objetivo, mas em discrepância com os valores oficiais e os padrões de legitimação da sociedade”* (Offe, 1984, p.33, grifos do autor).

Robert Kurz (1992, p. 227) também analisou a crise do trabalho na sociedade contemporânea, mas ponderou que essa ocorre a partir da eliminação tendencial do trabalho produtivo. Considerou, no entanto, que a crise não pode ser *“criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do ‘trabalho’ da ‘classe trabalhadora’, ou da ‘luta das classes trabalhadoras’”*.

Antunes reconheceu em Kurz um crítico do capitalismo que trouxe uma leitura profícua do momento que estamos vivendo, capaz de apreender de uma perspectiva marxista a crise da modernidade em sua dimensão globalizada. No entanto, enfatizou que, se o autor compreende de maneira muito clara a crise do capital dos nossos dias, resvala, por outro lado, para uma posição a-histórica ao negar à classe trabalhadora a capacidade para a superação do capitalismo. Dessa forma, recusou a possibilidade de que, a partir do trabalho concreto, o homem possa encontrar para além do capital, uma forma de organização social emancipatória. Negou a perspectiva marxiana que indica que,

“Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e portanto, de vida humana”(Marx, 1988, p. 50).

O resgate dessa visão do trabalho permitiu a Antunes (1995, p. 75-76) afirmar que,

“Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões) qualitativas no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção”.

Assinalou ainda, que se vivemos numa sociedade produtora de mercadorias, é o trabalho coletivo a sua força propulsora, ou seja, por mais que a sociedade capitalista exclua o trabalho vivo dos processos produtivos, não pode prescindir dele, pois que *“é da potência constituinte do trabalho vivo em articulação com a potência constituída do trabalho morto que a mercadoria é produzida”* (Antunes, Comunicação pessoal, 1999).

As mudanças em curso expulsam dos processos produtivos um contingente humano de dimensões gigantescas, e promovem maior exploração daqueles que se mantêm ocupados. A exploração ampliada se expressa na perspectiva da *polivalência*: se, antes, o trabalhador da era taylorista/fordista⁶¹ tinha de ser um especialista, o que se exige hoje do trabalhador, sob os auspícios da era toyotista⁶² e da acumulação flexível⁶³, é o trabalhador polivalente, capaz de desempenhar várias funções ao mesmo tempo.

⁶¹ Antunes (1999) esclareceu: *“De maneira sintética, podemos indicar que o binômio taylorismo/fordismo, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada”* (p. 36, grifos do autor).

⁶² Ainda Antunes (1995) apontou: *“ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário (...) a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo just in time. O kanban, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o kanban é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos”* (p. 26, grifos do autor).

⁶³ Segundo Harvey (apud Antunes, 1995, p. 21) a acumulação flexível *“se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de*

Com a ampliação do exército de reserva e sob a ameaça de desemprego, aqueles que estão ocupados tratam de assegurar o emprego, acumulando funções e procurando se “qualificar” com novos cursos, desenvolver novas habilidades, respondendo à “chamada” do capital. Disponibilizando, assim, até o tempo que antes tinham para si, já que é fora do trabalho que buscam esta *qualificação*⁶⁴, em cursos complementares de línguas, informática etc.

Os que advogam este modelo produtivo argumentam que a exigência de um trabalhador polivalente rompe com a parcelização do trabalho, característica do taylorismo-fordismo, e resgata para o homem a totalidade do trabalho. Este discurso escamoteia que, sob esse trabalho, mantém-se a lógica do sistema produtor de mercadorias, já que o trabalhador continua sem definir *o que* e *como* deve ser produzido (Antunes, 1995, p.34).

Este aspecto nos remete a uma questão chave, para se pensar a crise do trabalho. Trata-se da recuperação, em Marx, da dupla dimensão que o trabalho assume na sociedade capitalista. A diferença entre trabalho abstrato e trabalho concreto é ponto de referência para lançar luz sobre o objeto de análise.

No *Capital* Marx (1988, p. 53) assim expressou,

“Todo trabalho, é por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso”.

Esta distinção permite apreender que a crise que vivemos diz respeito ao trabalho abstrato, e que o trabalho concreto, compreendido como atividade vital, criadora de valores de uso, protoforma da atividade humana, deve ser o ponto de partida para a busca da omnilateralidade. Na sociedade capitalista, o valor de uso das coisas fica subsumido ao seu valor de troca, o trabalho concreto é, então, subordinado ao trabalho abstrato.

serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas”.

⁶⁴Fazemos referência à categoria “qualificação” por ser utilizada correntemente, contudo, é importante assinalar que é uma categoria que tem sido problematizada no âmbito acadêmico por ser considerada

Antunes retomou, da perspectiva marxiana, a crítica a esse modelo, de vigência do trabalho estranhado, fetichizado “*desrealizador e desefetivador da atividade humana*”. Desta perspectiva, reiterou a necessidade de negar o trabalho abstrato, unilateral, que esvazia o homem em sua humanidade. Para ele, a superação do trabalho abstrato impõe como condição o reconhecimento do papel central do trabalho assalariado, donde decorre que a *classe-que-vive-do-trabalho*⁶⁵ é o único sujeito com potência para caminhar além do capital. Ele considerou que o que vivemos contemporaneamente configura-se numa crise da sociedade do trabalho abstrato e que apenas a classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogeneizada e complexificada, tem condições de fazer a sua superação, “*A recusa radical do trabalho abstrato não deve levar à recusa da possibilidade de conceber o trabalho concreto como dimensão primária, originária, ponto de partida para a realização das necessidades humanas e sociais*” (Antunes, 1995, p. 80).

Sua posição torna evidente que, diante da crise do trabalho abstrato, a resposta que a *classe-que-vive-do-trabalho* tem dado é contrária à sua emancipação.

Sem reconhecer que as condições históricas são outras, os trabalhadores reclamam ao capital a permanência do trabalho assalariado, nas condições conhecidas, sem compreender que as mesmas estão superadas, que não servem ao

imprecisa, a este respeito tratam Alves (1998) e Machado (1996). O aprofundamento desta discussão foge aos limites deste trabalho.

⁶⁵ Essa expressão foi proposta por Antunes (1999, p. 101) que esclareceu: “*A expressão ‘classe-que-vive-do-trabalho’(...) tem como primeiro objetivo conferir **validade contemporânea** ao conceito marxiano de **classe trabalhadora**. Quando tantas formulações vem afirmando a **perda da validade analítica da noção de classe**, nossa designação pretende **enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora**, sua **forma de ser**. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão **classe-que-vive-do-trabalho** pretende dar contemporaneidade e amplitude ao **ser social que trabalha**, à classe trabalhadora hoje, apreender sua **efetividade sua processualidade e concretude**” (grifos do autor).*

O autor ainda explorou alguns elementos analíticos para justificar sua proposição: “*a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo **central** os trabalhadores produtivos (...) mas a **classe-que-vive-do-trabalho** engloba também os trabalhadores **improdutivos**, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo produtivo (...) considerando, portanto, que todo **trabalhador produtivo é assalariado** e nem todo **trabalhador assalariado é produtivo**, uma noção contemporânea de **classe trabalhadora**, vista de modo ampliado, deve, em nosso entendimento, incorporar a **totalidade dos trabalhadores assalariados**. Isso não elide, repetimos, o **papel de centralidade do trabalhador produtivo, do trabalho social coletivo, criador de valores de troca, do proletariado industrial moderno no conjunto da classe-que-vive-do-trabalho**, o que nos parece por demais evidente quando a referência é dada pela formulação de Marx. Mas como há uma crescente **imbricação** entre trabalho **produtivo e improdutivo** no capitalismo contemporâneo e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, essa **noção ampliada** nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje” (Antunes, 1999, p.102 –103, grifos do autor).*

capitalismo e tampouco aos trabalhadores, já que significam a manutenção da condição de miserabilidade a que estão sujeitos.

A luta parece informada por uma visão imediatista e a-histórica, que faz com que se tome como regra a experiência recente do período pós-guerra, em que o pleno emprego permitiu a absorção de grande parcela da sociedade, e a instauração do Welfare State permitiu, ao menos transitoriamente, minimizar o conflito e regulamentar as relações entre classes.

Chesnais (1997) permitiu observar que, no segundo pós-guerra, a ampla reconstrução do parque industrial dos países europeus, particularmente da Alemanha, e do Japão⁶⁶, deu lugar a um período de acumulação privilegiado para o capital conhecido como os *anos dourados*, mas, contraditoriamente, deu espaço para o estabelecimento de uma classe operária numerosa, concentrada, e sindicalizada, o que era favorecido pela própria organização da produção capitalista, geográfica e temporalmente aglutinada. Assim, frente a uma classe operária organizada e insatisfeita com o trabalho alienante, o capital fora obrigado a aceitar a implementação do Estado de Bem Estar Social,

“Essas concessões tomaram forma de instituições (a Previdência social, por exemplo) e de estatutos. Em vários países, depois de terem sido um pouco arranhados, esses direitos e posições foram em seguida momentaneamente consolidados e ampliados, devido ao curso de uma luta de classes que abarcou um conjunto de países entre 1968-69 (França, Checoslováquia, Itália) e 1975 (queda de Saigon e revolução em Portugal)” (Chesnais, 1997, p. 13).

As *concessões* se deram nos limites dos interesses do capital. Neste contexto, a classe operária viveu a *ilusão* de que seria possível uma coexistência pacífica entre os interesses das classes antagônicas. O estado de coisas se modificou a partir da irrupção de uma grave crise no processo de reprodução do capital, que eclodiu no início dos anos 70, após um prolongado período de acumulação de capitais.

Segundo Antunes (1999, p. 29-30), os traços mais evidentes dessa crise são os seguintes:

- *Queda da taxa de lucro*, acentuada, entre outros fatores, pelo aumento dos salários, uma conquista da classe trabalhadora implementada através das lutas sociais dos anos 60.

⁶⁶ A partir de inversões econômicas dos EUA, país hegemônico que contava à época com alto nível de produção e consumo.

- *Esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista*, que se mostrou incapaz de fazer frente a uma retração no consumo, já decorrente do desemprego estrutural.
- *Hipertrofia da esfera financeira*, que passou a denotar uma relativa autonomização com relação a capitais produtivos,
- Maior concentração de capitais por meio de fusões entre empresas oligopolistas e monopolistas.
- A crise do *Welfare State*, decorrendo na crise fiscal do Estado capitalista e na retração dos gastos públicos, transferidos para o setor privado.
- Ampliação das privatizações, além da desregulamentação e flexibilização de processos produtivos, mercados e força de trabalho.

Para fazer frente a esta crise, o capital desencadeou um processo de reorganização em busca de novas respostas para a retomada da acumulação. Para Singer (2000, p. 21)

“A globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionada em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países. (...) os países semi industrializados apresentavam ao capital global vantagens comparativas, que consistiam em grande disponibilidade de mão-de-obra já treinada e condicionada ao trabalho industrial a custos muito menores do que nos países desenvolvidos. Na mesma época, as lutas de classe nos países industrializados haviam se intensificado, alimentadas por crescente insatisfação de uma classe operária de escolaridade elevada com um trabalho monótono e alienante. Grandes jornadas grevistas eram resolvidas com elevações salariais que superavam os ganhos de produtividade e pressionavam os lucros. A transferência em grande escala de linhas de produção industrial para a periferia foi a resposta das empresas”.

Com a emergência da crise mundial do capital, ressurgiram as idéias conservadoras de Hayek⁶⁷ (década de 40) que, reforçadas pelas idéias de Friedman⁶⁸ (anos 70) deram lugar às teses neoliberais, estas foram ganhando força, paulatinamente, na medida em que a crise do capital passou a exigir respostas. Apontaram fundamentalmente, como alternativa para a retomada da acumulação do capital, a busca do Estado Mínimo, com restrições nos ganhos por produtividade, fim da estabilidade no emprego, liberdade de mercado, aumento nas taxas de juros,

⁶⁷Friedrich von Hayek, economista austríaco, um dos principais inspiradores do movimento neoliberal.

⁶⁸ Milton Friedman, economista americano, defensor dos princípios do liberalismo.

diminuição dos impostos sobre o capital e redução nos gastos públicos com políticas sociais⁶⁹.

Sob pressões dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial) que adotam o ideário neoliberal, os países pobres, endividados, desarmaram uma rede de proteção que não assegurou um mínimo de justiça social. Dessa forma, ampliaram a miséria em níveis alarmantes.

Na verdade, o neoliberalismo enveredou pela exacerbação dos mecanismos de exclusão social, propondo a redução da face pública do Estado, em busca da retomada dos mecanismos de reprodução do capital, precipitando, assim, a falência do Estado de Bem Estar Social.

A crise do Welfare State, segundo Netto (1995), denotou a inépcia do capital para assegurar crescimento econômico e social em ampla escala. Apoiado em Mandel⁷⁰, fez referência às crises cíclicas inerentes ao capital, que ocorrem em sucessivas ondas longas de crescimento e recessão da economia para indicar que,

*“(...) o fundamento mesmo do arranjo sócio- político objetivado no **Welfare State** consistia nos ganhos possíveis no marco da **onda larga expansiva**; revertida esta, o arranjo se problematiza visceralmente — não é por acidente histórico que os anos dourados do **Welfare State** são aqueles que vão do segundo pós-guerra, quando o keynesianismo e as ‘recomendações’ de Beveridge tornam-se inteiramente viáveis, à década de sessenta. A crise do Estado de bem estar social, nesta angulação, não expressa somente a crise de um arranjo sócio-político possível no âmbito da ordem do capital: evidencia que a dinâmica crítica dessa ordem alçou-se a um nível no interior do qual a sua reprodução **tende** a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital foi obrigado naquele arranjo. Significa que o patamar de desenvolvimento atingido pela ordem do capital **incompatibiliza** cada vez mais o seu movimento com as instituições sócio políticas que, por um decurso temporal limitado, tornaram-no aceitável para grandes contingentes humanos. Sinaliza que o arranjo sócio político do **Welfare State** constitui uma **possibilidade** da ordem do capital que, pela lógica intrínseca desta última converte-se agora num **limite** que ela deve franquear para reproduzir-se enquanto tal”* (Netto, 1995, p.70, grifos do autor).

Segundo ele, a crise do Welfare State denotou o esgotamento da possibilidade de desenvolvimento do capital num marco de democracia política e esta crise revelou

⁶⁹ “A reestruturação das economias nacionais sob os auspícios das instituições de Bretton Woods contribui para o enfraquecimento do Estado. As indústrias que produzem para o mercado interno são solapadas e as empresas nacionais, levadas à falência. A compressão do consumo interno resultante do PEA implica uma redução correspondente nos custos da mão-de-obra, nisso consiste a ‘agenda oculta’ do programa: a compressão dos salários no terceiro mundo e no leste europeu servem de base para a transferência da atividade econômica dos países ricos para os países pobres.” (Chossudovsky, 1999, p. 66).

⁷⁰ Mandel, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo, abril, 1982.

que “*a manutenção e o evolver da ordem do capital ‘estão implicando, cada vez com mais intensidade, ônus sócio-humanos de monta’*” (Netto, 1995, p.71).

O desenvolvimento deste modelo guardou e guarda singularidades históricas. O Welfare State em países com diferentes graus de desenvolvimento, assumiu feições muito distintas. Se nos países ricos ele foi capaz de criar uma ampla rede de proteção social, em países pobres como o Brasil o mesmo não se deu. Segundo relatório da ONU relativo ao ano de 2000 ⁷¹, o Brasil está classificado como 74º país colocado no IDH ⁷² dentre 174 nações. Contudo, a expectativa para o próximo ano é de que a posição do país despenque no ranking da ONU, pois os dados analisados, no atual relatório, referem-se a 1998 e a colocação do país não reflete a crise cambial ocorrida no país em janeiro de 1999 (*Folha de S. Paulo*, 29 jun.2000, Especial, p.1). Temos ilhas de riqueza cercadas por miséria extrema.

O impacto da crise universal do capital tem diferentes nuances nos países ricos e pobres ⁷³, dada a configuração desigual e excludente do capital. O panorama que se delineia para países pobres, neste contexto de crise, é muito mais sombrio.

Schaff (1995) afirmou que as conseqüências da revolução industrial em curso seriam certamente difíceis de contornar nos países do *Primeiro Mundo*. Contudo, nos países do *Terceiro Mundo*, poderiam ser *socialmente catastróficas*, dadas as dimensões dos problemas que têm a enfrentar (falta de infra-estrutura básica, fome, mortalidade infantil, analfabetismo, etc.).

Se o evolver do capital, em seu movimento contraditório, apontou, por um lado, a exponencial resolução de grandes dramas e carências humanas (como a escassez de alimentos, de água e fontes de energia), a partir dos avanços tecnológicos; indicou, por outro, o aprofundamento da crise social a partir de problemas como o desemprego estrutural. A contradição implica em possibilidades

⁷¹ Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) relativo ao ano 2000 mas com dados apenas até 1998.

⁷² Índice de Desenvolvimento Humano elaborado pela ONU, para medir a qualidade de vida das pessoas em 174 países do mundo. Combina indicadores econômicos e sociais, além de computar o PIB *per capita*, incorporando outros indicadores como saúde e educação. Os três tem o mesmo peso no cálculo do índice.

⁷³ A bibliografia, de forma geral, aborda a relação entre os países de forma dicotomizada. Assim, é freqüente a referência a países *periféricos/centrais*, *primeiro/terceiro mundo*, *ricos/pobres*. Esta dicotomização é problemática e merece discussão. Se se compreende essa relação da perspectiva da totalidade, há que se reconhecer que no mundo contemporâneo os países estão mergulhados na mesma lógica, em estreita interdependência. Entretanto, como essa discussão não está dentre os objetivos deste trabalho, fazemos aqui apenas essa ressalva, para esclarecermos que optamos por utilizar a referência a países *ricos e pobres*, por considerarmos que seja a menos problemática.

de avanços para os países pobres, mas tende a aprofundar ainda mais os graves problemas sociais que estes já enfrentam. É a partir deste quadro que se compreende a iminente escalada para a barbárie, traduzida nos altos índices de desemprego, aprofundamento da miséria, da violência, o que eleva a tensão social a um gradiente quase insuportável. Principalmente, se se considera que estes países concentram a maior parte da população mundial. Para Chossudovsky (1999, p.30),

“Na virada do século, a população do mundo deverá passar de 6 bilhões, dos quais 5 bilhões estarão vivendo em países pobres. Enquanto os países ricos (onde vivem aproximadamente 15% da população mundial) controlam 80% do total da renda mundial, o grupo dos ‘países de baixa renda’ (56% da população mundial, incluindo as da Índia e da China), com mais de 3 bilhões de habitantes, recebeu, em 1993, aproximadamente 5% do total da renda mundial, percentual menor que o PIB da França e seus territórios ultramarinos. Com uma população de mais de 600 milhões, a África subsaariana como um todo apresenta aproximadamente a metade do PIB do estado do Texas. O conjunto dos países de média e baixa rendas (entre eles, os antigos países ‘socialistas’ e a ex-União Soviética) representado cerca de 85% da população mundial, recebe aproximadamente 20% do total da renda mundial”.

A transnacionalização do capital implica na transferência de parte significativa da base industrial dos países ricos para os países pobres, que tem como principal atrativo a força de trabalho a baixo custo. Dessa forma, os países de baixa renda são instados a competir entre si pelo interesse das grandes empresas e corporações, e o fazem na forma de oferta de *mão-de-obra* barata. Asseguram ao capital vantagens econômicas, fundadas na superexploração dos trabalhadores.

Como a demanda de consumo está limitada a aproximadamente 15% da população mundial, que se encontra mais concentrada nos países ricos, com pequenas bolhas de riqueza distribuídas nos países pobres, o sistema de produção global se encontra mais voltado ao suprimento deste mercado limitado. O excesso de oferta acaba por obrigar os produtores dos países de baixa renda a diminuir seus preços e a competição entre eles pressiona os salários para baixo. Um povo pobre não constitui um mercado para os bens que produz. Assim, deixam de se concentrar na demanda do mercado interno e passam a se preocupar com as exportações. A lógica do mercado indica que o segredo do ‘sucesso econômico’ é promover a exportação (Chossudovsky, 1999: p.66-68).

A concentração de riqueza nas mãos de uma minoria social provocou a produção ampliada de mercadorias e serviços de luxo (automóveis, turismo, lazer, artigos de telecomunicações, eletro-eletrônicos etc.). Contrastivamente, observa-se a retração no consumo da grande maioria da população, que, depauperada, tem de limitar-se ao estritamente necessário.

A partir da agudização das contradições do capital, o movimento que se observa indica uma crise de superprodução com o declínio da possibilidade de consumo. Dessa forma, o evoluir do capital se encaminha no sentido de obstruir sua própria expansão.

Dentro da perspectiva desenvolvida até aqui, fica claro que as mudanças no mundo do trabalho, dão-se como causa e, ao mesmo tempo, como resultado do processo de globalização. São parte do movimento do capital, preocupado que está, em fazer frente às suas crises recorrentes.

A compreensão das transformações do mundo do trabalho exige, pois, a apreensão do movimento da globalização em termos mais amplos.

3.2.3 O processo de globalização econômica

A respeito do processo de globalização econômica, Singer (2000, p.19-20) observou,

“A economia capitalista industrial tende a superar os limites do Estado-nação desde o seu início. A livre movimentação de mercadorias e de capitais através das fronteiras nacionais atingiu seu primeiro auge por volta da segunda metade do século XIX, quando o padrão-ouro proporcionou moedas automaticamente conversíveis e se criou um conjunto de instituições destinadas a garantir o livre-câmbio e as inversões estrangeiras. Esta primeira tentativa de globalização afundou com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e pouco depois com a grande crise dos anos 30, seguida pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Durante mais de 30 anos, as economias nacionais trataram de proteger suas indústrias e comandar a acumulação de capital dentro de seu território, caindo o intercâmbio comercial e financeiro entre elas a níveis irrisórios. Após a última Grande Guerra, os vencedores, capitaneados pelos Estados Unidos, colocaram a retomada da globalização econômica como objetivo primordial. As instituições criadas na Conferência de Bretton Woods, ainda em 1944 receberam um claro mandato neste sentido ... Pode-se dizer que a globalização é um processo que se realiza sem solução de continuidade já há mais de cinquenta anos. É fácil comprovar isso observando o crescimento contínuo do valor das trocas internacionais e dos investimentos diretos estrangeiros. ... A globalização em curso apresenta duas etapas, a primeira, do fim da guerra ao fim dos anos 60, quando ela abarcava sobretudo os países hoje considerados desenvolvidos; a segunda, que já dura cerca de um quarto de século e que inclui uma boa parte do Terceiro Mundo; e, mais recentemente, os países que compunham a ex-URSS e seus antigos satélites”.

A partir destas considerações, é possível compreender que a globalização não é um processo novo e vem se dando desde o início da sociedade capitalista, como um movimento que tende a superar os limites do Estado-nação.

Ianni (1997) apontou que, neste novo ciclo de expansão do capitalismo, o mundo passa por profundas transformações com base na recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados.

Suportado pelas novas tecnologias, o capital ultrapassa fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando, assim, suas formas de articulação e contradição. Este processo precipita a emergência de uma sociedade global, como totalidade contraditória, complexa e abrangente.

Após o término da Guerra Fria, que marcou o rompimento do mundo bipolarizado, — desapareceram fronteiras e surgiram novos pólos de poder a partir da manifestação de tensões existentes entre os Estados-nações prévios. O movimento modificou o desenho geopolítico mundial e provocou o anacronismo da organização do Estado-nação⁷⁴, que, com a transnacionalização do capital passou a ser obrigado a compartilhar e aceitar diretrizes provenientes de centros de poder regionais e mundiais. Ainda para Chossudovsky (1999, p.11),

“As economias nacionais estão interligadas, os bancos comerciais e os negócios (controlados por cerca de 750 corporações globais) transcendem limites econômicos, o comércio internacional está integrado e os mercados financeiros de todo mundo conectam-se por um sistema de telecomunicação em tempo real. A crise atual é muito mais complexa do que a do período entre guerras, suas conseqüências sociais e implicações geopolíticas, de longo alcance, são sentidas particularmente neste incerto período pós-Guerra Fria”.

Na medida em que a crise se agudiza, a economia mundial fica mais e mais submetida a um pequeno grupo de bancos internacionais e monopólios globais. Trata-se de poderosos interesses financeiros e industriais em aberto confronto com os interesses da sociedade civil.

Os setores produtivos e financeiros têm se articulado como um todo, em âmbito nacional e mundial de forma dinâmica e contraditória. O movimento não se dá sem tensão, e Ianni indicou que, no contexto da sociedade global, surgem

⁷⁴ A noção de Estado-nação deve ser compreendida também como construção histórica, Ianni (1997, p. 129) afirma que “a nação é um produto histórico europeu, desenvolvido no bojo da revolução burguesa e transformado em um modelo explorado pelo imperialismo europeu e norte-americano pelos diversos continentes, ilhas e arquipélagos. Um modelo que se concretiza às vezes muito precariamente na Ásia, Oceania, África, América Latina, Caribe, Europa central e Europa do leste. Aliás, mesmo nos países em que o estado-nação se formou originariamente, mesmo nesses países revela-se não só histórico mas problemático”.

estruturas de poder globais, que estão apoiadas nas estruturas regionais ou nacionais, mas que, contraditoriamente, também as combatem.

“A regionalização também pode ser observada como necessidade da globalização ainda que possa ser compreendida simultaneamente como movimento de integração de estados nações, pode muito bem ser as duas coisas combinadamente, se bem que a análise dos fatos, e não apenas dos institutos jurídico-políticos, indique a prevalência das forças econômicas que operam em escala mundial. Sob certos aspectos, a regionalização pode ser uma técnica de preservação de interesses ‘nacionais’ por meio da integração, mas sempre no âmbito da globalização. Envolve os estados-nações na dinâmica da mundialização. Jogando com as convergências e os antagonismos entre nacionalismo, regionalismo e globalismo, encontram-se empresas, corporações e conglomerados transacionais. Tecem a globalização desde cima, em conformidade com a dinâmica dos interesses que expressam ou simbolizam. Desenham as mais diversas cartografias do mundo, planejadas segundo as suas políticas de produção e comercialização preservação e conquista de mercados, indução de decisões governamentais em âmbito nacional, regional e mundial. Em suas alianças estratégicas, e por meio de suas redes de comunicações podem estar presentes em muitos lugares ou mesmo em todo o mundo. Esse o contexto em que tendem a ocorrer, resolver-se ou agravar-se as convergências e tensões entre nacionalismo, regionalismo e globalismo” (Ianni, 1997, p.14).

No bojo do mesmo movimento, ocorre a *dissolução do mundo agrário* pela crescente transformação das condições de vida e trabalho no meio rural. O campo passa a ser industrializado e urbanizado, observa-se também grandes ondas migratórias do campo para a cidade. É um marco no processo histórico, já que, até meados do século, o mundo agrário ainda constituía motor decisivo da história. A partir desta análise, Ianni apontou a redução ou mesmo a superação da contradição cidade-campo. Não significa dizer que o mundo agrário tenha deixado de existir ou que seja menos importante, mas que se configura de forma diversa, pois apresenta-se subsumido ao grande capital. O campo passou a ser marcado pela atuação de empresas e conglomerados agroindustriais, que imprimiram mudanças na orientação das atividades agrícolas. Mesmo a pequena produção encontra-se determinada pelas necessidades da grande produção, já que os pequenos proprietários passaram a ser contratados como fornecedores das grandes empresas. É a flexibilização das relações de produção se espalhando da cidade para o campo. É a cidade, lugar privilegiado da indústria, impondo ao campo sua lógica, sua tecnologia e mercadorias. Ianni (1997, p. 53-54) afirmou que,

“(...) aos poucos, ou de forma acelerada, conforme o setor produtivo, a nação ou a região, o mundo agrário transforma-se em conformidade com as exigências da industrialização e da urbanização. (...) Acabou a contradição cidade e campo, na medida em que o modo urbano de vida, a sociabilidade burguesa, a cultura do

capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem ou recriam o campo com outros significados”.

A sociedade global se constituiu a partir da sociedade nacional, mas deve ser vista com um todo complexo e contraditório que subsume formal ou realmente a sociedade nacional. Ainda que a sociedade global apresente estruturas fundadas na nacional (mesmo porque as nações hegemônicas incutem à sociedade global algumas de suas características e movimentos), há que se reconhecer que a sociedade global não é mero somatório de sociedades nacionais, mas se revela uma totalidade superior que subsume nações e regiões, abalando seu significado histórico.

“No âmbito das polarizações envolvidas no contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo, logo sobressai a problemática sociedade civil e estado nacional. Tanto a sociedade civil como o estado nacional são atingidos de forma mais ou menos avassaladora pelos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações de produção que promovem e acompanham a globalização do capitalismo. As condições e as possibilidades dos grupos e classes sociais, dos movimentos sociais e dos partidos políticos, das controvérsias ideológicas e das correntes de opinião pública, tudo isto muda de significado se a economia nacional, a sociedade nacional e o estado-nação transformam-se em províncias da economia mundial, da sociedade civil mundial e das estruturas globais de poder (...) Na medida em que a sociedade civil, a economia nacional e o estado-nação transformam-se em províncias do globalismo, o projeto nacional fica posto em causa (...) Em primeiro lugar, cabe reconhecer que as forças sociais presentes no âmbito da sociedade nacional não são homogeneamente identificadas com a nação, a soberania ou a hegemonia. Uma parte delas pode estar identificada com forças sociais, econômicas, políticas, geoeconômicas ou geopolíticas centralizadas em outros países, ou em matrizes de empresas e corporações transnacionais (...) Em muitos casos, são grupos e classes sociais dominantes que se inserem nessa dinâmica, situando-se direta e abertamente no âmbito do transnacionalismo. Nesse sentido é que uma parte importante da problemática da globalização do capitalismo implica que se poderia denominar de globalização pelo alto. Em segundo lugar, cabe reconhecer que a outra parte das forças sociais presentes no âmbito da sociedade nacional possui escassas ou nulas vinculações com as suas contrapartes em outros países. As classes e os grupos sociais subalternos em geral encontram-se limitados aos seus respectivos países, o que se expressa claramente em seus movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública e projetos. A transnacionalização organizada das classes e grupos subalternos ainda é incipiente, devido à carência de recursos materiais, tecnológicos ou organizatórios; e às vezes também devido ao fato de que se encontram comprometidos com práticas e ideais nacionalistas que se tornam ou já se tornaram insustentáveis; ou simplesmente obsoletos. Está posto o desafio de dinamizar as forças sociais subalternas que poderiam fazer com que se desenvolva a globalização desde baixo” (Ianni, 1997, p. 133-134).

Assim, o autor permite compreender melhor a contradição implicada no movimento da globalização. Evidencia como a classe subalterna assumiu uma posição menos ativa, já que tem menores condições de fazer frente aos grandes

interesses em jogo. Isso se justifica, pela própria condição material, e por uma visão estanque de história que deve ser superada para que se possa reconhecer e responder às novas condições e provocações colocadas pelo movimento do capital. O maior desafio que se impõe, portanto, é o de rearticular os grupos e movimentos sociais que representam as necessidades da classe trabalhadora, em torno de um projeto comum de ruptura com o atual estado de coisas. Para que a luta oportunize avanços efetivos é condição que ela também se estabeleça num plano global, fora dos limites do Estado nacional.

Até este ponto, procuramos estabelecer os desdobramentos teóricos mais amplos, que permitem colocar a discussão sobre a profissionalização de pessoas com deficiência num outro patamar.

Se consideramos que as transformações se dão numa dimensão totalizante, que engloba sociabilidade humana, somos instados a buscar suas decorrências no plano concreto. Por derivação do campo em que se inscreve este estudo, buscamos suas repercussões na educação. Isso considerando que na sociedade contemporânea, a escola é o espaço privilegiado onde deve se dar a educação e, sendo parte da sociedade, responde às suas demandas emergentes. Então, o que temos assistido como consequência dessas transformações é a exigência de respostas educacionais para a crise.

CAPÍTULO 4

ESCOLA E DEFICIÊNCIA

4.1 A ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A escola tem de ser compreendida como parte de um contexto mais amplo. É uma instituição criada para atender necessidades sociais, portanto, palco de todas as contradições que permeiam a sociedade.

Com o advento do capital, surgiu o estilo de vida urbano-industrial, na Europa avançada, que no seu processo histórico transformou em força de trabalho⁷⁵, homens, mulheres e crianças. Os avanços das forças produtivas, gradativamente, acumularam-se a ponto de permitir a liberação do trabalho infantil. A sociedade, então, viu-se diante de uma nova necessidade: ocupar o tempo livre das crianças, já que seus pais não estavam mais em posição de prover integralmente sua segurança, pois estavam absorvidos pelo trabalho. Para Alves (1998, p.109-110),

“(...) a sociedade que cria as necessidades mobiliza os seus recursos, também, para criar os meios adequados visando saná-los ou minorá-los (...) a escola se refuncionaliza visando colocar-se como alternativa para preencher o tempo livre do jovem trabalhador, então desempregado (...) essa tendência amadureceu no interior do último terço do século XIX (...) foi nesse instante que ganhou novo vigor a proposta burguesa clássica de escola pública, universal, laica obrigatória e gratuita”.

A partir de então, o processo de expansão da escola avançou pelo século XX até a sua universalização. A escola constitui-se, numa instituição importante, para atender às demandas sociais e, reiteradamente, veio sendo mobilizada neste sentido.

Uma vez mais, a escola vem sendo apontada como solução para a crise aguda na qual nos vemos mergulhados. Está sendo reclamada a “dar conta” de problemas

⁷⁵ Segundo Alves(1998, p. 113) “A **força de trabalho**, ao ser produzida historicamente, implicou não só a expropriação do trabalhador dos meios de produção mas, também, a expropriação de seu saber, que se realizou sob a forma de especialização profissional. Com a emergência da fábrica moderna, quando o trabalhador não mais dispunha de meios de produção e de habilidades especiais para realizar uma atividade qualquer, tornou-se **força de trabalho**. Essa designação não é fortuita. Nesse momento, o trabalhador transformou-se em força de trabalho como decorrência de uma condição histórica que o reduziu, tão somente, a energia vital ou a **capacidade de trabalho**”(grifos do autor).

amplos, que vão desde a questão da violência até a retomada do crescimento econômico, como se pudesse, no seu âmbito restrito, dar respostas a problemas extensos e profundos que vivemos neste final de século.

A panacéia da escola tem sido referendada pela ação dos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI), que reclamam o investimento dos países pobres no Ensino Fundamental, donde decorre, segundo seus cálculos, a melhor relação *custo/benefício*.

A escola vem sendo pensada a partir dos referenciais do ideário Neoliberal, que tem informado as práticas sociais ao longo da década no país. Segundo Oliveira (1999), este movimento teve raízes no plano internacional e, no Brasil, foi “timidamente” indicado desde o governo Geisel e passou a ser incisivamente implementado no governo Collor. O alinhamento com este ideário está sendo mantido no governo FHC.

O Neoliberalismo prevê, dentre outras coisas, o enxugamento do Estado, com a restrição de políticas sociais, a privatização de empresas públicas, a desregulamentação de mercados e a abertura para a economia globalizada. No núcleo do pensamento neoliberal, está a valorização dos mecanismos de regulação do mercado. Daí a influência da *qualidade total*, que traz a importação das idéias de mercado para o campo da educação. Nestes moldes, a qualidade da educação é aferida por resultados quantitativos. Boa escola é a que *produz mais resultados*.

A escola foi chamada a *qualificar* para o trabalho aqueles que passaram a engrossar as fileiras dos desempregados, neste contexto de crise do capital, marcado pelo desemprego estrutural.

Já faz parte do senso comum a crença de que as pessoas estão sendo expulsas do mercado de trabalho por não estarem *qualificadas* para suas demandas.

Estas idéias escamoteiam a face excludente dos notáveis avanços das forças produtivas alcançados neste final de século, que fazem com que o trabalho vivo seja menos necessário. Os avanços se tornam excludentes porque se dão sob a égide do capital. Constituem-se, no entanto, contraditoriamente, em possibilidade material de liberar o homem do trabalho desgastante.

Considerando o exposto, que *qualificações* são demandadas pelo trabalho no mundo contemporâneo? O trabalho está sendo progressivamente simplificado. Objetivamente, as *qualificações* exigidas para o desempenho da maior parte das funções, não vão muito além do ler escrever e contar. Com a incorporação de

trabalho morto, nas máquinas e equipamentos eletrônicos, muitas das funções exigem do trabalhador, tão somente, acionar equipamentos automáticos, capazes de realizar tarefas que, antes, exigiam um grande número de trabalhadores⁷⁶. Não pretendemos com isso afirmar que deixam de existir aquelas funções que exigem um trabalhador com maior domínio dos processos de trabalho, mas eles são muito menos demandados.

Daí que a *qualificação*, exigida pelo mercado de trabalho, em muitos dos casos, nada mais é que um expediente utilizado pelo capital para justificar a expulsão e/ou não absorção de grande parcela de trabalhadores. Tanto é que, se a tão propalada *qualificação* fosse alcançada por todos os trabalhadores expulsos dos processos produtivos, ainda restaria um contingente muito grande fora do mercado, já que seu trabalho é desnecessário. Assim, da perspectiva dos trabalhadores, a escola que interessa não deveria estar atrelada às demandas de mercado, e sim voltada a uma ampla formação humanístico-científica. Segundo Alves, (1998, p.117),

“A questão primordial que se coloca para os trabalhadores de nosso tempo não é a de requalificação profissional, pois historicamente superada, mas, sim, a do acesso ao conhecimento que lhes permita compreender a sociedade capitalista e seu movimento. Seria esse conhecimento que lhes facultaria o entendimento do próprio fazer pela apreensão de suas funções no todo social; que lhes asseguraria a possibilidade de superar as limitações dos conhecimentos fundamentais de que dispõem no dia a dia, tanto os científicos como os humanísticos, em decorrência do caráter especializado, portanto abstrato, que assumiram”.

Na sociedade capitalista, a escola é a instituição que tem por função precípua a transmissão do conhecimento socialmente acumulado. Assim, somente a partir da democratização do conhecimento, é que se pode pretender uma ação pedagógica formal, efetivamente transformadora.

Quando a exclusão tende a se ampliar em decorrência da agudização das crises do capital, observa-se a proposição de políticas públicas voltadas ao atendimento dos grupos mais fortemente atingidos, de forma a atenuar o impacto de crises e administrar possíveis focos de tensão social.

Ao menos, numa primeira aproximação, parece ser este o mote dos programas de *requalificação profissional*⁷⁷, que têm sido implementados no país. Nestes casos,

⁷⁶ A automação dos serviços bancários exemplifica bem esse aspecto.

⁷⁷ “O governo criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT) e, mediante Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), deslocou a formação profissional básica dos jovens e adultos com risco de desemprego ou desempregados do Ministério da Educação para o Ministério do Trabalho reduzindo-a a projetos e atividades pontuais, tópicos, dentro de uma perspectiva compensatória de ‘assistência’ e de caráter descontínuo. O Fundo de Assistência ao Trabalhador

a educação tem cumprido muito mais uma função compensatória, na medida em que minimiza a pressão dos desempregados no mercado, pois que estes estão se *qualificando*.

Em última instância, medidas como esta, de caráter pontual, parecem, antes, destinadas a assegurar ao sistema condições ótimas para seu necessário reordenamento, e estão, portanto, muito distanciadas de uma perspectiva de educação progressista.

A consciência deste fato decorre numa tarefa importante referida por Frigotto (1998, p.13),

“É tarefa permanente, pois, nos diferentes espaços da escola, sindicatos e movimentos sociais evidenciar que é falso e é uma ilusão atribuir-se à educação básica, formação técnico-profissional e aos processos de qualificação e requalificação, orientados pelo Banco Mundial e pelos institutos que formulam as políticas educacionais empresariais, um peso unilateral da inserção de nossa sociedade no processo de globalização e reestruturação produtiva e, sobretudo, como tábua de salvação para os que ‘correm risco de desemprego’ ou para os desempregados. Os processos educativos que interessam aos trabalhadores não podem ter no mercado e no capital seu horizonte conceptual e prático” (grifos do autor).

Para os trabalhadores, impõe-se a necessidade de buscar uma escola que rompa com o reducionismo e que efetivamente seja pautada pela perspectiva do acesso ao saber humano sistematizado, embalada pela idéia gramsciana de escola *“centrada no desenvolvimento das múltiplas dimensões da vida humana”* (Frigotto, 1998, p.14).

4.1.1 A educação especial

Se considerarmos as estimativas da OMS, indicando, que cerca de 10% da população de países *em desenvolvimento* apresentam algum tipo de deficiência, há uma parcela considerável da população sendo alijada do processo educativo formal. No mais das vezes, são encaminhadas para um sistema paralelo de ensino, *mais adequado às suas especificidades*, sob a alegação de que, por suas qualidades intrínsecas, não poderiam se beneficiar dos processos regulares de ensino.

A escola funcionaria como uma instância de pré-seleção daqueles sujeitos que, presumivelmente, não se integrariam às relações de produção. Esta medida mais

(FAT) é disputado pelas mais variadas instituições, organizações e ‘escritórios’ de certificação. O governo, mediante propaganda intensiva passa a idéia mistificadora de que estes cursos são a

parece destinada a assegurar a agilidade da formação daqueles considerados adequados às finalidades do processo produtivo.

A partir da revolução Francesa, surgiu a Educação Especial na Europa avançada, no bojo das conquistas de acesso à escola, independente da origem social, quando foram criadas as primeiras instituições que objetivaram oferecer às pessoas com deficiência uma educação à parte.

No Brasil, a primeira iniciativa de atendimento escolar para pessoas com deficiência se deu no ano de 1600 e destinava-se aos que apresentavam deficiência física⁷⁸. Novas iniciativas surgiram, mais de dois séculos depois, e ainda assim foram pouco expressivas (dada sua abrangência). Trata-se da criação do Instituto Imperial dos Meninos Cegos, no ano de 1854, e, em 1856, o Instituto dos Surdos-Mudos, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Desde o início, as propostas de educação colocavam ênfase na preparação para o trabalho, já que ambos os Institutos contavam com oficinas para aprendizagem de ofícios⁷⁹.

O atendimento das pessoas com deficiência mental só foi iniciado em 1874, junto ao Hospital Juliano Moreira, em Salvador (BA), seguido da Escola México, fundada em 1887, no Rio de Janeiro. Ambas as instituições estavam vinculadas ao Estado (Jannuzzi, 1985, p. 21-23).

O modelo econômico agrário-exportador que marcava o Brasil no século passado não impunha o atendimento escolar como uma exigência social. Apenas com a maior urbanização e industrialização no século XX é que essa necessidade se fez presente. O movimento de ampliação da educação especial se deu na mesma medida em que ocorreu a expansão da educação geral.

Jannuzzi assinalou que as políticas de atendimento voltadas para as pessoas com deficiência foram ampliadas nesse século, na medida em que foram consideradas capazes de integrar a força de trabalho, de forma direta ou indireta, pela liberação dos responsáveis por seus cuidados (Jannuzzi, 1990, p. 24).

garantia para manter-se no emprego, reintegrar-se no mercado de trabalho ou para capacitar-se para o 'auto-trabalho'" (Frigotto, 1998, p.14-15).

⁷⁸Atendimento em instituição especializada particular, em São Paulo, na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (Jannuzzi, 1985, p.21).

⁷⁹"*Em ambos os Institutos, algum tempo depois da inauguração, foram instaladas oficinas para a aprendizagem de ofícios. Oficinas de tipografia e encadernação para os meninos cegos e de tricô para as meninas; oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos*" (Mazzotta, 1996, p. 29).

A educação especial, denotou, desde seu surgimento, caráter segregacionista, oferecendo escolarização a sujeitos diferentes, conforme apontou Bueno (1994, p.37),

“(...) o acesso à escolarização dos deficientes foi sendo conquistado ao mesmo tempo em que se conquistava este mesmo acesso para as crianças em geral. Em outras palavras, a história nos mostra que a Educação Especial não nasceu para dar oportunidade a crianças que, por anormalidades específicas, apresentavam dificuldades na escola regular. A Educação Especial nasceu voltada para a oferta de escolarização a crianças cujas anormalidades foram aprioristicamente determinadas como prejudiciais ou impeditivas para sua inserção em processos regulares de ensino. E esta não é uma mera diferença de ênfase na análise do percurso histórico da Educação Especial, mas uma diferença de fundo, demonstrativa do caráter de segregação do indivíduo anormal e dos processos exigidos pelas novas formas de organização social” (grifos do autor).

O mesmo autor assinalou que a discussão acerca da integração social e escolar das pessoas com deficiência se fez, como se o processo de marginalização se justificasse em função das dificuldades específicas destes indivíduos sem que se estabelecesse relação entre este fenômeno e o processo de exclusão/participação das camadas subalternas inerente ao desenvolvimento capitalista.

Esta visão tem como decorrência a análise da deficiência como fenômeno isolado. *“Nesse sentido a deficiência foi reificada, já que passou a ser a única fonte de conhecimento necessária para se explicar as dificuldades sociais enfrentadas pelos deficientes”* (Bueno, 1993, p. 138). Parte-se da premissa que as anormalidades do sujeito são impeditivas ou prejudiciais à sua inserção em processos regulares de ensino.

Todo processo de ampliação da educação especial encerra, portanto, uma contradição, se de um lado oferece oportunidades educacionais às pessoas com deficiência, de outro legitima os movimentos excludentes da escola formal, segregando aqueles indivíduos que não correspondem às exigências da sociedade capitalista. Observamos, então, que a proposta de atendimento de pessoas com deficiência pela Educação Especial foi gradativamente sendo ampliada e, no seu âmbito, evidenciou-se um movimento dos atendimentos mais segregados para os menos segregados. A partir da organização dos movimentos sociais, particularmente na década de 70, os espaços mais amplos foram sendo gradativamente reclamados

como espaços de direitos, também, para as pessoas com deficiência, e vem sendo conquistados e ampliados na medida em que a trama social permite⁸⁰.

Valente (1999, p. 9) salientou que,

“Nos anos 70, num momento de efervescência política no Brasil, movimentos sociais passaram a ser organizados, inclusive aqueles portadores de signos de diferença, como o movimento negro. Organizavam-se para reivindicar melhores condições de vida, de trabalho e um maior espaço de expressão, em resposta ao modelo econômico implantado pelos militares, caracterizado pela concentração de renda e por uma conjuntura política repressiva com apoio internacional. Atualmente, mais uma vez a questão da diferença emerge no conjunto das preocupações de intelectuais e pesquisadores brasileiros, em resposta a um clima de animosidade preocupante e sob influência da produção acadêmica americana e européia”.

Como já pudemos assinalar na parte inicial deste estudo, é o movimento pela *integração* que tem marcado o discurso e a prática da educação especial desde meados do século. Mas, recentemente, temos observado que este discurso vem sendo substituído pelo da *inclusão* que é um aspecto que pretendemos discutir adiante.

No Brasil, pudemos observar a perspectiva de integração contemplada na Lei 9.394/ 96 (LDB), que, no seu capítulo V, ressalva:

“Art.58 Entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (...)
Art.59 Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins” (Brasil, 1996).

A lei, além de apontar a integração de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, prevê que a educação que lhes será ofertada deve assegurar acesso ao trabalho como via de integração na sociedade.

Como a questão que norteia esta investigação é exatamente a questão trabalho, trataremos de discutir a preparação para o trabalho.

⁸⁰ Uma consideração de Marx (1999, p. 52) é esclarecedora sobre esse aspecto: *“a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir”.*

Educação de pessoas com deficiência para o trabalho

Da educação especial, espera-se a profissionalização da pessoa com deficiência. É objetivo a ser conquistado, como ficou explicitado na primeira parte deste estudo, fato corroborado por Nunes et al. (1998,p. 97) que afirmaram,

“No âmbito da Educação Especial, a preparação para o trabalho, ou ‘profissionalização’, dos portadores de deficiências vem sendo discutida a partir do pressuposto de que o trabalho é uma das principais vias de ‘normalização’ e integração social, sendo fator fundamental para minimizar a estigmatização sofrida por estes indivíduos. Logo, uma das tarefas ou metas básicas da educação de jovens e adultos portadores de deficiências é capacitá-los para exercer uma atividade profissional e auxiliá-los em sua inserção no mercado de trabalho, formal ou informal”.

Sendo um objetivo tão relevante, resta esclarecer de que maneira vem sendo perseguido. A análise dos programas de capacitação e exercício profissional propostos a adolescentes e adultos com deficiência mental mostra que desde a década de 50, os mesmos se dão fundamentalmente no âmbito das instituições (APAE, Sociedade Pestalozzi). Em primeira instância, nas denominadas oficinas pedagógicas (que propõe a educação pelo trabalho), posteriormente, os *aprendizes* podem ser encaminhados para as oficinas protegidas ou abrigadas (trabalho produtivo e remunerado em regime especial) e, em menor medida, para o mercado de trabalho.

Para as demais formas de deficiência, há possibilidades de preparação através das mesmas vias de formação abertas para os não deficientes. Em alguns casos, integrados desde o início no ensino regular, em outros, iniciando sua formação no ensino especial e passando à sua conclusão no ensino regular. Preparando-se para o trabalho nas mesmas modalidades de ensino que os não deficientes.

Há que se assinalar, no entanto, que o acesso não é abrangente. Não há dados precisos sobre a escolarização de pessoas com deficiência, porém, há indícios de que, no Brasil, o grau de escolaridade alcançado por esta parcela da população é baixo.

Jannuzzi, numa análise dos dados sobre a escolarização de pessoas com deficiência, no ano de 1987, trouxe as seguintes conclusões:

“1º . O poder público, admitindo a percentagem de 10% de deficientes sobre o total da população, considerando o ano de 1987, mesmo englobando o atendimento privado, está com 97% de déficit;

2º . as porcentagens de atendimento pré-escolar e de 2º grau são extremamente baixas e não há relação de alunos no 3º grau” (p. 201).

Uma crítica recorrente aos programas de preparação institucionais é de que se dão em condições de isolamento, muito distanciados do “mundo externo” e, em particular, do mundo do trabalho.

Vários autores (Nunes e Ferreira, 1994; Manzinni, 1996; Amaral, 1996; Anache, 1996) ainda salientaram que a *empregabilidade* vem sendo perseguida mais no plano discursivo que no plano concreto. As ações são desarticuladas das necessidades sociais. O “treinamento” para o trabalho se dá em atividades como: artesanato, jardinagem, produção de doces e biscoitos, campos que pouco empregam, mesmo trabalhadores com grau de escolaridade condizente com as exigências de mercado.

Ponderamos que, a despeito da formação que lhes é oferecida, a empregabilidade é o grande problema da sociedade contemporânea. A crise do trabalho é universal, e como indicam as análises, é estrutural. A preocupação com o emprego é de extrema relevância, já que para os trabalhadores é a única forma possível de assegurar sobrevivência. Sendo assim, a preocupação da escola com essa questão apresenta-se legítima e justificada.

Contudo, não deve turvar à compreensão de que estamos enredados numa grande contradição, sob risco de, em decorrência destas pressões, abdicar da função formativa da escola.

A educação de jovens e adultos com deficiência, como a de todos aqueles que compõem a classe que vive do trabalho, tem sido pensada a partir da lógica do mercado. O ideário neoliberal postula que é preciso qualificar e desenvolver competência para dar acesso ao mercado. Este discurso escamoteia o fato de que o trabalho vivo, necessário à manutenção da esfera produtiva, está sendo reduzido. Hoje, as empresas produzem mais, com menos trabalhadores.

Formar pessoas, a partir desta lógica, não vai assegurar empregos e, o que é mais grave, acaba por esvaziar os processos de ensino. A escola acaba deixando de cumprir o que em princípio seria uma das suas mais importantes funções: dar acesso ao saber humano sistematizado. Para Machado (1998, p.28),

“A visão pragmática e utilitarista de competência traz sérias implicações para os objetivos educacionais, pois pressupõe a implementação da pedagogia da adaptação e do ajustamento à lógica mercantil, que vê o sujeito do trabalho como um simples valor de troca. Qualificar para o trabalho, nestes termos, é reduzir os espíritos à sociabilidade do capital, é retificar os seres humanos, tomá-los como simples instrumentos com o objetivo supremo de naturalizar e perenizar o sistema social dominante”.

A despeito do discurso de que o trabalho vem exigindo níveis mais elevados de formação por ser mais complexo, vê-se a ampliação do trabalho, que exige menos do trabalhador,

A este respeito Marx (1978, p. 74) assinalou: “*a indústria moderna substitui cada vez mais o trabalho complexo pelo trabalho simples para o qual não há necessidade de qualquer formação*”. Fica claro que o trabalho simples não oferece dificuldades. E como o sistema automático permite, progressivamente, a substituição de trabalhadores mais hábeis pelos menos hábeis, muitas funções poderiam ser desempenhadas por trabalhadores com deficiência. Assim, o discurso de que estes sujeitos não são absorvidos pelo mercado por falta de *formação adequada para o trabalho*, não serve à compreensão dos motivos que mantém a pessoa com deficiência alijada do mercado de trabalho. A esterilidade dos esforços pela integração destes sujeitos ao mercado de trabalho pode ser melhor entendida dentro da lógica do capital. Por serem desnecessários às fileiras do trabalho no mundo moderno, estes engrossam o exército de reserva junto aos outros excluídos.

Jannuzzi (1992, p. 54) faz referência a um outro aspecto que merece ser sublinhado:

“No modo de produção capitalista, se o preço do produto vai ser definido também em função da quantidade de trabalho nele incorporado e se este preço do trabalho é calculado em função de ‘condições socialmente normais existentes, e como grau médio de destreza e intensidade do trabalho’ a lentidão, as dificuldades de confecção por condições de compreensão da tarefa, destreza, etc. ocasionarão maior dispêndio de tempo na execução de trabalho do que os ‘normais’ e, portanto, não tornará o produto concorrencial”.

Ainda, que esteja se referindo às pessoas com deficiência mental, consideramos que é um fator a ser ponderado quando se trata da colocação no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, principalmente quando se trata dos quadros mais graves.

Uma questão muito apontada pelos pesquisadores⁸¹, como fator causal para a não absorção de trabalhadores com deficiência, é a falta de informação dos empregadores sobre a capacidade produtiva das pessoas com deficiência. A questão parece procedente. A partir do senso comum, evidencia-se a crença de que a pessoa com deficiência está incapacitada para atividades laborativas. No entanto, não se pode tergiversar o fato de que muitas pessoas com deficiências graves dificilmente

seriam absorvidas pelo capital, a considerar o alto grau de dependência, mesmo para cuidados pessoais.

Nestas condições, dificilmente alcançariam um posto de trabalho no mercado competitivo, ou mesmo nas oficinas protegidas, e ocorre que o trabalho é condição para a reprodução das condições de subsistência na sociedade capitalista.

Para o trabalhador, resta a alternativa de se colocar no mercado de trabalho como competidor, e o critério capaz de assegurar o acesso e permanência no trabalho é o de trazer vantagem competitiva, agregar valor ao capital. Assim, competente é aquele que tem capacidade para ser rentável.

Entretanto, as crises recorrentes do capital não têm assegurado esta condição necessária à manutenção da vida, mesmo para pessoas que respondem às *demandas do mercado*. Muitas pessoas diplomadas não têm assegurado o acesso ao trabalho. É a partir dessas questões que a educação e a profissionalização de pessoas com deficiência deve ser pensada e não abstratamente ou a partir de referenciais que não consideram que esta problemática está inserida numa totalidade complexa e contraditória, a exigir reflexão e respostas.

Uma das respostas para fazer frente à condição de exclusão, é o movimento pela *inclusão*. Ao considerar sua penetração no âmbito do discurso da área, esta é uma proposição que merece ser discutida.

A emergência do discurso da *Inclusão*

A proposição de inclusão social tem sido reiteradamente feita e debatida no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. O propósito aqui é o de tentar iniciar uma discussão sobre o tema a partir de sua contextualização, buscando apreender alguns de seus nexos e as decorrências para a educação, particularmente, para a educação de pessoas com deficiência. Partimos do princípio de que a proposta de inclusão social só se justifica porque vivemos numa sociedade essencialmente excludente. A exclusão é parte do motor da sociedade capitalista, que atua, contraditoriamente, como uma força centrípeta, ao expropriar o homem no seu trabalho, e como força centrífuga, ao empurrar para a marginalização social um grande contingente humano que não serve aos seus interesses ou que desempenham um papel *acessório*.

⁸¹ Maciel, 1987; Amaral, 1994; dentre outros.

Um dos principais veiculadores do discurso da inclusão social, no âmbito da educação especial, afirmou que,

“(...) conceitua-se inclusão social como o ‘processo pelo qual pessoas (portadoras de qualquer tipo de necessidade especial) se preparam para assumir papéis na sociedade e simultaneamente, a sociedade se adapta para atender às necessidades de todas as pessoas’. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral, em que a pessoa deficiente e a sociedade em parceria buscam equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todas as pessoas” (Sassaki, 1997, p.3).

Segundo seus defensores, a inclusão implica num movimento bilateral, superando a perspectiva da integração que previa *um esforço unilateral da pessoa com deficiência e seus aliados* para superar a condição de exclusão a que estão sujeitos.

Segundo Sassaki (1997), essa proposição teria se iniciado na década de 80, nos EUA e Europa, e sua semente foi lançada pela ONU em âmbito internacional ao promover o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981). A proposta foi ampliada com a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de deficiência (1983-1992). O conceito de inclusão passou a ser registrado pela UNESCO, no campo da educação, a partir da Declaração de Salamanca, em junho de 1994, *“O conceito de sociedade inclusiva já vem sendo gradativamente implantado em várias partes do mundo, como consequência natural do processo de implementação dos princípios de inclusão na educação, no mercado de trabalho e no lazer, recreação, esporte e turismo”* (Sassaki, 1997, p. 4).

Já Mrech (1998) apontou que a proposta de Educação Inclusiva⁸² surgiu nos EUA, no ano de 1975, com a Lei Pública 94.142. Como já pudemos explicitar, nos países de capitalismo avançado, a década de 70 foi marcada por movimentos sociais fortalecidos que reclamavam mudanças e ampliação de direitos. Ao mesmo tempo em que estes movimentos se fortaleciam, o capitalismo se via às voltas com mais uma de suas crises cíclicas e buscava novas respostas para seus problemas.

Neste momento, ganhou terreno a Teoria do Capital Humano, segundo a qual, através da educação, um país poderia mobilizar todas as suas forças produtivas e enriquecer. A educação ainda funcionaria como instrumento de democratização, proporcionando aos indivíduos meios para a ascensão social. Com base nesse

ideário, o Brasil promoveu ações, como a ampliação do ensino técnico, ou a preocupação com a oportunidade educacional para os deficientes.

A influência da economia na educação se fez sentir quando foram necessários braços para a expansão capitalista. No Brasil, a Lei 5.692/71 trouxe esta marca. Toda a reforma por ela proposta foi alicerçada na concepção pragmática e tecnicista de que o ensino deve estar integrado às necessidades econômicas e necessidades do mercado de trabalho.

Foi também neste período que assistimos à criação do Centro Nacional de Educação Especial — CENESP, fundado em 1973, no governo Médici, órgão diretamente subordinado ao MEC, cuja atribuição era cuidar da Política Nacional de Educação Especial até então entregue às iniciativas comunitárias em entidades filantrópicas, que surgiu a partir da influência da economia na educação.

No Brasil, a iniciativa veio após os acordos MEC/USAID, com a consultoria de James Gallagher, que afirmava que a educação de pessoas com deficiência traria vantagens econômicas, na medida em que sua independência poderia resultar em menores custos que a manutenção de sua dependência. Segundo ele “(...) *um adulto retardado e educado poderia ganhar U\$40 (quarenta dólares) para cada dólar extra dispendido com sua educação*” (Pires, 1974, p.100), seja pela liberação daqueles que se encarregavam de seus cuidados ou pelo desenvolvimento de sua própria capacidade laborativa.

A inserção social das pessoas com deficiência passou a ser centro de preocupação com repercussões nas políticas públicas, enquanto começava a ser forjada nos países ricos, a idéia de *inclusão*, nos países pobres, como o Brasil, o que informava a prática era o modelo de *integração*, guiado pelo princípio de normalização. Apenas na década de 90, particularmente após a Declaração de Salamanca (Espanha/1994), o discurso da *inclusão* ganhou espaço na realidade brasileira.

Os países ricos têm contadas duas décadas de movimento pela inclusão, que se espalhou, ganhando a adesão de países pobres, sendo incorporado nas políticas públicas, conforme a grande quantidade de produções que assumem este discurso, bem como a proliferação de cursos e palestras sobre o tema.

⁸²“*Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou dos distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus níveis da pré-escola ao quarto grau*” (Mrech, 1998, p.37).

Ao contrário do que o pensamento hegemônico indica, não é possível alcançarmos, no modo de organização capitalista, os propalados princípios de Igualdade, Liberdade e Fraternidade herdados da Revolução Francesa, porque como apontou Ribeiro, (1999, p.15),

“(...) a dinâmica do sistema capitalista, tal como explicita Marx, pressupõe a exclusão cada vez maior de trabalhadores expulsos pela tecnologia — conhecimento e ciência expropriados aos trabalhadores — transformada em força produtiva que concentra trabalho morto na máquina e, no mesmo movimento expulsa o trabalho vivo, ou seja, os trabalhadores. Portanto, a exclusão está incluída na própria dinâmica da produção capitalista”.

Sendo assim, a despeito do que afirmam seus defensores, parece que a luta pela inclusão é uma luta para manter a sociedade que produz a exclusão, já que não toca suas razões de fundo e se estabelece como movimento compensatório.

Um grande contingente humano se encontra em desemprego aberto ou em condições de trabalho precarizadas, lutando para assegurar o mínimo para sua sobrevivência. Dados da OIT, para o ano de 1999, estimam que o número de pessoas nesta condição ultrapassa a casa de um bilhão, o que corresponderia a um terço da força de trabalho no mundo (Antunes, 1999).

Assim, contraditoriamente, num momento de grande avanço tecnológico, que oferece a base para atender uma maior amplitude de necessidades humanas, o número de excluídos só cresce. Para fazer frente à crise de acumulação decorrente de suas próprias contradições, o capitalismo avançou sobre necessidades nas quais antes não havia adentrado, assim, em função da concorrência, surgem novas fatias de mercado. Neste contexto, vemos surgir o discurso da *inclusão*.

A partir da justificativa de que a exclusão é “cultural”, muitas ações vêm sendo implementadas contra o preconceito, e ganha destaque o discurso da diversidade cultural, pautado no “direito de cidadania”, segundo o qual, independentemente de idade, gênero, raça, opção sexual ou de portar uma deficiência etc., todos os homens devem ser vistos pela ótica da igualdade e merecem ser alvo de preocupação e ações diversas, seja por parte do poder público ou da iniciativa privada. Se por um lado este movimento parece responder à necessidades que são genuínas e que de muito vêm sendo reclamadas desde os movimentos sociais, por outro não permitem apreender que dentro deste modo de organização social, estas ações são iníquas, até porque as diferenças são justificadas pela lógica do sistema.

O movimento pela inclusão parece destinado, a favorecer o avanço do mercado sobre estas necessidades não atendidas ou antes providas pelo Estado, e a atenuar tensões sociais através de programas assistencialistas e ações compensatórias por parte do Estado. Assim, de uma ou outra forma serve à manutenção da sociedade capitalista.

Daí a proliferação de escolas privadas e cursos complementares (as pessoas acreditam que *qualificadas* vão ter acesso ao trabalho); de planos de saúde privados ou ainda o surgimento de produtos destinados a necessidades antes não contempladas, como produtos específicos para idosos, negros, crianças, deficientes, etc.

Na esfera pública, a ampliação da clientela escolar parece destinada, a aplacar as tensões sociais, já que parte das necessidades básicas são complementadas pelo Estado. Além do que, estando em *formação*, os sujeitos não pressionam o mercado. Serve também a interesses mercadológicos, os cofres públicos são considerados uma *fatia de mercado*. Se as escolas, outros espaços e logradouros públicos precisam adaptar-se para atender todo o leque de diversidade, necessitam, então, de equipamentos e serviços destinados a este fim.

Oliveira A.R. (1999) assinalou que, na contemporaneidade, temos assistido o discurso de que o paradigma da exclusão social, marcado pela luta de classes, não serve mais à compreensão da organização social neste final de século, já que a complexificação da vida em sociedade promove formas distintas de exclusão, que tem uma base cultural. Assim, seriam excluídos não apenas os pobres e miseráveis, mas também haveriam pessoas excluídas em função de cor, gênero, raça, religião, idade, deficiência.

Esta perspectiva faz crer que, a condição da pessoa com deficiência independe de questões de classe. Assim, estariam na mesma condição todas as pessoas com deficiência, quer tenham ou não acesso às provisões sociais de saúde, educação, transporte, lazer etc. Este é um equívoco perigoso, que pode turvar a compreensão do real: a diferença de classe não pode ser confundida com a diferença cultural. Na sociedade capitalista, uma aparece subsumida à outra. Um sujeito deficiente, que tem condições de se beneficiar dos avanços tecnológicos de forma a compensar seus limites, com o uso de próteses ou órteses adequadas, freqüentando serviços de saúde e escolares que melhor atendam às suas *necessidades educativas especiais*, ou mesmo estruturando seu próprio negócio, estaria em condições muito

vantajosas frente àqueles que mal têm condições de ver asseguradas suas necessidades básicas de sobrevivência.

Não se trata de negar que, sendo de classe favorecida, estes sujeitos não estejam submetidos a condições de exclusão. Contudo, o movimento inclusivo trata exatamente de incorporar suas necessidades no rol daquelas a serem atendidas pelo capital. A Inclusão que se reclama é de consumidor. Para o despossuído, restam as ações pontuais das políticas assistencialistas, muito mais preocupadas em arrefecer as tensões sociais decorrentes da agudização das crises do capital .

Tentamos até aqui esboçar em que contexto a proposição de inclusão se estabelece, e como penetra o campo da educação. Apesar dos aspectos negativos pontuados, devemos compreender que, contraditoriamente, há possibilidades de avanço na incorporação de pessoas com deficiência pela escola regular. É positivo que a escola tenha de enfrentar o desafio de responder também à educação destes homens. Mesmo considerando que este é um movimento cooptado em favor de um sistema perverso, ponderamos que pode ser espaço para a promoção de alguns avanços.

Sanfelice (1989, p. 30-31) assinalou que, a partir de uma retrospectiva histórica, é possível observar o *processo gradativo de universalização da escola formal elementar* o que se evidencia pela paulatina incorporação de segmentos sociais excluídos,

“A expansão quantitativa da educação formal, responsável pela inclusão nas instituições escolares de clientela antes marginalizadas, foi sem dúvida um avanço histórico. Avanço histórico na medida em que constatamos que as redes físicas de escolas públicas e os sistemas nacionais de ensino vão se tornando uma realidade. As escolas públicas, aos poucos, chegam aos mais distantes lugares, embora sob muitos aspectos não possam ser qualitativamente muito apreciadas. É evidente que, ao mesmo tempo em que as diferentes clientela se fizerem mais perceptíveis no interior dessa escolaridade, vão se revelar também os mecanismos de seletividade que estão acompanhando a expansão quantitativa da educação formal: evasão escolar, repetência, pauperização dos conteúdos e relações pedagógicas não muito democráticas são alguns exemplos. Podemos hoje afirmar que a expansão quantitativa da educação formal relevou a ‘crise da escola’. Não no sentido de uma argumentação elitista contrária à expansão quantitativa, mas sim no sentido de que a escola não foi se moldando para o trabalho pedagógico com clientela distintas. A democratização do acesso à educação formal não se converteu também em uma conquista imediata da escolarização efetiva”.

Portanto, ainda que o acesso à escola tenha sido ampliado — ao menos formalmente —, resta alcançar o objetivo de transformá-lo em efetivo acesso ao

conhecimento para o amplo leque da diversidade humana que a ela ocorre, aí incluídas as pessoas com deficiência.

Ainda, segundo o autor, estão implicados nessa proposição dois desafios importantes. O primeiro refere-se à possibilidade de a escola iniciar o seu trabalho a partir das reais condições da sua clientela, ou seja, postar-se realisticamente diante da ampla multiplicidade social da clientela escolar, como parte da diversidade social.

“(...) parece-nos que o desafio maior é o de encontrar métodos, suporte filosófico-científico, lucidez para se saber de onde começar uma relação pedagógica formal face às distintas clientelas. A complexidade da questão é muito maior quando já não se tem apenas uma clientela específica para a qual a escola pública esteve organizada e maior ainda quando desejamos que essa escolas também assumam os ‘deficientes mentais’. Podemos até dizer que ampliam-se os desafios para a formação e competência do próprio educador” (Sanfelice, 1989, p. 33).

O segundo desafio posto é o de que, a partir de uma ação pedagógica diferenciada no início, possamos superar, tanto quanto possível, os limites colocados à democratização do acesso ao saber humano socialmente acumulado.

“A desigualdade reivindicada para o início do procedimento da ação pedagógica não pode ser para a confirmação da desigualdade gerada antes da escolaridade, seja ela de que natureza for. A proposta, pelo contrário, sustenta exatamente que, trabalhando-se a partir das diferenças de que cada clientela é portadora, busquemos superar o incrível limite dos condicionantes para, tanto quanto possível, democratizarmos, socializando, a multiplicidade das práticas sociais e dos conhecimentos disponíveis em níveis de elaboração e sistematização cada vez mais complexos” (Sanfelice, 1989, p. 34-35).

A educação deve ser assegurada no sistema regular, público e gratuito de ensino, para fugir à perspectiva da inclusão justificada no interesse econômico. O ensino regular é público e privado, se não estabelecermos compromisso social com o a escola pública e gratuita, incorreremos no risco de que as oportunidades educacionais das pessoas com deficiência sejam privatizadas, como muitas das outras possibilidades inscritas no mundo contemporâneo.

Importante estabelecer, com o auxílio de Jannuzzi (1997, p.184), a distinção entre educação pública e privada ou particular,

“estamos entendendo educação pública como aquela que é oficial, mantida e controlada pela União, estados ou municípios, e gratuita, isto é, custeada pelos impostos. A privada ou particular é a administrada por pessoa física e/ou jurídica, como associações religiosas, filantrópicas, comunitárias ou empresariais, podendo ser paga ou gratuita”.

A autora assinalou que a transferência de responsabilidades públicas para o setor privado⁸³ tem sido muito presente na história da Educação Especial brasileira, freqüentemente assumida por entidades de caráter filantrópico. Alertou para a necessidade de que sejam procedidas avaliações consistentes sobre o trabalho desenvolvido por estas entidades e ainda reforçou a necessidade de o Estado assumir seu papel na educação desses homens,

“(...) precisamos tomar cuidado com a concepção de Estado mínimo que impregna o discurso pós-moderno atual. Diminuir a atuação do Estado, deixar a educação entregue à iniciativa privada — num contexto como o nosso em que se coloca a primazia das leis do mercado, onde a competição e o lucro são os valores supremos —, é ignorar a grande população pobre do país sem meios de subsistência; onde nem todos atingiram a cultura letrada (temos cerca de 19,5 milhões de analfabetos); (...) onde o desemprego cresce e o Estado de Bem Estar Social não atingiu a todos” (Jannuzzi, 1997, p. 87-88).

Não significa, com isso, que sejamos contrários ao estabelecimento do ensino privado, mas consideramos que ele deve ser apenas uma proposta suplementar para aquele que queira e possa fazer esta opção, e não a única via de atendimento das necessidades escolares do grande contingente de pessoas que se vêm alijadas da educação formal.

Ainda que a escola pública e gratuita, na forma como se apresenta, esteja muito distante da escola que queremos, é a base concreta da qual temos de partir. Nas contradições da prática social é que temos de buscar os avanços que uma perspectiva progressista de educação possa indicar.

Se se pensa a escola como palco das contradições sociais, é no seu âmbito que devemos buscar as ferramentas para lutar por uma escola unitária, que realmente favoreça a todos, e dê acesso ao conhecimento. Acreditamos que, por este meio, podem ser promovidas condições que apontem a longo prazo no sentido de construção de *“uma nova sociabilidade (...) na qual liberdade e necessidade se realizem mutuamente”* (Antunes, 1999, p.177).

⁸³ Reconhecemos que a relação entre o público e o privado, no Brasil, merece reflexão, já que é uma questão que perpassa as relações institucionais (observe-se o grande número de parcerias estabelecidos entre governos municipais, estaduais e as instituições especializadas), contudo, esse não é objeto de discussão deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O singular é expressão do universal. Eis a afirmação que traduz a visão de totalidade que procuramos imprimir à análise da profissionalização de pessoas com deficiência. Tratamos de compreender, a necessidade de inserção no mercado de trabalho, à luz de um quadro mais amplo de referência, a partir da atual conformação do capitalismo.

O discurso dos profissionais da área de Educação Especial aponta o trabalho como via privilegiada de integração social para pessoas com deficiência. A partir da sociedade de classes, àquele que se vê expropriado dos meios de produção, resta a venda de sua força de trabalho como forma de assegurar sobrevivência. Pessoas com deficiência são marcadas por características singulares (como todos os homens) e atravessadas pelos mesmos determinantes universais e contradições que permeiam todo sujeito social, devem, portanto, inscrever-se como trabalhadores. Não há como entender o sujeito singular a não ser mergulhado no universal.

O objetivo de integração (ou de inclusão), só se coloca numa sociedade excludente, sendo uma marca da sociedade capitalista. Por mais que envidemos nossos esforços no sentido de promover a integração, o movimento do capital estará permanentemente promovendo a exclusão por fazer parte de sua lógica. Assim, este será um objetivo permanente e nunca alcançável dentro dessa ordem.

A exclusão tem se agudizado em consequência das recorrentes crises que marcam o capitalismo desde a década de 70. No enfrentamento das crises, em busca de retomada da acumulação, o capital tratou de estabelecer um amplo processo de reestruturação produtiva, que atingiu não apenas as formas de gestão do trabalho, mas também os processos produtivos, principalmente, através da incorporação de tecnologia avançada. Este processo ultrapassou fronteiras, e se estabeleceu nos marcos de uma sociedade globalizada.

Em decorrência das transformações, observa-se a expansão do desemprego estrutural, como movimento de exclusão que obriga trabalhadores a buscar e aceitar alternativas de trabalho muito adversas, se comparadas àquelas existentes no período anterior, em que havia a regulamentação de salários, direitos e condições de trabalho. Esta é uma problemática que tem marcado os países ricos e pobres, ainda que, para

os últimos, as conseqüências sejam mais graves, dadas as limitações do Estado para fazer frente às demandas sociais. A perspectiva de totalidade é a que favorece uma compreensão mais ampla do problema, e é condição para seu enfrentamento. Daí que não se pode pensar a questão de forma circunscrita ou dicotomizada, ela diz respeito a todos os países e abarca todos os homens. Assim, é necessário entender que, no mundo contemporâneo, a dificuldade de inserção no trabalho não é um problema exclusivo das minorias tradicionalmente reconhecidas em condições de exclusão — dentre elas a das pessoas com deficiência —, é um problema de todo trabalhador.

Mas, se a dificuldade em encaminhar pessoas com deficiência para o mercado de trabalho foi sempre reconhecida, que dimensões assume em tempos de desemprego estrutural? Para responder à questão, impôs-se a observação da prática social, em que o discurso adquire materialidade e pode ser apreendido em seu movimento e contradições. Foi nosso intento ao colocar sob foco de análise o mercado de trabalho formal do estado de Mato Grosso do Sul, e o fizemos sempre tentando estabelecer as mediações entre o singular e o universal, necessárias para a compreensão do movimento em curso.

Uma observação mais abrangente dos anos 90 indica que este foi um período marcado por profundas mudanças na economia mundial e nacional. A recessão econômica do início da década e a abertura comercial do país, decorrente da aplicação do ideário neoliberal, provocaram ajustamentos no setor privado, em busca de maior competitividade. O plano de estabilização econômica e as privatizações, repercutiram sobre o perfil econômico do país, evidenciando uma redução substancial no setor da indústria de transformação, com aumento significativo dos setores de serviço e comércio. Fato que, em grande medida, atribuiu-se aos avanços tecnológicos, que teriam provocado no mercado de trabalho, o desaparecimento de ocupações nos setores produtivos e a ampliação da ocupação no setor de serviços, fatores que lastreiam as mudanças observadas no plano estadual.

Observamos que o estado de Mato Grosso do Sul — marcado por uma economia de tradição rural, pautada na agricultura e pecuária — manifesta os mesmos movimentos observados no plano internacional. Os dados econômicos do estado evidenciam claramente a significativa expansão do setor de serviços nos últimos três anos⁸⁴. Não se trata de um movimento fortuito. É a forma pela qual o

⁸⁴ Lembramos que os dados econômicos do estado indicam que nos últimos três anos houve um aumento de 110,02% na participação do setor de serviços na arrecadação do ICMS.

singular expressou o movimento universal. Outro aspecto que merece ser destacado é a industrialização do campo, o grande número de agroindústrias (oito), dentre as empresas privadas contatadas (doze), reitera a observação de Ianni (1997) sobre a tendência à superação da contradição entre o campo e a cidade, como um movimento que se dá no bojo da globalização e que indica a universalização do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório.

Na observação do campo empírico, em busca dos impactos destas transformações, ficou evidente que a grande maioria das pessoas com deficiência empregadas é constituída de deficientes físicos (67,94%). A partir dos avanços informacionais no setor de serviços, foi possível a incorporação de um grande número de trabalhadores com deficiência física, particularmente nas funções administrativas, que exigem menor mobilidade, aspecto em geral comprometido nesta deficiência.

No universo pesquisado, os trabalhadores apresentaram alto grau de escolaridade se comparado ao nível médio de escolaridade no estado⁸⁵, e foram absorvidos porque denotaram capacidade para desempenhar bem as funções para as quais foram admitidos. Na maior parte dos casos, estavam desempenhando funções administrativas, sendo considerados pelos informantes como deficientes leves. São fatores que evidenciam como o capital passa a incorporar os trabalhadores com deficiência, na medida em que se mostram capazes de se adequar à lógica do mercado. Outra observação crucial é que estão colocados em serviços temporários, sem ter asseguradas as condições de trabalho que há cerca de duas décadas eram garantidas pelas leis trabalhistas. Enfim, sem estabilidade, sem progressão funcional, na condição de terceirizados.

É uma das formas pela qual se manifestam as mudanças no campo laboral. Com a diminuição de postos de trabalho decorrente do desemprego estrutural, observa-se a precarização e desregulamentação, com a ampliação do trabalho terceirizado, temporário, ilegal, etc. — o que implica na perda de conquistas históricas dos trabalhadores que, sob a ameaça do desemprego, buscam assegurar seus postos no mercado de trabalho, e, para tanto, aceitam-no em condições precarizadas.

⁸⁵ As informações do IBGE no tocante ao grau de escolaridade da população do estado de Mato Grosso do Sul — censo de 1991 — são as seguintes: 61,41% da população concluiu apenas o grau elementar 79,79% tem até o primeiro grau completo. Apenas 14,42% tem concluído o segundo grau, e 5,58% o terceiro grau.

Desde a Constituição Federal, em 1988, foram criados mecanismos legais visando assegurar o acesso e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal, nas condições regulamentadas pelas leis trabalhistas. Ao observarmos a efetividade da legislação na absorção dessa força de trabalho — particularmente da Lei federal 8.213, que favorece o emprego nas empresas privadas com mais de 100 funcionários e da Lei federal 8.112, que reserva cotas para pessoas com deficiência nos concursos públicos, o campo empírico indicou que estas leis não têm sido capazes de favorecer a incorporação dos trabalhadores com deficiência pelo mercado formal.

Se é possível observar, nos últimos três anos, a ampliação desta ocupação, ela se dá com base na legislação que desregulamenta o trabalho, criando, para o mercado elementos que tornam a absorção dos trabalhadores mais atrativa. Eis a principal justificativa para a maior absorção das pessoas com deficiência pelo mercado de trabalho formal.

Os agentes de colocação argumentam que, na medida em que pessoas com deficiência passaram a ocupar mais espaço no mercado de trabalho, ampliou-se a consciência do empregador sobre sua capacidade laborativa. Por certo, o aspecto é relevante, mas não se pode desconsiderar que a exploração da força de trabalho foi antes movida por uma necessidade de mercado.

A legislação que desregulamenta o trabalho, criada para favorecer acesso ao emprego para o deficiente, foi também criada para atender as demandas do capital e, é nesta medida, que é utilizada. Retira do trabalhador com deficiência, da mesma forma que retira da grande maioria dos trabalhadores, possibilidades e direitos assegurados até então.

A partir daí, sua força de trabalho passou a ser incorporada mais a partir do serviço público que do privado. A maior parte dos trabalhadores com deficiência que encontramos estão vinculados a empresas públicas federais e estaduais, por convênios estabelecidos entre as empresas e a associação de deficientes físicos do estado (CEMDEF), que atua como empresa prestadora de serviços, oferecendo a *mão-de-obra*, terceirizada, de pessoas com deficiência. Os convênios são temporários e são amparados pela Lei federal 8.666 (licitações e contratos). Também a Lei federal 8.859 (estágios de estudantes) e a Instrução Normativa n.º 5 (fiscalização do trabalho de pessoas portadoras de deficiência) são utilizadas pelas instituições e serviços como atrativos econômicos para o empregador.

O fato parece indicar a tendência do serviço público em lançar mão das vantagens da desregulamentação do trabalho, para manter a máquina do Estado em movimento⁸⁶. E se, por um lado, isto se justifica pela dificuldade das empresas/serviços públicos em administrar o déficit de pessoal (já que estão limitadas para a abertura de concursos públicos), por outro lado, alude à função reguladora que o Estado assume na sociedade contemporânea. Alves (1999, p. 140) afirmou:

“Para atenuar o desemprego e toda a gama de efeitos que comprometem as condições de existência dos trabalhadores (...) o Estado chamou a si a responsabilidade de gerar e administrar diretamente atividades improdutivas. Em busca da superação do desemprego, o Estado pelo menos o atenuou ao empregar parte da força de trabalho excedente através da extensão significativa das redes escolares e de saúde públicas, do crescimento do funcionalismo público em geral, da ampliação dos serviços e dos contingente das forças armadas, bem como do incremento às obras públicas”.

A maior absorção destes trabalhadores passa também, por esta justificativa acima, já que o Estado toma para si a função de manter o tecido social, administrando as rupturas e pontos de tensão, estabelecendo as condições necessárias ao capital, para a superação da sua crise. Ainda que o discurso do Estado mínimo, presente no ideário neoliberal, tenha restringido estas funções, dentro de seus limites, o Estado trata de cumprir o seu papel, e não poderia deixar de fazê-lo.

Assim, contraditoriamente, essa ampliação permitiu o reconhecimento da pessoa com deficiência em suas capacidades e favoreceu a manutenção da sua vida pela via normativa do trabalho, mas se deu apenas na medida em que representou vantagem econômica para seu empregador.

Muito mais que as *razões humanitárias, a solidariedade, a consciência social e o respeito à cidadania* — argumentos em geral mobilizados quando se trata de responder às necessidades das pessoas com deficiência — as razões fulcrais para lhes empregarem passam antes pela lógica do capital. Não poderia ser diferente, já que o capital, como modo de organização social permeia toda a sociabilidade humana.

Como dissemos, as leis que protegem as pessoa com deficiência se efetivam na medida em que estes se tornam mais atrativos para o mercado e o poder da atração reside nas *vantagens econômicas*. A racionalidade do capital é que dá a medida da

⁸⁶No ano de 1997, para fazer frente a uma crise financeira de grandes proporções, o governo brasileiro baixou um “pacote” de medidas fiscais com o objetivo de economizar R\$ 20 bilhões, isso implicou em aumentos de impostos e cortes nos gastos públicos federais.

efetividade da lei. Assim, temos os trabalhadores com deficiência sujeitos ao trabalho em oficinas, ao trabalho temporário, à condição de terceirizados, a não progressão funcional, sendo incorporados em trabalhos mecânicos, provisórios. Nestas condições, o trabalho representa, tão somente, a possibilidade de inserção no circuito de produção e consumo cria, por isso, melhor condição de se fazer frente à necessidade de sobrevivência. E, uma vez mais enfatizamos, que o faz apenas para alguns poucos em detrimento de outros.

Os dados que encontramos diferem significativamente daqueles encontrados por Anache (1996), no período de 92/94, em que os trabalhadores com deficiência visual e deficiência mental estariam sendo os mais empregados, seguidos dos auditivos e, finalmente, dos físicos. Sobre o fato, temos algumas considerações a fazer. Inicialmente, naquele estudo, o foco de observação não se deteve apenas ao mercado formal, mas também ao informal. Além do mais, há que se considerar que a recessão econômica, aliada às mudanças nos processos produtivos, agudizou o quadro de desemprego nos últimos anos, fatores que, provavelmente, forçaram muitos trabalhadores à informalidade ou mesmo ao desemprego. Não podemos também deixar de notar que nossos dados, referentes aos trabalhadores com deficiência visual, foram comprometidos em decorrência de problemas com fonte primária. Ponderamos, no entanto, que, se hoje o quadro é muito distinto, o é em função de um elemento novo, qual seja, a maior incorporação dos trabalhadores com deficiência física nos serviços públicos.

Ainda que o quadro geral indique que houve significativo aumento na absorção desta força de trabalho, no contexto geral, ela é muito pouco significativa, o que fica evidente a partir do percentual de ocupação das pessoas com deficiência no mercado formal do estado⁸⁷. Vê-se que a incorporação destes trabalhadores está muito distante de atender à demanda por trabalho das pessoas com deficiência. Mesmo que fosse exigido o cumprimento da legislação que lhes assegura possibilidades de emprego regulamentar, seja pelo serviço público ou pelo privado, o contingente dos que permaneceriam fora do mercado de trabalho continuaria sendo imenso, por uma simples razão: não há emprego para todos.

O campo empírico é elucidativo não apenas no que “fala”, mas também no que “cala”, onde estão as pessoas com deficiência mental? E os deficientes físicos

⁸⁷Lembramos que, no universo pesquisado, os trabalhadores com deficiência (287) correspondem a 0,621% do total de trabalhadores empregados (46.178).

graves, os múltiplos, visuais e auditivos?

Observamos que a absorção destes trabalhadores é muito restrita e, em grande parte, é justificada pelo seu baixo grau de escolaridade. Seriam todos empregados se fossem mais escolarizados? Bem sabemos que o critério da escolaridade, na maioria dos casos, nada mais é que uma escusa para dispensar ou não explorar a força de trabalho daqueles que são desnecessários. É uma justificativa que escamoteia o fato de que o capital necessita de menos trabalhadores para manter a esfera produtiva⁸⁸.

Dentro desta lógica, ficam de fora os de menor escolaridade e os menos absorvidos são, justamente, as pessoas com deficiência mental, que apresentam maiores dificuldades para alcançar escolarização compatível com as regras do mercado contemporâneo. Geralmente são atendidas nos programas escolares paralelos da educação especial, e mais dificilmente transpõem a barreira da educação especial rumo à educação regular, conforme explicitam os trabalhos de Anache (1994,1997) e Kassir (1995). Há que se ponderar um aspecto levantado por Jannuzzi (1992), de que, por dificuldades na compreensão das tarefas, as mesmas teriam maiores dificuldades para alcançar o grau médio de produtividade. Dessa maneira, representariam possibilidades exponencialmente menos lucrativas para o capital, já que sua lentidão retiraria capacidade concorrencial do produto⁸⁹, também por este motivo estariam sendo menos absorvidas pelo mercado.

Tratamos da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal, mas bem sabemos, que esse vem sendo reduzido para todos os trabalhadores. Considerando que o movimento do capital é excluyente, a absorção de pessoas com deficiência pelo mercado se dá em detrimento do não deficiente, e mesmo, daquelas pessoas com quadros de deficiência mais acentuados, que, no momento, não representam vantagens econômicas.

Pelas regras de mercado, muitas pessoas com deficiência estão de fora, mas também outros não deficientes, ou por serem *jovens* ou pelo contrário *velhos*, negros, índios, pouco escolarizados, etc. Enfim, sob as mais diversas escusas o capital justifica a não absorção do trabalhador, mas a resposta efetiva é uma só: são desnecessários. É importante afirmar, a essa altura da discussão, que não se trata aqui

⁸⁸É um critério escamoteador, mas real, pois é efetivamente utilizado pelo mercado, lembramos que a maior parte dos trabalhadores com deficiência encontrados no campo empírico tem grau de escolaridade acima da média estadual.

⁸⁹Vale aqui lembrar a máxima do capital traduzida em ditado popular: “*Tempo é dinheiro*”.

de *demonizar* o capital, mas de assinalar que a exclusão faz parte da sua lógica interna.

Para aquelas pessoas com deficiência, que não conseguem se inscrever como trabalhadores, que possibilidades restam? Manter-se numa condição marginal? Depender de políticas assistenciais? Submeter-se à precarização? Lutar por possibilidades de emprego justamente quando estas demonstram tendência de queda?

Este campo de luta nos parece insatisfatório para atender as demandas do grande contingente humano representado por aqueles que vivem do trabalho, entre eles, pessoas com deficiência. Ainda que reconheçamos que o concreto imediato exige respostas, e que o trabalho na sociedade capitalista é meio de se ganhar a vida, temos de ponderar sobre a necessidade de pensar um projeto social para além dos limites desta ordem.

Qual o significado desta afirmação? O de que não devemos lutar para colocar pessoas com deficiência no mercado de trabalho? Essa seria uma proposição leviana, mesmo porque, a sociedade de classes não está superada. Estamos enredados numa contradição difícil de ser enfrentada. O que tentamos aqui discutir é que a profissionalização de pessoas com deficiência não pode ser compreendida dentro da perspectiva da integração (ou da inclusão), pois não é uma possibilidade efetiva nos marcos da sociedade capitalista.

Nas condições prevalecentes, não é necessário o trabalho de todos para manter a esfera produtiva em movimento. Contudo, o trabalho é ainda a forma privilegiada para a *classe-que-vive-do-trabalho* assegurar sua sobrevivência e, como tal, deve ser reclamado. Não como fim, mas como meio de fazer oposição ao estado de coisas para o qual nos encaminhamos, em que o trabalho precarizado e a superexploração são a norma. É importante que tenhamos claro que a luta do trabalhador com deficiência não deve ser compreendida em separado, ela deve ser feita no amplo movimento da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Daí a validade da luta pelo trabalho, que tem de ser compreendida como etapa transitória, capaz, tão somente, de responder a uma demanda imediata. O que se tem de entender é que, dentro desta ordem, por mais que se pretenda afirmar o trabalho como possibilidade de liberdade, ele é, pelo contrário, escravidão.

Por mais que se pretenda asseverar que o modo de organização capitalista é insuperável, da perspectiva histórica, fica evidente que não o é. E mais, é da reafirmação do caráter transitório de todas as coisas que se pode pretender superar

uma ordem que contraria o interesse da grande maioria. Fica, portanto, recolocado o propósito de canalizar nossos esforços no sentido de transformar e superar esta lógica, pois esperar do capital medidas distributivas ou uma ordem social solidária e igualitária sob sua égide é “perda de tempo”, pois é contrário à sua lógica.

Ainda que uma proposição como esta possa parecer utópica, a presente crise do capital, a despeito de todo o potencial de barbárie que contém, coloca, contraditoriamente, as condições para que a possibilidade de superação seja reafirmada.

Diante destes desafios qual o papel da educação? De uma educação que se pretenda transformadora, o que se pode esperar é que favoreça a reflexão sobre as contradições e o exercício coletivo na busca de novas respostas. A educação efetivamente pode contribuir, na medida em que se ocupe de oferecer ao homem instrumentos para que possa compreender o seu lugar enquanto sujeito histórico. A educação, de uma perspectiva transformadora, pode contribuir para a elevação da consciência da *classe-que-vive-do-trabalho*, ao cumprir aquele que é o seu papel prioritário: dar acesso ao saber humano sistematizado e socialmente acumulado.

Eis a função precípua da educação formal, que deve ser assegurada para todos, indistintamente, inclusive para as pessoas com deficiência. Contudo, não podemos deixar de pensar a educação em sua acepção mais ampla, para compreender como espaço educativo não apenas a escola, mas também outros espaços sociais de convívio, como a associação de bairro, o partido político, os movimentos sociais, sindicatos, a igreja, as Ong's, os espaços de trabalho, etc. No espaço amplo e no estrito (a escola), há que se promover o acesso ao conhecimento humano socialmente acumulado, devendo ser um processo permanente. É importante ainda que estejamos atentos para todas as possibilidades instrumentais que podem ser mobilizadas, os novos recursos informacionais e tecnológicos, podem servir à transmissão do conhecimento. Temos de nos abrir para todas as perspectivas possíveis de educação, rompendo com a visão estanque que restringe a educação ao seu caráter estritamente formal.

De posse de um conhecimento que lhe permita situar-se enquanto sujeito histórico, o homem estará em melhores condições de compreender o seu papel no devir social, e de lutar por uma nova forma de organização societária, rompendo com a sociabilidade burguesa, marcada pela divisão de classes, a alienação e a propriedade privada.

Uma nova sociabilidade é gestada no seio das contradições de velhas estruturas. Portanto, no âmbito da sociabilidade estranhada, podem ser estabelecidos laços de solidariedade. E, do exercício coletivo, em oposição à exploração que tem marcado a existência humana, podem surgir respostas que apontem no sentido de uma nova organização social, fundada no trabalho social livre, em que o planejamento, execução e repartição dos produtos do trabalho se dêem de forma coletiva e justa.

Nos marcos de uma organização societária, pautada nestas premissas, encontra-se a possibilidade para o desenvolvimento omnilateral do homem.

BIBLIOGRAFIA DOS ARTIGOS

- A educação especial e o Mercosul. *Revista Integração*. Brasília, n. 18, p. 61, 1997.
- A preparação para o trabalho e a Educação Especial: a educação especial preocupa-se...
Revista Integração. Brasília, n. 08, p. 25 – 26, jan./fev./mar. 1992.
- AMARAL, L. A. Mercado de Trabalho e Deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v.1,n.2, p.127-136, 1994.
- AMARAL, L. A. “Emprego apoiado” ou Mediado: uma proposta viável para o trabalho das pessoas com deficiência. *Temas em Educação Especial*, São Carlos, n.3, p. 161-166, 1996.
- ANACHE, A. A. O deficiente e o mercado de trabalho: concessão ou conquista? *Temas em Educação Especial*. São Carlos: EDUFSCar, n.3, 217-248,1996.
- _____. O deficiente e o mercado de trabalho: concessão ou conquista?
Revista Integração. Brasília: n.18, 4-8, 1997.
- _____. O deficiente e o mercado de trabalho: concessão ou conquista?
Revista Brasileira de Educação Especial. São Carlos: ABPEE, v.2, n.4, 119-126, 1996.
- BUENO, C. L. A reabilitação profissional e a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. *Revista Integração*. Brasília, n.13, p. 5 – 8, 1994.
- BUENO, J. G. S. O Incompetente no reino da competência. *Temas em Educação Especial*, São Carlos, n.3, p.147-160, 1996.
- COSTA, V. A. A preparação dos deficientes para o trabalho. *Revista Integração*. Brasília, n. 04, p.13 –14, out./nov./dez. 1989.
- DIAS, T. R. S. (Coord.) Conclusões do grupo de trabalho (Gt 1): os desafios no trabalho. *Temas em Educação Especial*, São Carlos, n.3, p.249-251, 1996.
- DIAS, T. R. S.; SILVA, L. L. M. GALVÃO, S. F. Um serviço de reabilitação profissional: reflexões sobre as características e os tipos de deficiência de seus usuários. *Temas em Educação Especial*, São Carlos, n.3, p.167-183, 1996.

- ESTAÇÃO especial da Lapa : centro de convivência e desenvolvimento humano. *Revista Integração*. Brasília, n.13, p. 2 – 4, 1994.
- GONÇALVES, M. A. AVAPE – Associação para valorização e promoção de excepcionais. *Revista Integração*. Brasília, n. 18, p. 56 – 58, 1997.
- JANNUZZI, G.S.M. Oficina abrigada e a “Integração” do “Deficiente mental”. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v.1, n.1, p.51-63, 1992.
- _____. Deficiência Mental, cidadania e política. *Temas em Educação Especial*, São Carlos, n.3, p. 107-118, 1996.
- LANDI, M. L. F. O atendimento a deficientes mentais adultos na Itália. *Revista Integração*. Brasília, n. 19, p. 58 - 63, 1997.
- MANZINI, E. J. Profissionalização de indivíduos portadores de deficiência mental: visão do agente institucional e visão do egresso. *Temas em Educação Especial*. São Carlos, n.3, p.184-216, 1996.
- MASINI, E.F.S. Perspectivas profissionalizantes para o portador de deficiência visual. *Temas em Educação Especial* 2, p.13-24, 1993.
- O Mercosul e os trabalhadores portadores de deficiência. *Revista Integração*. Brasília, n. 18, p. 03, 1997.
- REDONDO, M. C. F. Características do trabalhador portador de deficiência auditiva e as exigências do mercado de trabalho: potencialidades e limitações. *Revista Integração*. Brasília, n.13, p. 9–11, 1994.
- SÁ, E. D. O Deficiente Visual e o Trabalho Competitivo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v.1, n.2, p. 137-140, 1994.
- SANTOS, M. P. Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Carlos, v.2, n.3, 1995.
- SÍTIO Arco Íris: um modelo de atendimento aos excepcionais adultos. *Revista Integração*. Brasília, n. 04, p. 25 – 26, out./nov./dez. 1989.
- TOMASINI, M. E. A. Trabalho e deficiência mental: uma questão a ser repensada. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Carlos, v.2, n.3, p.127-132, 1995.
- UMA experiência bem sucedida. *Revista Integração*. Brasília, n. 18, p. 59-60, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. L. *A produção da escola pública contemporânea*. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- _____. *Método de pesquisa em educação*. UFMS, Mestrado em Educação — Campo Grande:, 1998. 5p. (Mimeo.).
- ANACHE, A.A. *Educação e Deficiência: estudo sobre a educação da pessoa com “deficiência” visual*. Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1994.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. *Reestruturação produtiva e o mundo do trabalho*. Mestrado em Educação, UFMS — Campo Grande, Comunicação pessoal, 1999.
- ARANHA, M.S.F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*. São Paulo, n. 2., p.63-87, 1995.
- AURELIANO, L., DRAIBE, S.M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. *Cadernos NEPP/ UNICAMP* (8). Campinas, UNICAMP, 1988.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da república Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. Lei n.º 8.112, de 11/12/90. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, dez. 1990
- _____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Instrução Normativa 05 de 30/08/91. Dispõe sobre a fiscalização do trabalho das pessoas portadoras de deficiência. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, ago. 1991.
- _____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Lei n.º 8.213 de 24/07/91. Dispõe sobre os planos e benefícios da Previdência e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, jul. 1991

- _____. Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93. Estabelece normas gerais sobre licitações e serviços, inclusive publicidade, compras, alienações (concessões) e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, jun.1993]
- _____. Lei n.º 8.859, de 23/03/1994. Modifica dispositivos da Lei n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, mar. 1994
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. n.º 9.394/96. In: *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, n.º 248, 23 dez. 1996.
- BALANÇO ANUAL - Mato Grosso do Sul. Brasília: Gazeta Mercantil nov. 1999.
- BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da educação especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Carlos, v.2, n.3, p.7-19, 1995.
- BUENO, J.G.S. *Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente*. São Paulo: Educ., 1993.
- _____. A educação do deficiente auditivo no Brasil. In: SORIANO DE ALENCAR, E.L.M. (Org.). *Tendências e desafios da educação especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- _____. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, M.C. (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e a formação de professores: generalista ou especialista*. PUCSP/USF — 21ª Reunião da Anped/Caxambu, Comunicação pessoal, 1998.
- CARVALHO, R. E. *A nova LDB e a educação especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- CHESNAIS, F. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.
- CHOSSUDOVSKY, M. *A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- DRAIBE, S. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. *Cadernos NEPP/UNICAMP* (8) Campinas, UNICAMP, 1988.

- DOWBOR L. Educação, tecnologia e desenvolvimento. In: BRUNO, L. (Org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas*. São Paulo: Atlas, 1996.
- FIEMS, DAMPI, SEMADES. *Mato Grosso do Sul: estado para novos investimentos*. (disquetes) Campo Grande: [1999].
- FRIGOTTO, G. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *A política de formação técnico-profissional, globalização excludente e o desemprego estrutural*. UFF — 21ª Reunião da Anped/Caxambu. Comunicação pessoal, 1998.
- _____. Educação e crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GENTILE P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GLAT, R. (Coord.) *Pesquisa em Educação Especial na Pós-graduação*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 1998. v.3. (Série Questões atuais em Educação Especial).
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GOYO, A.C. et. al. Justificativas para a formação profissional do deficiente mental: revisão da literatura especializada. *Cadernos de pesquisa*. Vol. 69. P.53- 67, 1989.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GUHUR, M.L.P. A Representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Carlos, n.2, 75-83, 1994.
- HOLLANDA, A.B. *Novo Dicionário Básico da língua Portuguesa*. Folha/Aurélio. São Paulo: Folha de S. Paulo, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, out.1994/ fev.1995.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- IBGE. Censo demográfico de 1991. Rio de Janeiro: IBGE, N.1, 1991.
- INFORMALIDADE atinge 45% no estado. *Correio do Estado*, Campo Grande 14 fev.2000. Caderno A, p. 13.

- JACOBI, P. Transformações do estado contemporâneo e educação. In: BRUNO, L. (Org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas*. São Paulo: Atlas, 1996.
- JANNUZZI, G.M. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. 2.ed. Campinas: Cortez/Autores Associados, 1985.
- _____. Política sociais públicas de educação especial. *Revista Vivência* n.º 12. Fundação catarinense de Educação Especial. 1990.p.24.
- _____. As Políticas e os espaços para a criança excepcional. In: FREITAS, Marcos. C. (Org.) . *História social da infância no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1997.
- KASSAR, M.C.M. *Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais*. Campinas: Papyrus, 1995.
- KURZ, R. *Os últimos combates*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- LOCKE, J. *Locke*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural,1978.(Os pensadores).
- MACHADO, L.R.S. *Educação e divisão social do trabalho*. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- _____. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados,1991.
- _____. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, F.S.(Org.) *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.
- MANACORDA, M.A. *Marx e a Pedagogia Moderna*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARX, K. *O Capital I*. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Manuscritos Económico- Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. ENGELS,F. *A Ideologia Alemã*. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. Para A Crítica Da Economia Política. In: *Marx*. São Paulo: Nova Cultural,1999.(Os pensadores).
- MATO GROSSO DO SUL. *Lei n.º 1.102 de 10 de outubro de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Campo Grande – MS. 1990.

- _____. *Trabalho no Mato Grosso do Sul — PNAD-1995/1997 – CAGED-1997/1998*. Campo Grande: Seter – Secretaria Estadual de Trabalho Emprego e Renda, 1999.
- MAZZOTTA, M.J.S. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MINISTÉRIO do Trabalho prepara ofensiva — *Correio do Estado*, Campo Grande, 14 fev.2000. Caderno A, p. 13.
- MRECH, L.M. O que é educação inclusiva? *Revista Integração*. Brasília: MEC/SEESP, n.20, p.37-39, 1998.
- NERES, C.C. *Educação Profissional do Portador de Necessidades Especiais, para quê?* (o caso de Campo Grande — Mato Grosso do Sul). Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: UFMS, 1999.
- NETTO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção questões da nossa época, v.20).
- NUNES, L.R.D.P., FERREIRA, J.R. Deficiência Mental: o que as pesquisas brasileiras tem revelado. In: SORIANO DE ALENCAR, E.L.M. (Org.) *Tendências e desafios da educação especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- _____, GLAT, R. et. al. A Pós-Graduação em Educação Especial no Brasil: análise da produção discente. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Piracicaba: UNIMEP, v.3, n.5, p. 113-126, 1999.
- OFFE, C. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, A.R. “*Exclusão social e educação: um novo paradigma?*” Anais/Resumos, 51ª Reunião Anual da SBPC. São Paulo, out.1999.
- OLIVEIRA, F. A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. Marcos Cezar de Freitas (Org.), São Paulo: Cortez, Bragança Paulista: USF- IFAN, 1996.
- OLIVEIRA, R.P. *A lógica das reformas educativas no Brasil nos anos 90*. Mestrado em Educação, UFMS — Campo Grande, Comunicação pessoal, 1999.
- OMOTE, S. A integração do deficiente: um pseudo problema científico. *Temas em Psicologia*, São Paulo, n. 2, 55-61, 1995.

- PESSOTTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: TAQ/ EDUSP, 1984.
- PIRES, N. *Educação especial em foco*. Rio de Janeiro, INEP/Centro de Pesquisas Educacionais, 1974.
- POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Brasil/MEC, 1994.
- RIBEIRO, M. “*Exclusão escolar: problematização de um conceito.*” Anais/Resumos, 51ª Reunião Anual da SBPC. São Paulo, out.1999.
- ROSSI, C. Cobertor curto: sai relatório 2000 da situação econômica e social em 174 países. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun.2000, Especial, p.1.
- SANFELICE J.L. Escola pública e gratuita para todos: inclusive para os “deficientes mentais”. *Cadernos CEDES*, São Paulo: CEDES/Cortez, n.23,p.29-37, 1989.
- _____. O modelo econômico, educação, trabalho e deficiência. In: *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. LOMBARDI, J. C. (Org.) Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador: UnC, 1999.p.151-159.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: da pessoa com deficiência no mercado de trabalho*. São Paulo: [s.n.], 1997.
- TUMOLO, P. S. Paradigmas de análise das transformações no mundo do trabalho: um duelo de titãs. In: FIDALGO, F.S.(Org.) *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.
- VALENTE, A.L.E.F. *Quando as diferenças são um problema?* Anped, 22ª Reunião Anual. Caxambu, set. 1999.

ANEXOS

ANEXO 1

LEVANTAMENTO INICIAL — EMPRESAS PRIVADAS (via correio).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE Mato Grosso do Sul

Curso de Mestrado em Educação

Projeto: Trabalho e Deficiência: inclusão em tempos de desemprego estrutural⁹³

Orientadora: Alexandra Ayach Anache

Mestranda: Samira Saad Pulchério Lancillotti

Nome da Empresa/Órgão: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

1. Qual o número total de funcionários ? _____

2. A empresa/órgão tem um serviço ou departamento de pessoal?

SIM: NÃO:

3. Conta com trabalhadores portadores de deficiências em seus quadros?

SIM:

Auditiva n.º (.....) Física n.º (.....)

Mental n.º (.....) Visual n.º (.....)

Múltipla (duas ou mais deficiências associadas) n.º (.....)

NÃO:

4. Ainda que a empresa não tenha hoje em seus quadros trabalhadores nesta condição, já teve em outros momentos?

SIM Em que período?

NÃO

5. Porque não tem mais? _____

⁹³ Título provisório.

ANEXO 2

ROTEIRO DA ENTREVISTA COMPLEMENTAR — EMPRESAS PRIVADAS

1. Como estes trabalhadores chegaram à empresa?
2. Como a empresa tomou conhecimento da deficiência deste (s) trabalhador (es)? (diagnóstico). Grau de deficiência.
3. Há quanto tempo estão empregados? (anotar para cada trabalhador sempre que possível).
4. Que tipo de vínculo mantém com a empresa?
5. Que tipo de funções exercem? (anotar para cada trabalhador sempre que possível)
6. Que tipo de habilidades tais funções exigem? Estes trabalhadores tinham estas habilidades quando admitidos? (anotar para cada trabalhador sempre que possível)
7. Grau de escolaridade (anotar de cada trabalhador sempre que possível)
8. Houve alguma mudança de função desde o início? Porque? (anotar para cada trabalhador sempre que possível).
9. Porque a empresa emprega pessoas com deficiência?
10. Há quanto tempo emprega? Houve alguma alteração nesta prática ao longo do tempo? Porque?

ANEXO 3

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM EMPRESAS PÚBLICAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE Mato Grosso do Sul

Curso de Mestrado em Educação

Projeto: Trabalho e Deficiência: inclusão em tempos de desemprego estrutural⁹⁴

Orientadora: Alexandra Ayach Anache

Mestranda: Samira Saad Pulchério Lancillotti

Nome da Empresa/Órgão: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

11. Qual o número total de funcionários ? _____

12. A empresa/órgão tem um serviço ou departamento de pessoal?

SIM: NÃO:

13. Conta com trabalhadores portadores de deficiências em seus quadros?

SIM:

Auditiva n.º (.....) Física n.º (.....)

Mental n.º (.....) Visual n.º (.....)

Múltipla (duas ou mais deficiências associadas) n.º (.....)

NÃO:

14. Ainda que a empresa não tenha hoje em seus quadros trabalhadores nesta condição, já teve em outros momentos?

SIM Em que período?

NÃO

15. Porque não tem mais?

⁹⁴ Título provisório.

-
-
16. Como estes trabalhadores chegaram à empresa?
 17. Como a empresa tomou conhecimento da deficiência deste (s) trabalhador (es)?
(diagnóstico). Grau de deficiência.
 18. Há quanto tempo estão empregados? (anotar para cada trabalhador sempre que possível).
 19. Que tipo de vínculo mantém com a empresa?
 20. Que tipo de funções exercem? (anotar para cada trabalhador sempre que possível)
 21. Que tipo de habilidades tais funções exigem? Estes trabalhadores tinham estas habilidades quando admitidos? (anotar para cada trabalhador sempre que possível)
 22. Grau de escolaridade (anotar de cada trabalhador sempre que possível)
 23. Houve alguma mudança de função desde o início? Porque? (anotar para cada trabalhador sempre que possível).
 24. Porque a empresa emprega pessoas com deficiência?
 25. Há quanto tempo emprega? Houve alguma alteração nesta prática ao longo do tempo? Porque?

ANEXO 4

ANEXO 5

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO/ENTIDADES

Entidade: _____ Telefone: _____

Endereço: _____ Fundação: _____

Entrevistado: _____ Função: _____

1. Qual o objetivo da entidade?
2. Como se caracteriza ? (entidade filantrópica, privada, pública, sociedade civil, ong, E/M, outros). Como se mantém?
3. Se ocupa com a preparação para o trabalho? Como?
4. Objetiva inserir no mercado de trabalho competitivo, pessoas com deficiência? Porque?
5. Quem é o beneficiário dessa inserção? Porque?
6. De que maneira trata de alcançar esse objetivo? (Que meios e recursos utiliza para isso? Como as empresas são contatadas? Que critérios são usados para definir quais empresas serão procuradas?)
7. Quem é efetivamente o empregador? É possível estabelecer um perfil? (serviço público, micro, pequenas, médias ou grandes empresas, alguma área em particular?)
8. Porque empregam?
9. Quem é efetivamente empregado? É possível estabelecer um perfil? (idade, sexo, escolaridade, grau de deficiência, nível sócio econômico)
10. Em que condições estão empregados? (tipo de vínculo: emprego formal, informal, convênios, terceirizados, há dados?)
11. Que tipo de funções estão exercendo?
12. Para aqueles, que não conseguem se inserir no mercado, que opção resta?
13. Ao longo do tempo qual o movimento? (avanços e recuos, porque?)
14. Considera que o serviço tem alcançado seus objetivos? Porque?

Data: _____ Hora: _____

FICHA CATALOGRÁFICA

L249d Lancillotti, Samira Saad Pulchério

Deficiência e trabalho : redimensionamento o singular no contexto universal / Samira Saad Pulchério Lancillotti. -- Campo Grande, MS, 2000.

135p. : il.

Orientador: Alexandra Ayach Anache.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais.

1. Deficientes – Educação. 2. Deficientes – Mercado de trabalho. I. Título.

CDD 20 - 371.9